UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO
MESTRADO EM AGRONEGÓCIO

LEONARDO GUIMARÃES MEDEIROS

PRONAF, EMPREENDEDORISMO RURAL E CAPITAL SOCIAL: uma análise das famílias assentadas no município de Rio Verde - GO.

GOIÂNIA-GO
2019

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Leonardo Guimarães Medeiros

Título do trabalho: PRONAF, EMPREENDEDORISMO RURAL E CAPITAL SOCIAL: uma análise das famílias assentadas no município de Rio Verde - GO.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Leonardo G. Medeiros
Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 06/03/2019

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

LEONARDO GUIMARÃES MEDEIROS

PRONAF, EMPREENDEDORISMO RURAL E CAPITAL SOCIAL: uma análise das famílias assentadas no município de Rio Verde - GO.

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais

Linha de Pesquisa: Agricultura Familiar e o Agronegócio

Orientadora: Profª. Dra. Graciella Corcioli

GOIÂNIA-GO

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Medeiros, Leonardo Guimarães
PRONAF, EMPREENDEDORISMO RURAL E CAPITAL SOCIAL [manuscrito] : uma análise das famílias assentadas no município de Rio Verde - GO / Leonardo Guimarães Medeiros. - 2019.
cxxxii, 132 f.

Orientador: Profa. Dra. Graciella Corcioli.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EAEA), Programa de Pós Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Anexos.
Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Desenvolvimento rural. 2. Empreendedorismo rural. 3. Capital social. 4. PRONAF. 5. Agricultura familiar. I. Corcioli, Graciella, orient. II. Título.

CDU 631.1

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO - PPAGRO

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE LEONARDO GUIMARÃES MEDEIROS – Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezenove (06/03/2019), às 13h00min, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof.ª Dr.ª Graciella Corcioli (orientadora/Presidente/PPAGRO/EA/UFG), Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso Sobrinho (membro externo/IF Goiano) e Prof. Dr. Reginaldo Santana Figueiredo (membro interno/PPAGRO/UFG) para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada na Sala 13/EA/PPAGRO, procederem à avaliação da defesa de dissertação intitulada:**"PRONAF, EMPREENDEDORISMO RURAL E CAPITAL SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO"**, em nível de **Mestrado**, área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais,** de autoria de **Leonardo Guimarães Medeiros**, discente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.ª Dr.ª Graciella Corcioli, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra a seguir, foi concedida ao autor da dissertação que, em 30 minutos procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu o examinando, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução n.º 1403/2016 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e procedidas as correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, sendo cumpridos os requisitos para fins de obtenção do título de **MESTRE EM AGRONEGÓCIO**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega, na secretaria do programa, da versão definitiva da dissertação, com as devidas correções, no prazo de até 30 dias. A Banca Examinadora recomenda a publicação de artigo científico, oriundo dessa dissertação em periódicos de circulação nacional e/ou internacional depois de atendidas às modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades de pauta, às 15h00min, a presidente da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Lindinalva de Oliveira Teixeira, secretária do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em duas vias de igual teor.

Prof.ª Dr.ª Graciella Corcioli
Orientadora-Presidente /PPAGRO/EA/UFG

Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso Sobrinho
Membro externo/IF Goiano

Prof. Dr. Reginaldo Santana Figueiredo
Membro interno/PPAGRO/UFG

Dedico este trabalho a todas as pessoas que fazem da educação e da ciência instrumentos para a construção de um mundo melhor para se viver. Dedico também aos inúmeros agricultores e agricultoras familiares do Brasil, por alimentarem as pessoas desse país de dimensões continentais. Em especial, dedico aos agricultores familiares assentados que produzem e comercializam seus diversos produtos, cultivando a esperança e alimentando sonhos. Que seus ideais se concretizam e se façam mais presentes em nossa vida!

AGRADECIMENTOS

No final de mais um ciclo, que ao mesmo tempo é uma jornada individual, mas pelos auxílios se torna coletiva, se faz necessário agradecer a todos aqueles que de diversas formas contribuíram para a realização desse trabalho.

Primeiramente, meus sinceros agradecimentos aos assentados e suas famílias que colaboraram para a realização desta pesquisa, com simplicidade e humildade sempre demonstraram disposição e boa fé na prestação de informações valiosas para este estudo.

Agradeço a minha orientadora Professora Dra. Graciella Corcioli pelo incentivo, orientação e disponibilidade nos momentos de dúvida.

A banca de qualificação pela valorosa contribuição com o trabalho, na pessoa do Professor Dr. Reginaldo Santana Figueiredo, agradeço enquanto aluno, pelo direcionamento no tratamento estatísco dos dados. Ao Professor Dr. Carlos Antônio Cardoso Sobrinho pelo incentivo, exemplo, coleguismo e disponibilidade em sempre ajudar. Fico imensamente grato por vocês fazerem parte desse momento importante de minha formação.

Agradeço a CAPES pelo fomento e incentivo que possibilitou a minha dedicação a pesquisa.

Aos meus colegas do PPAGRO, que nos momentos difíceis nos apoiamos uns aos outros para superá-los com união.

A minha família, na compreensão pelas ausências e pela torcida e estímulo no meu crescimento pessoal e profissional.

Finalmente, e não menos importante, agradeço a Deus pela vida a mim concedida e pelas proteções designadas no decurso deste trabalho.

Por fim, deixo minha gratidão a todos que, de alguma forma, me incentivaram e me apoiaram nesta caminhada. A esses, deixo registrado nesta página os meus mais profundos e sinceros agradecimentos!

RESUMO

O agronegócio brasileiro é notoriamente reconhecido pelas expressivas safras de grãos, produção de proteínas e fibras, bem como o alcance de níveis altos de produtividade, graças principalmente, ao desenvolvimento e uso de pesquisa, tecnologia e inovação. No entanto, existe um debate antigo e recorrente no mundo rural brasileiro acerca do desenvolvimento rural, que atinge principalmente, os munícipios periféricos e os pequenos agricultores. Vários modelos e teorias surgiram na academia no sentido propor um melhor caminho a se seguir para o alcance do desenvolvimento rural. Neste seguimento, esta dissertação tem por objetivo compreender como ocorre as (inter) relações existentes entre PRONAF, capital social e empreendedorismo rural para o alcance do desenvolvimento rural. Como objeto de estudo, a pesquisa foi realizada em assentamentos da reforma agrária no município de Rio Verde. Por meio da realização de entrevistas e aplicação de questionários foi possível conhecer o perfil socioeconômico das famílias assentadas, assim como a caracterizar a utilização dos recursos do PRONAF, identificar o capital social presente nos assentamentos e conhecer o nível de perfil empreendedor dos agricultores. Depreende-se dessas análises, portanto, uma relação virtuosa de tais temáticas, ou seja, a família que acessa o crédito fornecido pelo PRONAF, desfrutando de benefícios trazidos pelo capital social existente na comunidade e, ainda, possuindo níveis satisfatórios de perfil empreendedor para a gestão dos recursos, terá maior chance de se desenvolver social e economicamente do que aqueles não alinhados ao modelo proposto. Este estudo procurou estar na seara das pesquisas, em que teóricos, pesquisadores e estudiosos dessa literatura protagonizam debates na tentativa de encontrar o melhor caminho a fim de promover o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Empreendedorismo rural. Capital social. PRONAF. Agricultura familiar.

ABSTRACT

Brazilian agribusiness is widely recognized by its expressive crops of grains, production of proteins and fibers, as well as achieving high levels of productivity, due mainly to the development and use of research, technology, and innovation. However, there is an old and recurring debate in rural Brazil about rural development, which mainly includes remote cities and small farms. Several models and theories emerged in academia aiming to propose a better way to attain rural development. In this context, this dissertation aims to understand how the existing (inter) relations among PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), social capital, and rural entrepreneurship work together to attain rural development. The research was conducted in agrarian reform settlements in the city of Rio Verde, Goiás, Brazil. Through interviews and questionnaires, it was possible to determine the socioeconomic profile of the settled families, as well as to characterize the utilization of PRONAF resources to identify the social capital present in the settlements and to better understand the entrepreneurial profile of the farmers. Therefore, these analyses allow one to ascertain the relationship between these topics, particularly, the family who utilizes the credit provided by PRONAF and enjoys the benefits of the social capital that exists in the community and who demonstrates a better entrepreneurial profile regarding managing the resources will have a better chance of developing socially and economically than those who are not aligned with the proposed model. This study aimed to participate in the scholarly debates that intend to find the best manner to foster rural development.

Key words: Rural development. Rural entrepreneurship. Social capital. PRONAF. Family faming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo conceitual. 19
Figura 2: Gráfico gênero do(a) chefe da família. 32
Figura 3: Grafico faixa etária do(a) chefes da família. 33
Figura 4: Gráfico escolaridade do (a) chefe da família. 34
Figura 5: Gráfico quantidade de filhos. 35
Figura 6: Gráfico área da parcela. 36
Figura 7: Gráfco quantidade de atividades produtivas. 38
Figura 8: Gráfico estrutura do estabelecimento. 40
Figura 9: Gráfico renda bruta anual da família. 41
Figura 10: Gráfico obtenção de financiamento do PRONAF. 43
Figura 11: Gráfico motivo da não obtenção do PRONAF. 44
Figura 12: Gráfico finalidade do financiamento do PRONAF. 45
Figura 13: Gráfico satisfação com o PRONAF. 46
Figura 14: Gráfico elaboração do projeto para obtenção do crédito do PRONAF. 47
Figura 15: Gráfico linhas de créditos acessadas do PRONAF. 48
Figura 16: Cruzamento das variáveis “faixa etária do(a)chefe da família” e “motivos para acessaro PRONAF”. 49
Figura 17: Cruzamento das variáveis “faixa etária do(a) chefe da família” e “Consideração da taxa de juro na decisão de investir”. 50
Figura 18: Relação entre as variáveis “renda bruta anual da família” e “obtenção de financiamento do PRONAF”. 51
Figura 19: Relação entre as variáveis “quantidade de atividades produtivas” e “obtenção do financiamento do PRONAF”. 52
Figura 20: Relação entre as variáveis “escolaridade do(a) chefe da família” e “obtenção do financiamento do PRONAF”. 53
Figura 21: Relação entre as variáveis “obtenção de financiamento do PRONAF” e “mão de obra utilizada”. 54
Figura 22: a) Produtividade proporcionada pelo PRONAF. b) Bem-estar proporcionado pelo PRONAF. 55
Figura 23: Gráfico da dimensão Grupos e Redes. 72
Figura 24: Gráfico da dimensão Confiança e Solidariedade. 73

Figura 25: Gráfico da dimensão Ação coletiva e Cooperação. 75
Figura 26: Gráfico da dimensão Acesso as informações..... 76
Figura 27: Gráfico da dimensão Coesão e Inclusão social..... 77
Figura 28: Gráfico da dimensão Autoridade e Ação política. 78
Figura 29: Índice de Capital Social dos assentamentos. 79
Figura 30: Renda dos assentamentos com maiores e menores ICS. 80
Figura 31: Frequência da percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar para os assentamentos com maiores e menores ICS. 81
Figura 32: Frequência escolaridade do(a) chefe da família para os assentamentos com maiores e menores ICS. 82
Figura 33: Frequência da faixa etária do(a) chefe da família para os assentamentos com maiores e menores ICS. 83
Figura 34: Gráfico nível de perfil empreendedor. 102
Figura 35: Frequência do cruzamento das variáveis “faixa etária do(a) chefe da família” e “nível de perfil empreendedor”..... 103
Figura 36: Frequência do cruzamento das variáveis “escolaridade do(a) chefe da família” e “nível de prefil empreendedor”. 104
Figura 37: Frequência do cruzamento das variáveis “percepção sobre melhoria da qualidade de vida e bem-estar” e “nível de perfil empreendedor”. 105
Figura 38: Frequência do cruzamento das variáveis “obtenção de financiamento do PRONAF” e “nível de perfil empreendedor”. 106
Figura 39: Frequência do cruzamento das variáveis “agregação de valor a produção” e “nível de perfil empreendedor”. 108
Figura 40: Frequência do cruzamento das variáveis “renda bruta anual da família” e “nível de perfil empreendedor”. 109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução das operações do PRONAF.....26
Tabela 2: Distribuição das entrevistas nos assentamentos.....28
Tabela 3: Atividades produtivas dos assentados.....37
Tabela 4: Relações com o mercado.....39
Tabela 5: Distribuição das entrevistas nos assentamentos.....68
Tabela 6: Distribuição das entrevistas nos assentamentos.....98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultados do ICS.....71
Quadro 2: Características empreendedoras.....95
Quadro 3: Construtos das características empreendedoras.....99

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Grupos e linhas de crédito do PRONAF.....119
Anexo II: Roteiro de entrevista – dados socioeconômicos.....125
Anexo III: Dados relativos ao PRONAF.....126
Anexo IV: Análise do perfil empreendedor.....127
Anexo V: Questionário Integrado para Medir o Capital Social (QI-MCS) 129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL 17
CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PRONAF EM FAMÍLIAS ASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO. 21
RESUMO 21
1 INTRODUÇÃO 22
2 REVISÃO DE LITERATURA 24
3 METODOLOGIA 27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 31
4.1 Perfil das famílias assentadas 31
4.2 Infraestrutura e atividade produtiva das parcelas 35
4.3 Caracterização do PRONAF 42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 56
REFERÊNCIAS 58
CAPÍTULO 2 – O CAPITAL SOCIAL PRESENTE EM ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO. 61
RESUMO 61
1 INTRODUÇÃO 62
2 REVISÃO DE LITERATURA 63
3 METODOLOGIA 66
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 70
4.1 Resultados do ICS 70
4.1.1 Dimensão Grupos e Redes 72
4.1.2 Dimensão Confiança e Solidariedade 73
4.1.3 Dimensão Ação coletiva e Cooperação 74
4.1.4 Dimensão Acesso as informações 75
4.1.5 Dimensão Coesão e Inclusão social 76
4.1.6 Dimensão Autoridade e Ação política 78
4.2 Análise do ICS a partir de dados socioeconômicos 79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 83
REFERÊNCIAS 85
CAPÍTULO 3 – EMPREENDEDORISMO RURAL: uma análise do perfil empreendedor em agricultores familiares assentados no município de Rio Verde –GO. 88
RESUMO 88
1 INTRODUÇÃO 89

2 REVISÃO DE LITERATURA 91
2.1 Origem e conceito 91
2.2 O perfil empreendedor 94
2.3 Empreendedorismo rural 96
3 METODOLOGIA 97
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 101
4.1 A formação do empreendedor rural e suas dimensões 110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 112
REFERÊNCIAS 113
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS 116
ANEXOS 119

INTRODUÇÃO GERAL

No Brasil, o setor agropecuário se apresenta de forma bastante dinâmica, mostrando grupos de produtores que diferem muito entre si. Fatores como posse de terra, capital, mão de obra e destino da produção são bastante heterogêneos. Diante disso, em um contexto macro, existem no Brasil basicamente dois tipos de unidades produtivas: as empresas agropecuárias e as unidades agrícolas familiares (FAUTH, 2008).

As famílias assentadas possuem grande importância na produção agrícola dentro da agricultura familiar, produzindo grande diversidade de produtos agropecuários (LEITE et al, 2004). Nesse sentido, todos esses produtos vão colaborar, seja para alimentação da própria família, seja para obtenção de renda através da comercialização. Entretanto, percebe-se que essas famílias possuem características essenciais que as proporcionam ter um perfil empreendedor.

É fato que o principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras advém da agricultura familiar, a qual, responde por boa parte da produção dos alimentos consumidos em todo o país (BRASIL, 2015). Diante dessa responsabilidade, esses estabelecimentos familiares se diferenciam muito da agricultura comercial (constituída principalmente de médios e grandes fundiários). A agricultura familiar vem ganhando notoriedade no espaço econômico e sendo encarada como um setor estratégico da economia.

Por outro lado, surge à questão sobre o desenvolvimento rural[1], objeto de estudo de vários autores (ABRAMOVAY, 2000; KAGEYAMA, 2004; NAVARRO, 2001; SCHNEIDER, 2010; VEIGA, 2001; WANDERLEY, 2001) gerando volumosos debates à medida que há o crescimento populacional e o aumento das práticas agrícolas. No Brasil, porém, percebe-se um desequilíbrio de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural e do meio urbano em relação a sua importância no contexto nacional. Em consequência disso, a pobreza no campo ainda continua alta.

Nesse contexto, se encontram as famílias assentadas, populações marcadas por lutas pela terra no Brasil, que agora fazem parte do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo principal objetivo é melhorar a distribuição da terra, para atender

[1] O conceito de desenvolvimento rural depende da melhoria de fatores socioculturais, como saúde, educação, qualidade de vida e bem-estar, mas sobretudo da ampliação das possibilidades de escolha (VEIGA, 2001).

os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

O fator de motivação para a proposta deste estudo, se deve as temáticas que se pretende estabelecer uma relação coerente em um processo que se inicia com a tomada do crédito advindo do PRONAF, formação do capital social, e passando pela utilização eficiente desse capital pela família assentada para o alcance do desenvolvimento rural. Aqui vale ressaltar a importância de que os integrantes dessas famílias sejam empreendedores rurais.

Em um levantamento realizado para estudar o "estado da arte" sobre empreendedorismo rural desde o ano 2000 até a presente data, observou-se de um modo geral, pouca evolução neste ramo do conhecimento, além disso, deve se pensar se as pesquisas desenvolvidas no espaço rural acerca deste tema estão contribuindo para a transformação ou atendendo as necessidades desses espaços (MEDEIROS, 2017).

O desenvolvimento rural dos assentamentos da Reforma Agrária pode ter estreita relação com os aportes do PRONAF, nível de capital social e empreendedorismo rural das famílias assentadas. Diante disso, a pesquisa será guiada pela seguinte questão: Qual a relação existente entre PRONAF, capital social e empreendedorismo rural para o desenvolvimento das famílias assentadas no município de Rio Verde – GO?

Para responder o problema que direciona a pesquisa segue o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados:

a) Objetivo geral

Compreender as (inter) relações existentes entre PRONAF, capital social e empreendedorismo rural para o alcance do desenvolvimento rural nos assentamentos no munícipio de Rio Verde - GO.

b) Objetivos específicos

Tendo em vista atingir o objetivo geral, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

I. Caracterizar a disposição, área e uso dos recursos do PRONAF.
II. Identificar o nível de capital social dos assentamentos.
III. Caracterizar os itens, aspectos e variáveis que indicam empreendedorismo rural.
IV. Descrever como ocorre o desenvolvimento rural nos assentamentos.

Para melhor visualização das relações almejadas neste estudo é exposto o modelo conceitual, tendo como finalidade criar um sistema coerente de objetos, propriedades e relações claramente mapeados para o domínio da tarefa que se propõe, neste caso o alcance do objetivo geral do estudo.

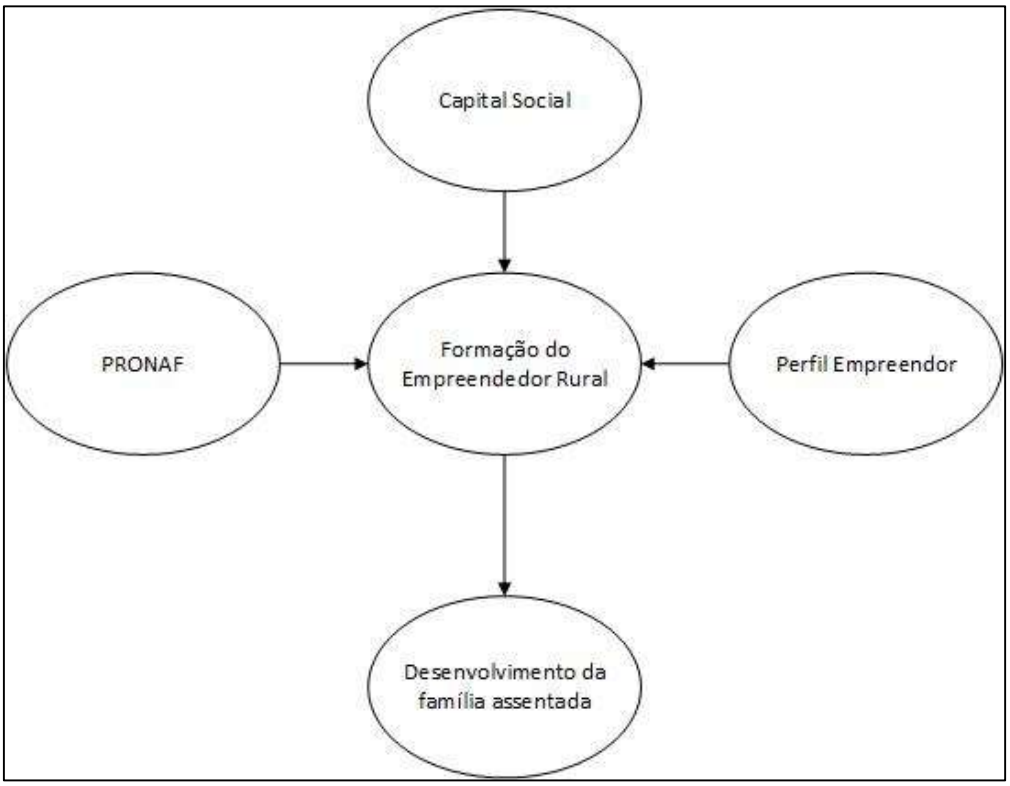

Figura 1: Modelo conceitual.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A proposição deste modelo conceitual está situada em torno na formação do empreendedorismo rural em agricultores familiares para se alcançar o desenvolvimento rural. Tal concepção está baseada na afirmação de Veiga (2002, p.5), "as chances de desenvolvimento rural brasileira estão estritamente relacionadas à capacidade de empreendedorismo da população local, na qual, possibilita a geração de emprego e renda".

Neste sentido, a concepção do modelo conceitual está baseada na percepção de que a formação do empreendedorismo rural na agricultura familiar passa pela necessidade de os dirigentes da unidade familiar possuir características empreendedoras constantes em seu perfil, bem como, a utilização da sua sociabilidade ou capital social acumulado na comunidade em que residem para a eficácia e eficiência dos recursos disponíveis. Este tipo de capital é muito característico desse segmento de agricultores. O crédito assume um papel de recurso indispensável para materializar a oportunidade detectada pelo

empreendedor que, neste caso, é fornecido pela principal política pública para a agricultura familiar, o PRONAF.

Os construtos referentes as dimensões do modelo conceitual estão inseridas nos capítulos que compõem esta dissertação.

Diante do modelo conceitual exposto, a proposta deste estudo está no sentido de reconhecer que as famílias cuja formação do empreendedorismo rural está alinhada ao modelo teórico proposto neste estudo, terão, em média, melhor desenvolvimento do que as famílias cuja formação do empreendedor rural não esteja alinhada com o modelo.

A dissertação está estruturada, além desta introdução geral, em capítulos em forma de artigos para melhor interpretação dos resultados alcançados para cada dimensão e visando possíveis publicações dos estudos. Neste sentido, todos os capítulos estão incluídos em sua estrutura, os seguintes tópicos: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Discussão e Considerações finais.

No capítulo 1, é apresentado o perfil socioeconômico das famílias assentadas no município de Rio Verde – GO para um primeiro diagnóstico dos sujeitos deste estudo, em seguida, é realizada a caracterização da disposição, área e uso dos recursos do PRONAF, bem como as análises qualitativas e quantitativas das relações existentes entre o crédito fornecido pelo PRONAF e os dados socioeconômicos obtidos. Ainda neste capítulo é realizado uma descrição da amostra, a qual, foi realizada entrevistas e aplicação de questionários nos estudos de cada capítulo.

No capítulo 2, é exposto um estudo sobre o nível de capital social acumulado nos assentamentos, mostrado através do Índice de Capital Social (ICS), assim, é realizado também uma análise das respectivas dimensões dessa temática. Para identiticar possíveis relações com os dados socioeconômicos, foi isolado dois assentamentos que apresentaram os maiores e os menores níveis de capital social acumulado.

No capítulo 3, o objetivo foi de avaliar o perfil empreendedor das famílias assentadas com base na abordadem comportamentalista de McClelland (1971), bem como identificar suas relações com a renda bruta, agregação de valor a produção e PRONAF. Neste capítulo também é realizado os testes estatísticos das hipóteses que podem reconhecer o modelo teórico proposto.

No final, é apresentado as considerações finais gerais, exibindo um esboço dos resultados alcançados. Além disso, são apresentadas as contribuições, limitações e recomendações presente neste estudo.

CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PRONAF EM FAMÍLIAS ASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO.

RESUMO

A criação do PRONAF representa um marco na política pública de crédito rural para o financiamento da agricultura familiar, e ponto referencial no reconhecimento do agricultor familiar como sujeito social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro, sendo objeto de estudo em várias análises. No entanto, poucos estudos focam em famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, ficando assim, as margens dessas análises. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar a disposição, área e uso dos recursos do PRONAF em assentamentos no município de Rio Verde - GO, município este, que se destaca no cenário goiano em produção de grãos por médios e grandes fundiários. Para atingir o objetivo pretendido no estudo, foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa, descritiva e exploratória, através de coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas aplicadas a 92 famílias assentadas. Com base nos dados, verificou-se que o crédito do PRONAF ainda é pouco acessado, embora quem o acesse esteja muito satisfeito com os resultados e os recursos são utilizados predominantemente para investimentos. Com base nas análises estatísticas, verificou-se que a busca pelo financiamento é influenciada pela renda bruta anual da família e pela escolaridade do (a) chefe da família, neste sentido, o PRONAF tem ocasionado a diversificação das atividades produtivas da família, produtividade e, consequentemente renda para as famílias, entretanto, não tem contribuído para a geração de empregos no campo. Vários anseios e reivindicações das famílias em relação ao PRONAF foram relatadas, dentre eles, burocracia, assessoria na elaboração do projeto, limites e garantias do financiamento.

Palavras-chave: PRONAF. Famílias assentadas. Políticas públicas. Agricultura familiar.

CHAPTER 1 – PARTICIPATION AND CHARACTERIZATION OF PRONAF FOR SETTLED FAMILIES IN THE CITY OF RIO VERDE, GOIÁS, BRAZIL.

ABSTRACT

The creation of PRONAF was a landmark in rural credit public policy for financing family agriculture and a point of reference for recognizing the family farmer as a social and political person in Brazilian rural development. This has been studied in depth; however, few studies have focused on families settled by the National Agrarian Reform Program. The current study aims to characterize the disposition, area, and use of PRONAF resources in settlements in the city of Rio Verde, a municipality that stands out for its production of grain by medium and large farm in the state. In order to attain the planned objective for this study, quali-quanti, descriptive, and exploratory research was conducted with 92 settled families. Data was collected through structured interviews. Based on the data collected, it was found that PRONAF credit is still not utilized frequently. Notwithstanding, those who do utilize it are very satisfied with the results, and the resources are used mainly for investment. Based on the statistical analyses, it was observed that the search for financing is influenced by the gross annual income of the family and by the highest level of schooling of the family leader. In this sense, PRONAF

has provided for the diversification of the families' productive activities, and, consequently, for the families' level of income. However, this has not contributed to job creation in the countryside. The families indicated several needs in regards to PRONAF, such as a reduction in the bureaucracy, assistance with elaboration of projects, as well as limits and guarantees for the financing.

Key words: PRONAF. Settled families. Public policies. Family farming.

1 INTRODUÇÃO

É notório que o espaço reservado para grande parte da população rural nas políticas públicas se restringia quase sempre a programas compensatórios e de alcance social limitado. Entretanto, nos últimos anos, constata-se maior reconhecimento da importância e do papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada e engloba tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza, quanto produtores inseridos na agricultura moderna, capitalizada e produtivista. Esta heterogeneidade é fruto da própria formação dos grupos ao longo da história, de heranças culturais variadas, da experiência profissional e de vida particulares, assim como o acesso desigual a fatores produtivos. Junta-se a isso, a reprodução social é determinada pelas distintas paisagens, com recursos naturais diversos, nas quais os grupos ou comunidades estão inseridos e que influenciam diretamente no seu modo de vida (BUANAIN et al., 2006).

De acordo com resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, foi identificado que 81,5% dos estabelecimentos agropecuários possuem área menor que 1 hectare até 50 hectares. Este contingente de pequenos agricultores ocupa uma área de equivalente 24,7% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes dados demonstram a importância que a agricultura familiar possui para a economia brasileira, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (IBGE, 2017). Assim, o agricultor familiar emerge como sujeito social importante a ser considerado no cenário agropecuário brasileiro, que permitiu a criação de políticas públicas diferenciadas que se expressam, primeiramente, nas políticas de crédito rural.

Atualmente o acesso dos agricultores familiares aos recursos creditícios vem sendo colocado como uma das variáveis mais importantes para a sobrevivência e

desenvolvimento da agricultura familiar. O principal programa de concessão de crédito rural no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, direcionado exclusivamente aos agricultores familiares, tornando-se um ponto referencial da agricultura familiar como ator social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro. A concepção desse programa atendeu a um antigo anseio das representações de trabalhadores e pequenos agricultores rurais como também às reivindicações de organismos internacionais, como a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* ou Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), preocupados com as consequências da revolução verde para a maioria da população que residia no campo brasileiro.

Muitos estudos têm apontado para a relevância do PRONAF, haja vistas as dificuldades históricas do sistema nacional de crédito rural para levar adiante o propósito de ampliar o atendimento à agricultura familiar, frente às demandas da agricultura patronal. Ademais, estudos realizados nos últimos anos, como os de Abramovay (2002), têm evidenciado a dificuldade do PRONAF para ampliar sua base social, diante da persistente exclusão dos agricultores mais pobres, a necessidade de expansão do quadro de beneficiários, com a promoção de condições efetivas de acesso para as famílias.

O PRONAF consolidou-se como principal política pública de crédito diferenciado para a agricultura familiar. Entretanto, este fator não impede questionar se os recursos estão, de fato, contribuindo para a viabilidade socioeconômica dos agricultores familiares.

Neste sentido, a relevância deste estudo justifica-se por não haver um estudo aprofundado sobre a caracterização do uso dos recursos do PRONAF nos assentamentos da reforma agrária no estado de Goiás e as razões que os levam a agir da maneira que agem, buscando compreender se os recursos estão, de fato, mudando para melhor as condições de produtividade e de vida dos agricultores, pois sabidamente, a simples disponibilização de crédito não é garantia de viabilização e sobrevivência dos agricultores familiares.

Levando em consideração que o Programa tem como objetivo promover a modernização das propriedades dos agricultores familiares em busca do aumento da produtividade, principalmente através da mecanização e introdução de equipamentos, o presente estudo pretende almejar o objetivo de caracterizar a disposição, área e uso dos recursos do PRONAF em assentamentos no município de Rio Verde.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Antes da década de 1990 as políticas públicas para o meio rural estavam voltadas principalmente para a modernização e desenvolvimento de novas tecnologias para o campo. Isso privilegiaria somente os médios e grandes fundiários, principais produtores de commodities para exportação (WANDERLEY, 2014).

O meio rural sempre foi um setor com risco elevado para o fornecimento de crédito devido a fatores climáticos e frequente oscilação de preços, tornando o negócio pouco atraente para as instituições financeiras. Concomitante à oferta reduzida, na agricultura familiar a obtenção de crédito é dificultada pela descapitalização dos produtores que muitas vezes não possuem garantias para fornecer como contrapartida aos fornecedores e na assimetria informacional, característica típica do mercado de crédito nacional (CONTI; ROITMAN, 2011).

Nesse sentido, a figura do agricultor familiar esteve marginalizada frente aos benefícios decorrentes da política agrícola na época, contidas essencialmente no crédito rural, nos preços mínimos, e no seguro agrícola. Juntando-se a isso os agricultores familiares estavam descapitalizados e com baixa produtividade advinda de processos arcaicos de produção. Esses agricultores muitas vezes estavam passando por situação de pobreza extrema, gerando assim, o êxodo rural (MATTEI, 2015).

Um dos acontecimentos mais marcantes no que diz respeito às políticas públicas para o meio rural foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A criação desse programa veio reconhecer e legitimar o papel do Estado para especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que até esse momento eram designados como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER et al., 2004).

Conforme Mattei (2005, p.2):

> Com a criação do PRONAF atendeu-se a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, que colocava a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado a agricultura brasileira, tanto em termos de capacidade técnica como de inserção nos mercados agropecuários.

Contudo, destaca-se a contribuição de dois fatores importantes que impulsionaram a criação do programa. O primeiro deles se deve ao fato do reconhecimento institucional da agricultura familiar, originárias a partir de estudos da

Food And Agriculture Organization (FAO) e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no início da década de 1990. A partir desse momento, o segmento de agricultores familiares ganhou visibilidade e importância no contexto nacional (AZEVEDO, PESSÔA, 2011).

Segundo Mattei (2015) outro fator que contribuiu para isso são os movimentos sindicais, principalmente, através das reivindicações dos trabalhadores rurais, onde ganharam destaque nas chamadas "Jornadas Nacionais de Luta" na primeira metade da década de 1990, nos estados da região sul do Brasil.

O programa como se conhece hoje é resultado de diversas modificações institucionais no decorrer dos anos. Cronologicamente, o embrião do PRONAF foi o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), criado no então governo do presidente Itamar Franco. O PROVAP operava basicamente com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vale destacar que esse programa obteve resultados tímidos do ponto de vista dos recursos destinados aos agricultores, entretanto foi o precursor de uma transição de políticas públicas diferenciadas destinadas a agricultores familiares. Já em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, dando origem em 1996 ao PRONAF, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto presidencial nº 1.996, datado de 28/07/1996. Desse momento em diante o PRONAF é tido como a principal política pública do Governo Federal para os agricultores familiares (SCHNEIDER et al., 2004).

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar mediante o apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável, possuindo como objetivo central fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. O programa possui diferentes categorias de beneficiários, onde estão organizados em grupos de acordo com suas características sociais, econômicas e culturais.

Nesses 22 anos de existência do PRONAF seus números são animadores, foram aplicados aproximadamente R$ 200 bilhões em mais de 28,5 milhões de contratos, nas suas diferentes modalidades e para diferentes tipologias de agricultores familiares (MDA, 2017). Para se ter uma noção dessa dimensão, somente na linha Mais Alimentos foram financiados 50.000 tratores nos últimos 7 anos e R$ 5,6 bilhões foram destinados em investimentos em agricultores situavam-se abaixo da linha da pobreza. Em função da

magnitude e importância desse programa ele é referência para o mundo em se tratando de política pública para agricultores familiares (BIANCHINI, 2015).

Tabela1: Evolução das operações do PRONAF.

Ano safra	R$ (em bilhões)
1999-2000	2,10
2000-2001	2,16
2001-2002	2,42
2002-2003	2,28
2003-2004	3,45
2004-2005	4,64
2005-2006	6,38
2006-2007	7,12
2007-2008	8,12
2008-2009	10,35
2009-2010	12,59
2010-2011	13,32
2011-2012	15,28
2012-2013	16,83
2013-2014	22,28
2014-2015	23,88
2015-2016	22,12
2016-2017	22,78

Fonte: MDA, 2017.

A Tabela 1 mostra a evolução das operações contratadas nos anos-safras, é possível notar uma expressiva evolução desde o final da década de 1990, demonstrando que apesar da burocracia e falta de informações, os agricultores estão se interessando cada vez mais pelo crédito subsidiado.

Conforme as normas atualmente estabelecidas, podem acessar o Pronaf os agricultores que, simultaneamente, atendem os seguintes critérios: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas; residam no estabelecimento ou em local próximo; não detenham área superior a quatro módulos fiscais; no mínimo 50% da renda bruta familiar seja originária da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo contratar mão de obra sazonal ou manter empregados permanente em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; e tenham obtido renda bruta

familiar nos últimos 12 meses de até R$ 360 mil reais (excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais) (BANCO CENTRAL, 2018). Estima-se que o Pronaf beneficia 40% dos agricultores familiares brasileiros (MDA, 2007) e está presente em 97% dos municípios (DIEESE, 2011).

No que tange à organização do PRONAF, este foi fundamentado em diversos grupos de agricultores e linhas de crédito disponíveis, resultado da sua evolução e busca por atingir os mais diversos perfis e alcançar a capilaridade do Programa. O quadro com os grupos e linhas de crédito podem ser visualizados no Anexo 1.

De acordo com Guanziroli (2007), para que o PRONAF não perca sua característica original de proteger esse segmento de agricultores duramente castigados antes da década de 1990, é necessário que o programa seja permanentemente revisto, avaliado e aperfeiçoado sob a perspectiva de que esses recursos sejam usados de maneira eficiente, produzindo resultados efetivos para o desenvolvimento rural.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa aplicada, com o interesse de gerar conhecimento a população e ao governo. Foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa, descritiva e exploratória, através de coleta de dados, obtidos principalmente em entrevistas com questões estruturadas relativas ao PRONAF. A coleta de dados neste trabalho baseia-se em dados primários.

A pesquisa possui enfoque qualiquantitativo, com a utilização de métodos mistos. Creswell (2007) define o método qualiquantitativo ou misto como aquele em que o investigador coleta e analisa os dados, e extrai inferências usando abordagens ou métodos qualitativos e quantitativos em um único estudo ou programa de investigação. O pesquisador inicia com uma fase qualitativa para explorar e depois a acompanha com uma fase quantitativa com análise estatística dos dados coletados para testar se os resultados qualitativos podem ser generalizados.

A pesquisa conforme o objetivo é descritiva, pois segundo Gil (2010) esse tipo de pesquisa descreve certa população e “podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27).

Desta forma, como o trabalho refere-se à caracterização da disposição, área e uso dos recursos do PRONAF em assentamentos no município de Rio Verde, viu-se que este estudo se enquadra como uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem por

objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos. (GIL, 2002).

Quanto ao método de abordagem, o presente trabalho utiliza o método indutivo, que segundo Gil (2002), este método parte de descobertas através da observação e "a generalização não deve ser buscada aprioristicamente" (GIL, 2002, p. 34). O método permitiu que economistas não utilizassem da forma especulativa e que aplicassem a forma de observação para se alcançar conhecimentos científicos. Assim, como este trabalho baseia-se na observação de realidades do programa governamental PRONAF, este foi o método de abordagem enquadrado.

Inicialmente, a pesquisa de campo caracterizou-se pela realização de entrevistas junto a 92 agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no município de Rio Verde - GO, o que significa uma amostra de 23,77% do universo de agricultores assentados no município. A Tabela 2 mostra que a distribuição das entrevistas realizadas em cada assentamento foi realizada de forma proporcional ao número de famílias assentadas.

Tabela 2: Distribuição das entrevistas nos assentamentos

Nome do assentamento	Número de famílias assentadas	Número de famílias entrevistadas
Água Bonita	22	5
Fortaleza II	16	5
Pontal do Buriti	105	24
Ponte de Pedra	113	27
Rio Doce	14	4
Rio Verdinho	27	6
Vaianópolis	36	9
Vale do Cedro	25	6
Vale do Sonho/Rio Preto	25	6
Total	387	92

Fonte: Dados do autor, 2018.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho, julho e agosto de 2018, por intermédio de visitas aos respectivos assentamentos. O tipo de amostragem foi por acessibilidade ou por conveniência. Para Gil (2008), o pesquisador seleciona os elementos a que tem mais acesso ou disponibilidade, considerando que estes possam

representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.

A realização das entrevistas foi guiada por perguntas estruturadas relativas a dados do PRONAF (Anexo III). Vale ressaltar que este estudo faz parte de um estudo mais amplo, no qual, os indagamentos relativos ao PRONAF foram realizados concomitantemente a outros assuntos, inclusive com a obtenção de dados socioeconômicos da família assentada (Anexo II).

O instrumento de coleta de dados (Anexo II e III) referentes aos dados socioeconômicos da família e relativos ao PRONAF foram baseados no trabalho de Schuhmann (2012) sofrendo adaptações para o presente contexto da pesquisa.

Posteriormente os dados foram tabulados e analisados utilizando-se o *software* IBM SPSS (*Statiscal Package for the Social Sciences*) para o entendimento das frequências e possíveis relações existentes entre as variáveis. Objetivando comprovar a existência ou não de uma relação entre as variáveis estudadas, utilizou-se do teste de hipótese de Qui-Quadrado de Pearson, destinado a encontrar o valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre duas variáveis qualitativas. É um teste não paramétrico, ou seja, não depende dos parâmetros populacionais, como média e variância. O princípio básico deste método é comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para um certo evento (TRIOLA, 2005).

As duas hipóteses a serem testadas para o teste de Qui-Quadrado de Pearson são:

- Hipótese nula: as frequências observadas não diferem das frequências esperadas. Sendo assim, não existe diferença entre as frequências dos grupos. Portanto, não há associação entre as variáveis.
- Hipótese alternativa: as frequências observadas diferem das frequências esperadas, portanto, existe diferença entre as frequências dos grupos, com a respectiva comprovação da associação entre as variáveis.

A partir deste esclarecimento é possível apresentar as hipóteses alternativa que foram testadas com os testes estatísticos:

H_1: Existe correlação entre as variáveis “renda bruta anual das famílias” e “obtenção de financiamento do PRONAF”.

H_2: Existe correlação entre as variáveis "obtenção de financiamento do PRONAF" e "quantidade de atividades produtivas".
H_3: Existe correlação entre as variáveis "escolaridade do(a) chefe de família" e "obtenção do financiamento do PRONAF".
H_4: Existe correlação entre as variáveis "obtenção de financiamento do PRONAF" e "mão de obra utilizada na parcela".

Para validação estatística das análises referentes ao teste de Qui-Quadrado o *software* IBM SPSS *statistics* utiliza uma abordagem de teste de hipótese baseada no cálculo do valor de uma probabilidade (**"p"** valor). Dada uma hipótese nula e um conjunto de dados amostrais, o valor de **p** reflete a plausibilidade de se obter tais resultados no caso de a hipótese nula ser de fato verdadeira.

Através da análise da correlação linear foi possível identificar a força e a intensidade da relação entre as variáveis emparelhadas. Através do *software* IBM SPSS *statistics* obteve-se o coeficiente de correlação de Pearson dos vários cruzamentos entre as variáveis estudadas. Os resultados são dispostos no intervalo de -1 a +1, sendo assim positiva ou negativa, com a intensidade variando à medida que os valores se aproximam de -1 ou +1. Ressalta-se que valores iguais ou próximos a zero, indicam a baixa intensidade da correlação ou a sua inexistência (TRIOLA, 2005).

A seguir é demonstrado como as principais variáveis presentes nos testes de hipóteses foram operacionalizadas:

- Obtenção de financiamento do PRONAF: é uma variável nominal que significa se a família contratou o crédito do PRONAF, sendo suas respostas 1 (sim) ou 2 (não).
- Renda bruta anual da família: significa o valor, em termos monetários, informado pelo entrevistado que representa a renda universal do estabelecimento no último ano, ou seja, renda com a atividade produtiva e com trabalho não agrícola. Por se tratar de uma variável escalar, posteriormente, esta foi dividida em categorias e transformada em variável nominal, possuindo as seguintes faixas de renda: 1 (Até 20 mil), 2 (Entre 20 e 40 mil), 3 (Entre 40 e 60 mil), 4 (Entre 60 e 80 mil) e 5 (Acima de 80 mil).
- Quantidade de atividades produtivas: representa quantas atividades produtivas a família assentada desenvolve em sua parcela, sendo suas respostas, 1 (uma atividade), 2 (duas atividades) e 3 (três atividades ou mais).

- Escolaridade do(a) chefe de família: significa o grau de escolaridade cursado ou em curso informado pelo chefe da família, esta variável foi transformada em nominal possuindo as seguintes situações: 1 (Fundamental incompleto), 2 (Fundamental completo), 3 (Médio incompleto), 4 (Médio completo), 5 (Superior incompleto) e 6 (Superior completo).
- Mão de obra utilizada na parcela: representa a forma de mão de obra utilizada na parcela em todas as atividades produtivas desenvolvidas no decorrer de um ano, sendo as respostas 1 (Apenas familiar) e 2 (Familiar e assalariada).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil das famílias assentadas

No universo de agricultores e agricultoras entrevistados, observa-se que 66,30% são do gênero masculino e que 33,70% do gênero feminino (Figura 2), uma diferença não plausível no quesito de gênero presente nesse tipo de agricultor familiar. Neste momento, vale elucidar que todos os entrevistados são os titulares da parcela em que estão assentados. De acordo com Eugenio (2018), em estudo acerca dos agricultores familiares do estado de Goiás que comercializam na Pedra do Produtor da CEASA-GO, considerou plausível uma participação de pouco menos de 9,3% do gênero feminino neste quesito de gênero presente nesses espaços

Isso na verdade, é reflexo de duas normatizações instituídas há menos de dez anos: a portaria nº 981/2003, publicada pelo Incra, que estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável, e a Instrução Normativa nº 38/2007, também do Incra, que ajusta os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. As medidas jurídicas asseguraram a participação delas, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família, e elevaram o índice de atuação das mulheres em aproximadamente quatro vezes (INCRA, 2012). Outra explicação para tal evento está no fato de algumas das mulheres entrevistadas serem viúvas e herdeiras da titulação das terras em que estão assentadas.

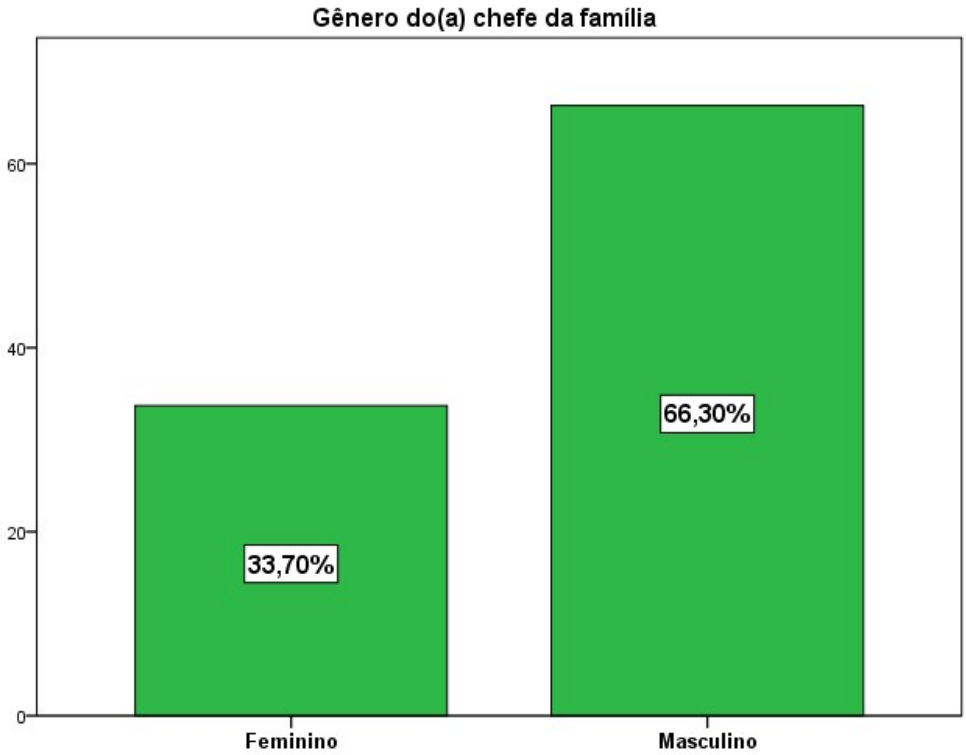

Figura 2: Gráfico gênero do(a) chefe da família.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Uma informação importante se revela na idade dos assentados (Figura 2), agricultores e agricultoras com idade entre 51 e 60 anos tem maior representatividade, com 47,83% do total e os de 61 a 70 anos, representando 27,17% dos agricultores e agricultoras. Neste sentido, média das idades dos produtores é de 55,97 anos e a faixa etária mais jovem, com menos de 40 anos, corresponde somente 4,35%. Com esses dados, é possível verificar que há uma tendência ao envelhecimento dessas populações, aferindo uma certa preocupação com a sucessão familiar nesses estabelecimentos. Esta tendência verificada se deve ao fato de os projetos de assentamento na região de Rio Verde – GO terem ocorrido antes dos anos 2000.

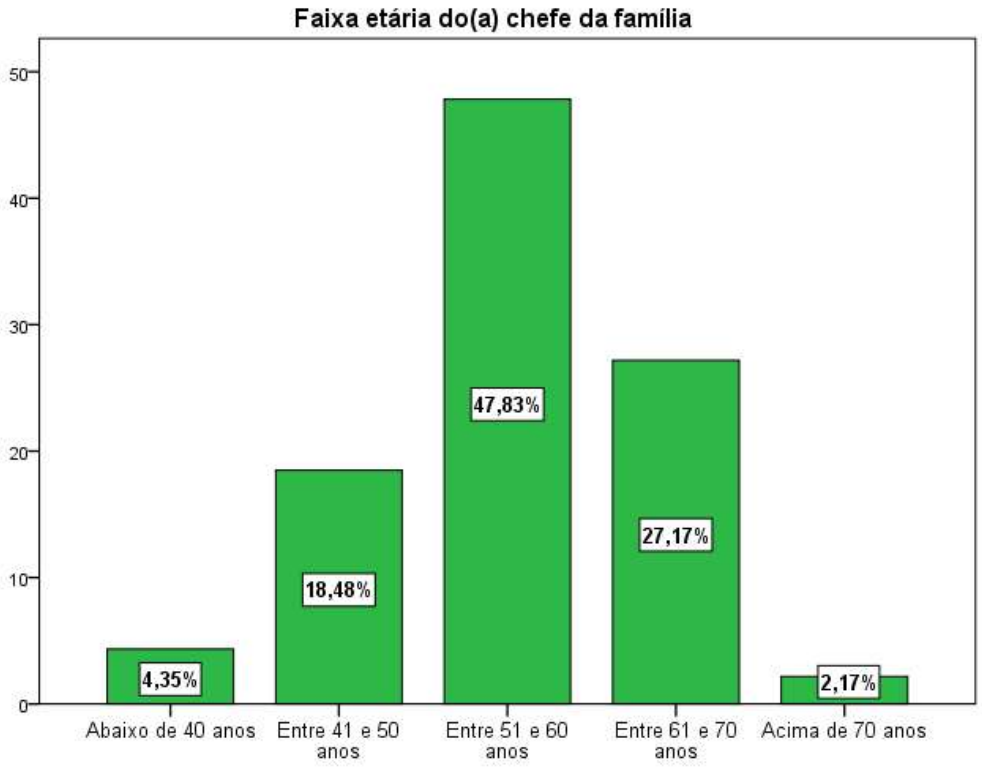

Figura 3: Grafico faixa etária do(a) chefes da família.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Constatou-se parcela expressiva de agricultores (as) com o ensino fundamental incompleto, 48,91% (Figura 4). Com percentual inferior, mas ainda relevante, 27, 17% dos produtores (as) possuem o ensino fundamental completo. Entretanto, 6,52% conseguiram concluir o ensino superior e nenhum produtor (a) da amostra foi detectado analfabeto.

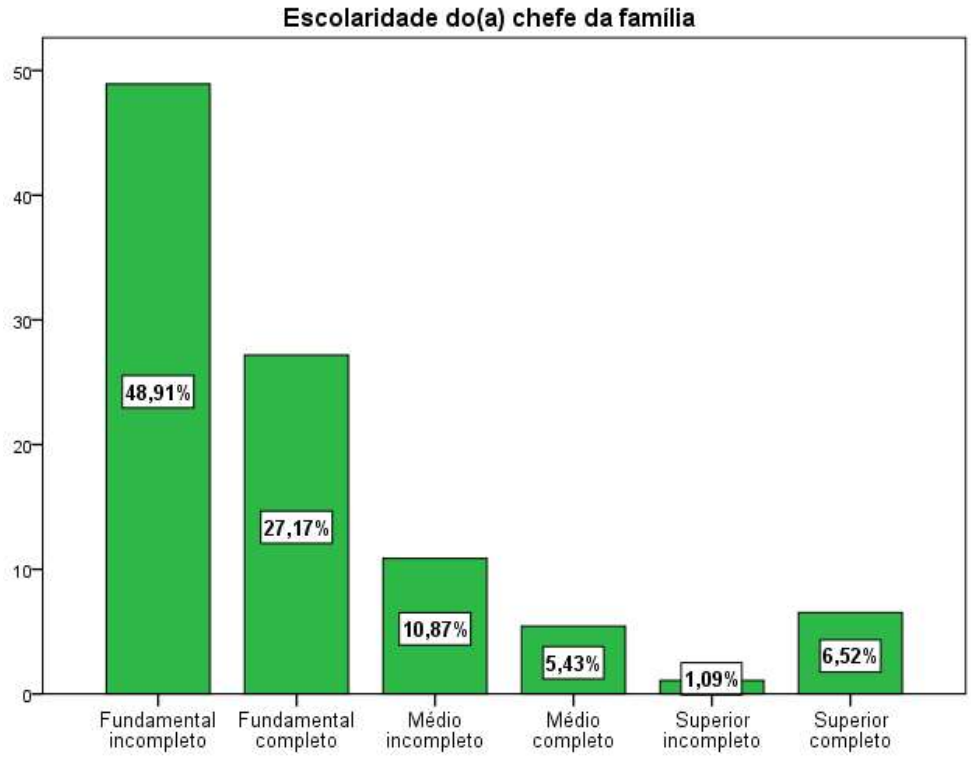

Figura 4: Gráfico escolaridade do (a) chefe da família.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Ainda na ótica da constituição familiar, identificou que 32,61% das famílias tem quatro filhos ou mais e 31,52% possuem 3 filhos (Figura 5), revelando uma alta taxa de filhos por casal, com média de 3,10 filhos ($\sigma = 1,55$).

Conforme a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas de Chayanov (1974), as famílias camponesas buscam o equilíbrio entre a produção do trabalho da família e a satisfação de vida da mesma. O autor considera como recurso produtivo a mão de obra familiar não remunerada que sofre influência pelo tamanho e composição da família. O bem-estar da família é sempre o mediador entre as relações de consumo e de trabalho dos familiares envolvidos, sendo assim, para o maior bem-estar exige-se a necessidade de um esforço de trabalho familiar intenso ou um número maior de pessoas envolvidas no trabalho. Essa teoria explica o motivo pelo qual os agricultores familiares possuírem muitos filhos e desejarem que sigam seus passos na agricultura.

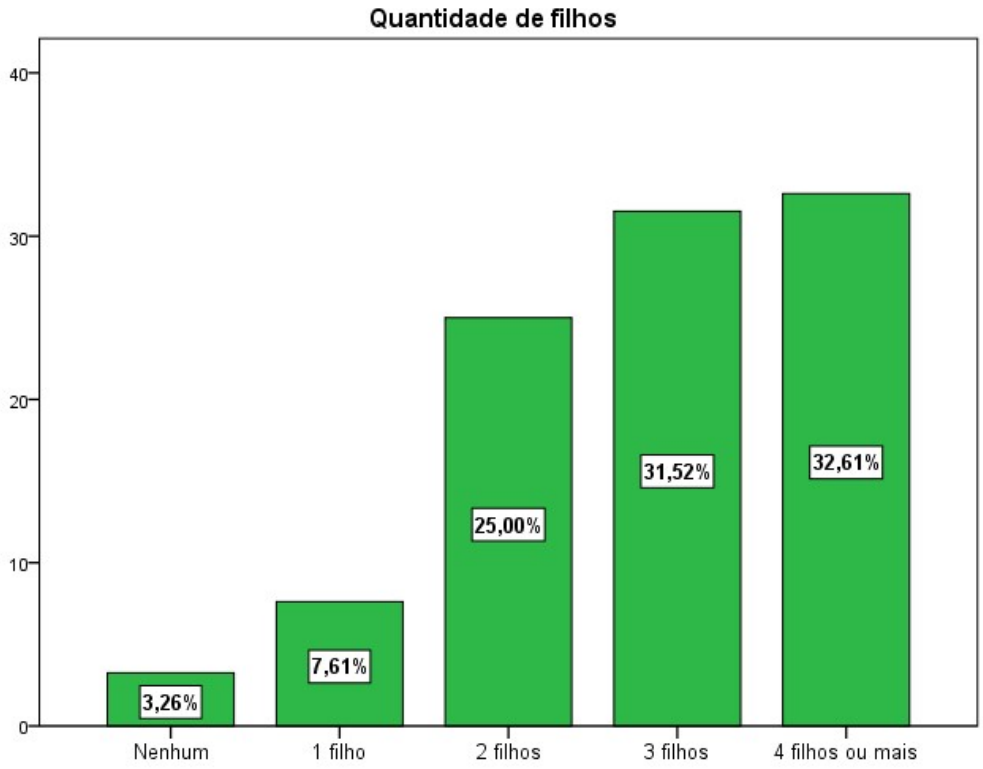

Figura 5: Gráfico quantidade de filhos.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Com isso, os resultados quanto ao perfil socioeconômico das famílias assentadas corroboram o que é possível verificar visualmente, sendo populações em sua grande maioria, humildes, famílias volumosas e com baixo nível de escolaridade. Deve-se ater, portanto, que os grande maioria dos chefes das famílias estão em processo de envelhecimento.

4.2 Infraestrutura e atividade produtiva das parcelas

Ao analisar os quesitos relativo a área das parcelas dos assentados (Figura 6), observa-se que 31,52% deles possuem área entre 41 a 50 hectares e 15,22% com área maior que 50 hectares. Em um primeiro momento este número pode mostrar um expressivo tamanho das parcelas, mas se deve atentar que este número é elevado devido a dois grandes assentamentos existentes na região: Pontal do Buriti e Ponte de Pedra. Juntos, os dois possuem 222 famílias assentadas em uma área de 10.929,71 hectare, sendo a maior área encontrada foi de 56,70 hectares. Percebe-se, porém, que 28,26% dos agricultores possuem área na faixa entre 21 e 30 hectares, revelando a participação de assentamentos menores.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 a área média dos estabelecimentos

familiares de Goiás é de 37,6 hectares (IBGE, 2006), praticamente a mesma média verificada nos assentamentos investigados, ficando em torno de 37,8 hectares (σ = 11,50).

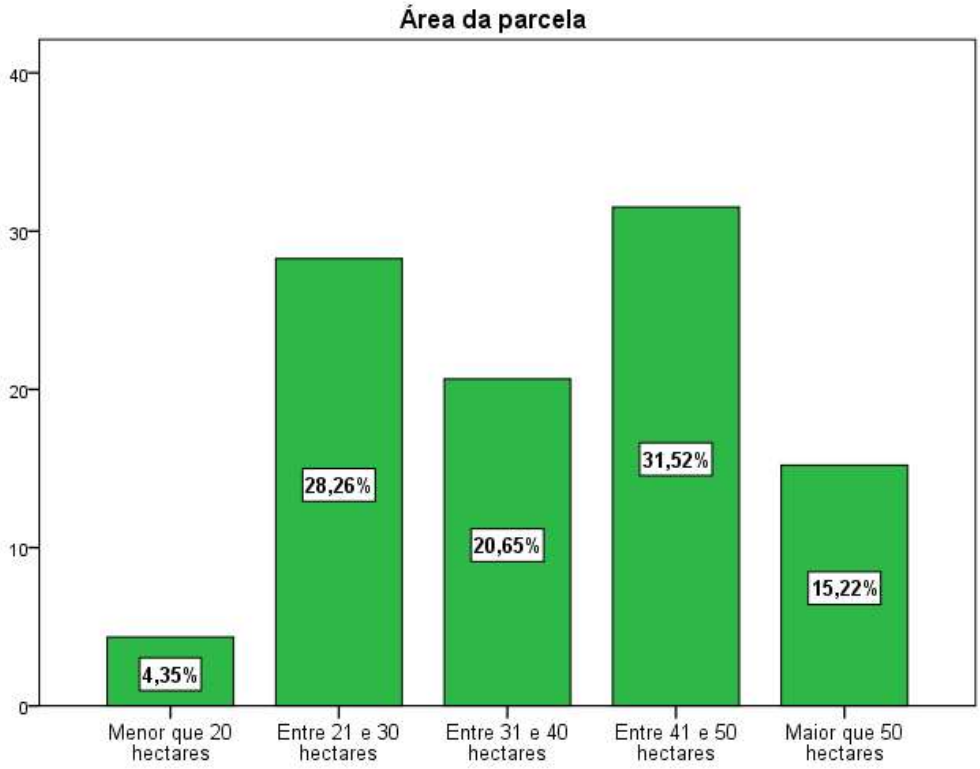

Figura 6: Gráfico área da parcela.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quando indagados sobre quais atividades produtivas são desenvolvidas nas suas parcelas (Tabela 3), é possível verificar que a atividade leiteira é a principal atividade desenvolvida, com 58,7% dos produtores, seguido pela produção de grãos (soja, milho, feijão e sorgo), com 46,7% dos produtores e de 30,4% dos produtores produzindo hortaliças. Com isso, a produção de leite e o cultivo de hortaliças são confirmadas como atividades tradicionais desenvolvidas pela agricultura familiar, em especial, pelas famílias assentadas. Contudo a novidade fica por conta da produção de grãos, favorecido especialmente, pelas boas condições de produção em alguns assentamentos como topografia, qualidade da terra e acesso a políticas de desenvolvimento rural. Vale destacar que 50% dos agricultores responderam que possuem outros tipos de atividades produtivas das mais diversas, dentre as aferidas estão aves e suínos caipira, peixes, madeira, mel, mandioca, sementes, guariroba, frutas e fumo.

Tabela 3: Atividades produtivas dos assentados.

Atividades produtivas	Porcentagem de casos
Leite	58,7%
Grãos	46,7%
Hortaliças	30,4%
Outros	50,0%

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Como observado na Tabela 3, esta questão apresentou múltiplas respostas, ou seja, o produtor poderia responder não somente uma atividade produtiva, mas poderia haver mais. Em se tratando da quantidade de atividades produtivas desenvolvidas na parcela (Figura 7), é possível identificar que 40,22% dos agricultores mantém duas atividades produtivas e 33,70% possui somente uma atividade na parcela. A diversificação da produção fica por conta dos 26,06% dos assentados que produzem três ou mais tipos de produtos em suas parcelas.

Sabe-se que uma das grandes estratégias discutidas e difundidas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar é o policultivo, o que proporciona maior segurança para os produtores rurais, devido a não dependência das oscilações de preço de uma única cultura, influenciados pelos agentes externos e, também fatores como clima, pragas e doenças e às condições de instabilidade de mercado. Tendo-se uma diversidade de possibilidades para geração e fonte de renda dentro da propriedade, em diversas épocas do ano.

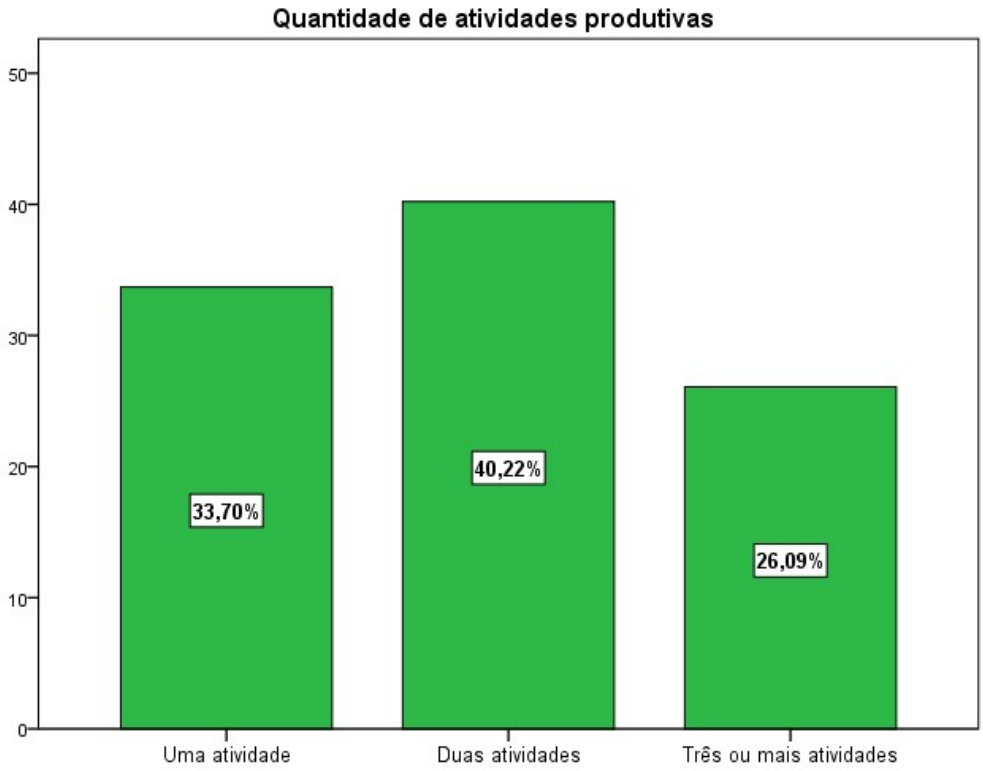

Figura 7: Gráfico quantidade de atividades produtivas.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Em se tratando do objetivo de se produzir e desenvolver determinada atividade produtiva, a grande maioria, 94,57% optou que a finalidade da produção é comercial, e apenas 5,43% produz somente para o autoconsumo, demonstrando que não possuem relações de mercado. Destes que a finalidade da produção é comercial, foram questionados sobre quais as relações mantêm com o mercado (Tabela 4). Como se trata de uma questão com respostas múltiplas, foram obtidas no total 145 respostas, das quais, 72,4% dos produtores vendem sua produção com produtores individuais; 54% como cooperativados e 26,4% vendem sua produção em feiras livre realizadas nas cidades circunvizinhas aos assentamentos. Uma pequena fatia dos produtores possui integração com agroindústrias, principalmente laticínios, correspondendo 13,8%. Tais dados demonstram que os assentados procuram realizar mais de um tipo de ligação com o mercado, destacando que as feiras livres ainda mantêm sua importância como principal canal de comercialização de produtos hortifrutigranjeiro. A principais cidades onde os assentados comercializam suas produções através de feiras são Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Montividiu, Paraúna e Aparecida do Rio Doce.

Tabela 4: Relações com o mercado.

Tipos de relações com o mercado	Porcentagem de casos
Integração com Agroindústria	13,8%
Produtor individual	72,4%
Feiras	26,4%
Cooperativado	54,0%

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Em relação a mão de obra utilizada na parcela, foi aferido que 85,87% dos estabelecimentos utilizam apenas mão de obra familiar, demonstrando ser a característica principal deste segmento de agricultores. Ademais, apenas 14,13% utilizam mão de obra assalariada, destes, nenhuma família assentada possui empregados permanentes, somente temporários, os quais, são utilizados normalmente pelos produtores que produzem grãos no momento em que é exigido maior trabalho humano, ou seja, no plantio e na colheita da produção.

No tocante a infraestrutura existente do estabelecimento rural (figura 8), verifica-se que a estrutura existente depende do tipo de atividade produtiva da família, entretanto, observa-se que 64,1% das parcelas possuem chiqueiro e 50% possuem aviário (galinheiro coberto), demonstrando que apesar da atividade produtiva principal ser focada em outra cultura, há a criação de suínos e aves para o consumo da própria família, mesmo que estes índices não se apresentam na proporcionalidade de uma característica que é bastante presente na agricultura familiar. Outro ponto que chama a atenção é o índice de 93,5% dos estabelecimentos possuírem casa de alvenaria, demonstrando que ainda há famílias vivendo em situações precárias nesses assentamentos mesmo depois de vários anos de concessão da parcela a família assentada, ou seja, ainda há famílias morando em casebres de madeira, lona ou barracas. Dentre os estabelecimentos que possuem galpão, trator e implementos e ordenha e resfriador constata-se que tais bens são fundamentais para atividade produtiva da família.

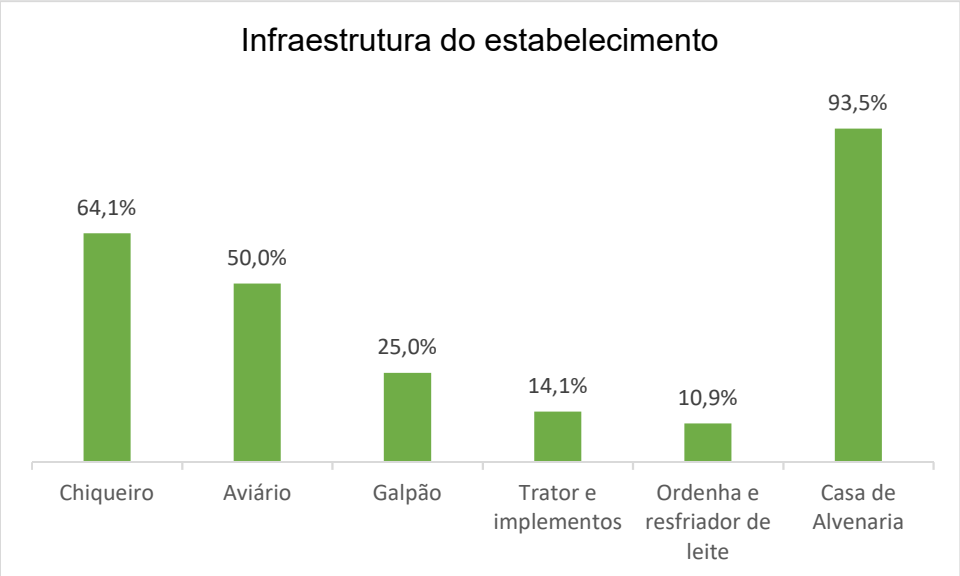

Figura 8: Gráfico infraestrutura do estabelecimento.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quanto a renda (Figura 9), observa-se que 50% dos estabelecimentos possuem entre 20 mil e 40 mil reais de renda bruta anual por família assentada, renda esta, que é oriunda das atividades produtivas desenvolvidas nas suas parcelas e de possíveis rendas externas. Em seguida, percebe-se que existem uma percentagem significativa de produtores que obtêm até 20 mil reais de renda bruta anual, demonstrando que tais assentados ainda não conseguiram se desenvolver economicamente, e nestes casos, foi possível observar no momento das entrevistas, que essa faixa necessita de acesso a políticas públicas para distribuição de renda, como é o caso do Bolsa Família.

Por outro lado, nota-se um pequeno percentual de famílias que possuem renda bruta anual acima de 80 mil reais. Estes, são constituídos, principalmente, de produtores mais capitalizados, tecnificados e diversificados nas suas atividades produtivas. A média de renda bruta anual de todas as famílias assentadas é de R$ 42.150,17.

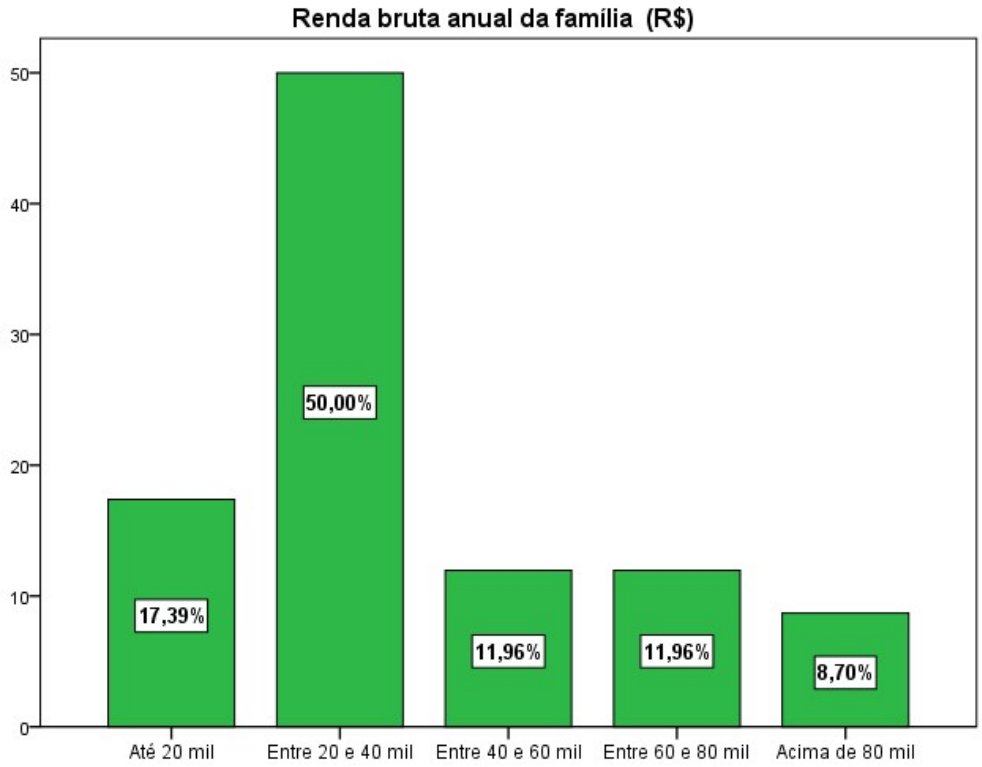

Figura 9: Gráfico renda bruta anual da família.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

No último quesito avaliado, foi perguntado aos chefes de família se eles percebem modificações na qualidade de vida e bem-estar da sua família desde o tempo de início de suas atividades no assentamento até o momento atual. Os resultados apontam que 76,09% percebem essas melhorias e 23,91% disseram que as condições de suas vidas não mudaram ou até pioraram no decurso do tempo. Segue abaixo algumas falas de entrevistados que foram gravadas pelo pesquisador durante as entrevistas, nelas estão sujeitos que responderam por haver melhorias e também os que não perceberam mudanças:

> "...como diz o outro, eu num tinha nem lugar pra morar né... Agora tem né, graças a Deus, tem água, tem energia, tem internet. Mas só de tá longe da barulheira da cidade é um alívio né. Aqui a gente tem tudo que precisa por enquanto..." (ENTREVISTADO 12).

> Ah sim... com certeza, melhorou muito. Antes, lá no começo a vida era sofrida demais, agora nós temos onde viver e tirar o sustento, sem depender dos outros, sem ser empregado né... É a melhor coisa do mundo isso aqui pra gente..." (ENTREVISTADO 47).

> "Vou te falar a verdade viu... lá fora eu vivia bem melhor que aqui dentro. Sabe por quê? A pessoa que tá lá fora tá doida pra entrar, e a pessoa que tá aqui dentro ta doida pra sair. As pessoas pensam que fazenda é uma coisa e na verdade é outra. Fazenda... pelo nome dela

> você já sabe o significado né... vive fazendo as coisas! (ENTREVISTADO 88).

É interessante observar as contradições presentes nas falas selecionadas. De um modo bem informal e com uma linguagem coloquial os entrevistados colocam seu ponto de vista de maneira opostas. As melhorias positivas percebidas estão relacionadas ao acesso a facilidades como água, energia e internet, bem como a tranquilidade do campo e autonomia de trabalhar para si mesmo. Já a fala de quem não apontou melhorias relaciona-a ao excesso de afazeres e a certa ilusão do que seria viver no campo.

Diante dos relatos expostos, vale ressaltar que os aspectos relacionados a qualidade de vida e bem-estar no meio rural mereceu sensibilidade do pesquisador, pois o que pode não ser caracterizado como qualidade de vida no meio urbano, pode ser considerado no meio rural.

Neste sentido, Smith (2001) reitera ainda que o conceito de bem-estar foi modificado a partir de meados do século XX, pois, até aí relacionava-se apenas com a disponibilidade de bens materiais, porém, atualmente tem abrangido dimensões menos tangíveis, como a felicidade, autoestima, dignidade, oportunidade de alcançar objetivos pessoais, ou seja, a qualidade de vida engloba os recursos, mas também o direito de aproveitar a vida.

4.3 Caracterização do PRONAF

Ao analisar o percentual de acesso das famílias assentadas ao financiamento do PRONAF (Figura 10), foi constatado que 52,17% o acessaram, percentual considerado relativamente baixo em relação aos assentamentos da reforma agrária.

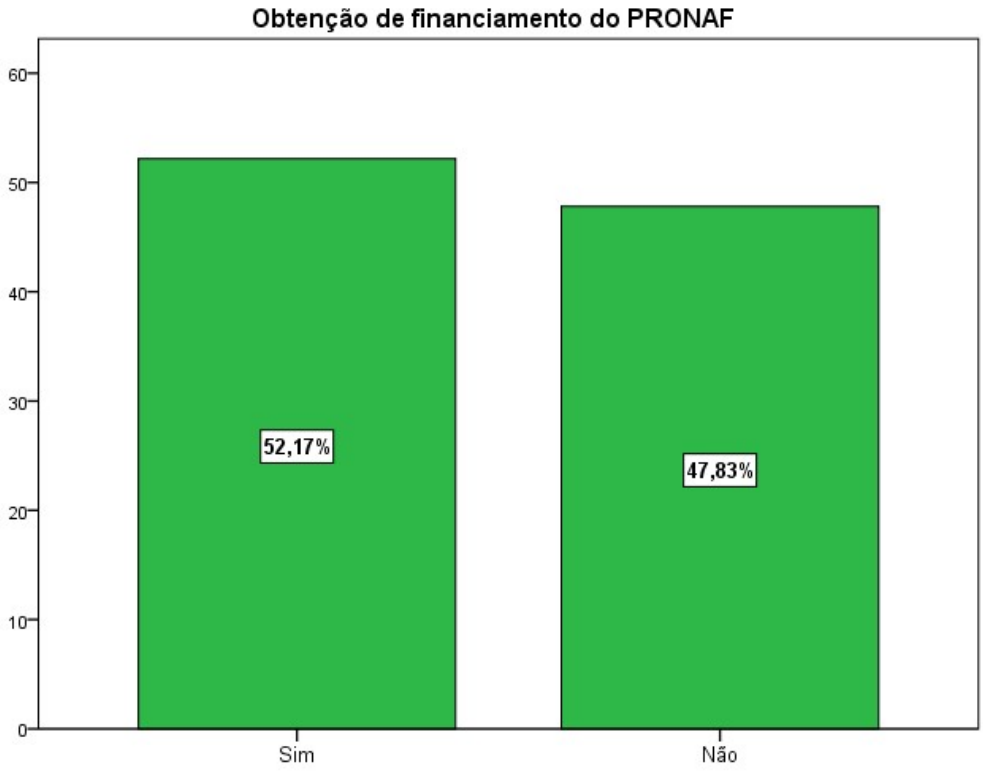

Figura 10: Gráfico obtenção de financiamento do PRONAF.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quando perguntado ao(a) chefe da família não optante ao crédito o motivo da não obtenção (Figura 11) foi possível observar que grande parte dos assentados, precisamente 50% deles responderam que não conseguiram devido a não aprovação do projeto. A explicação para este número elevado é devido ao assentamento Ponte de Pedra, no qual, o antigo dono da fazenda que foi desapropriada está em demanda judicial com INCRA para requerer a terra novamente, neste sentido, o INCRA não liberou as DAP's para os assentados acessarem o Programa até que a situação se resolva por definitivo. Somente neste assentamento vivem 117 famílias, correspondendo 30,23% das famílias assentadas na região de Rio Verde-GO.

Em seguida, o medo de se endividar ocupa o segundo lugar de motivos da não obtenção do crédito, com 29,55% dos agricultores e 13,64% não sabem como obter o financiamento, revelando que ainda falta um trabalho de divulgação e apoio aos assentados, realizados principalmente pelos extensionistas. Apenas 6,82% disse que não precisou obter o financiamento e optou por trabalhar com recursos próprios.

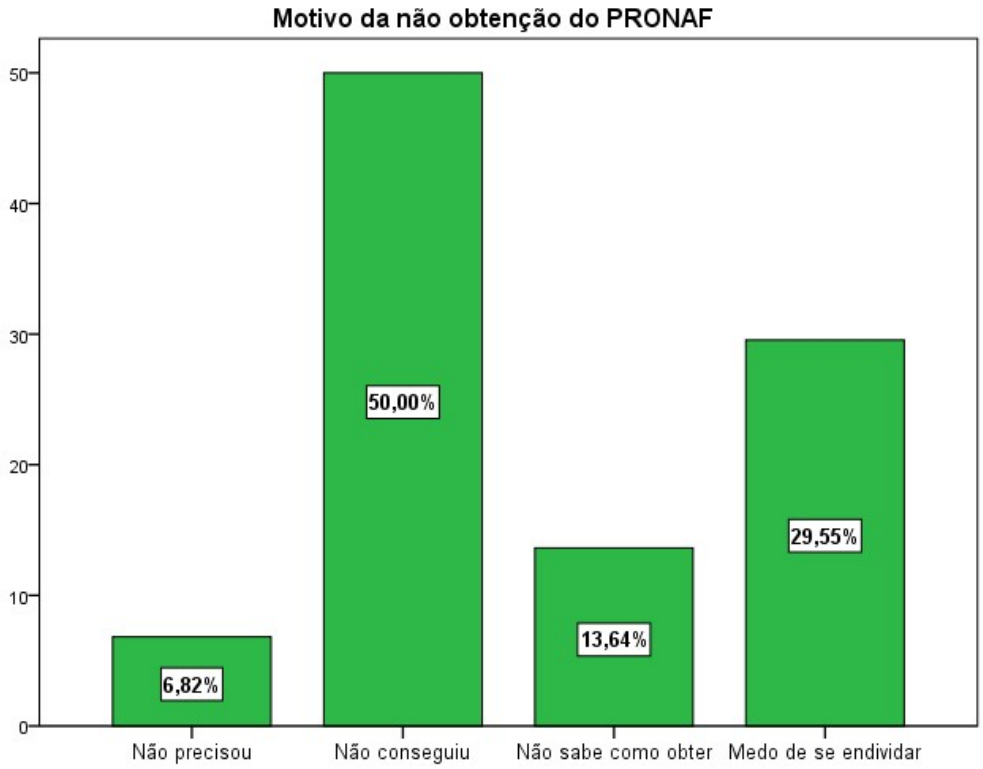

Figura 11: Gráfico motivo da não obtenção do PRONAF.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

No que se refere a finalidade do financiamento do PRONAF (Figura 12), 76,6% são para investimentos, e 23,4% para custeio. Embora constasse o crédito para a comercialização, nenhuma das famílias optou por esta finalidade. O crédito para custeio é buscado principalmente para as lavouras de soja e milho, existentes em assentamentos propícios para essas atividades na região.

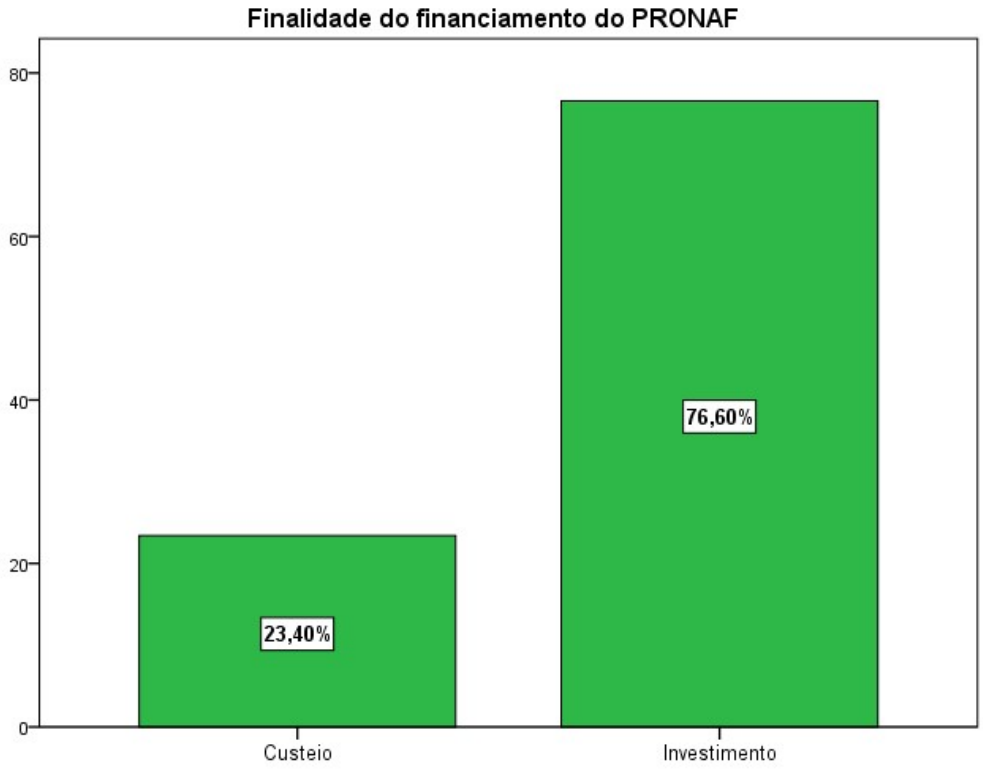

Figura 12: Gráfico finalidade do financiamento do PRONAF.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Com relação a satisfação com o financiamento do PRONAF (Figura 13), 42,55% falaram que estão muito satisfeitos e 34,04% estão com uma satisfação mediana, evidenciando que realmente o Programa tem possibilitado certa satisfação as famílias assentadas. Por outro lado, 12,77% revelaram estar pouco satisfeitos com o Programa e 10,64% se arrependeram de terem obtido o financiamento.

Vale ressaltar que a avaliação da satisfação presente nesta indação se deve a toda percepção que o agricultor tem em relação ao financiamento, ou seja, desde a tomada decisão de investir, consideração da taxa de juros, processo até o alcance do objetivo final do financiamento.

Reconhecendo-se que a minoria teve uma percepção negativa do financiamento, vale destacar seus anseios. Durante a entrevista alguns chefes da família relataram fatos que explicam esse sentimento em relação ao Programa. As principais reclamações são sobre a assistência técnica que está vinculada à operação de crédito, disseram que só a procuram quando precisam de alguma assinatura para a liberação de crédito, que falta muita informação para os produtores e que os técnicos deveriam participar mais do processo para a obtenção do crédito.

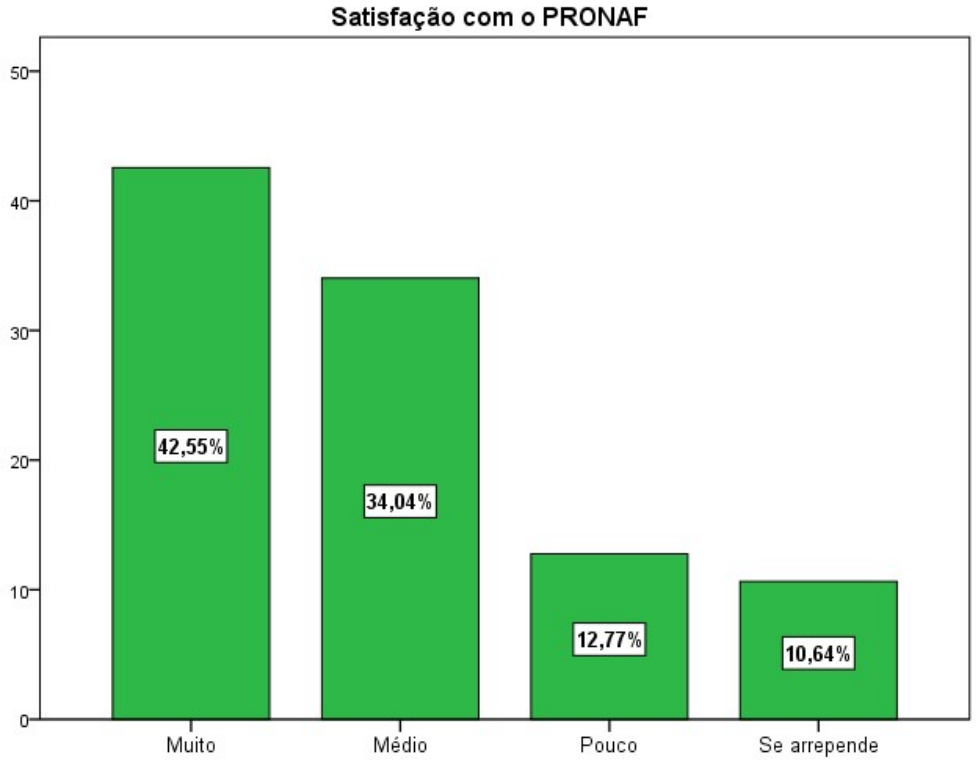

Figura 13: Gráfico satisfação com o PRONAF.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Considerando a elaboração do projeto (Figura 14) para apresentação a instituição financeira, nota-se que 32,61% dos produtores recebem auxílio dos técnicos da Emater. Apesar disso, é possível perceber que há uma representativa participação de vendedores, com 23,91% e outros agentes, com 28,26%, neste último incluem-se parentes, vizinhos, amigos, entre outros. Outro dado interessante é o de apenas 2,17% dos produtores elaborarem seus próprios projetos, resultando em uma alta dependência de assessoria, vislumbrado principalmente, pela pouca escolaridade presente nos chefes de família.

Na opinião dos produtores, ainda existe um entrave que dificulta o acesso ao PRONAF. A solução que eles encontrariam para resolver esses problemas seria o auxílio de algum extensionista que explicasse como o programa funciona e permanecesse com a assistência mesmo depois da obtenção do crédito, neste seguimento, seria assegurado aplicação dos recursos e, consequentemente, a obtenção de renda. Alguns produtores explicaram que poderia ser mais fácil conseguir o dinheiro no banco, se alguém os auxiliasse. Reclamaram também que o assentado está desamparado quando necessita conseguir dinheiro, pois, no banco, pedem muito documentos; e os produtores não têm acesso aos bancos para saber.

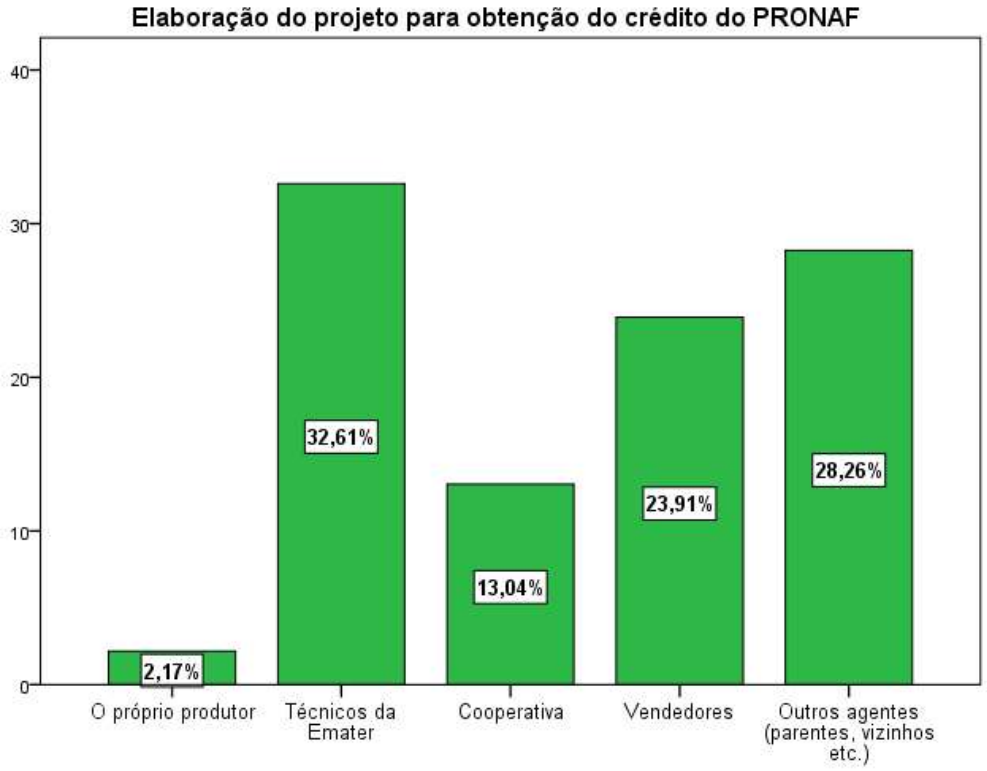

Figura 14: Gráfico elaboração do projeto para obtenção do crédito do PRONAF. Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Sobre as linhas de créditos acessadas (Figura 15), percebe-se pouca diversificação, 48,94% das famílias que buscaram o crédito utilizaram a linha de crédito Pronaf Grupo A, destinada principalmente para investimentos e 23, 4% acessaram a linha Pronaf Grupo A/C, utilizada para custeio da atividade.

Em pesquisa realizada por Grisa et al. (2014) constatou-se que no período de 1996 a 2012 o crédito de custeio agrícola do Pronaf foi direcionado para financiar a produção de quatro culturas em específico, sendo elas milho, soja, café e fumo. Com restrições impostas pelas agências financeiras aos projetos de financiamento não convencionais. O que corrobora com Corcioli et al. (2016), ao confirmarem que em Goiás o crédito é destinado à bovinocultura leiteira, atividade consolidada entre os agricultores familiares do Estado.

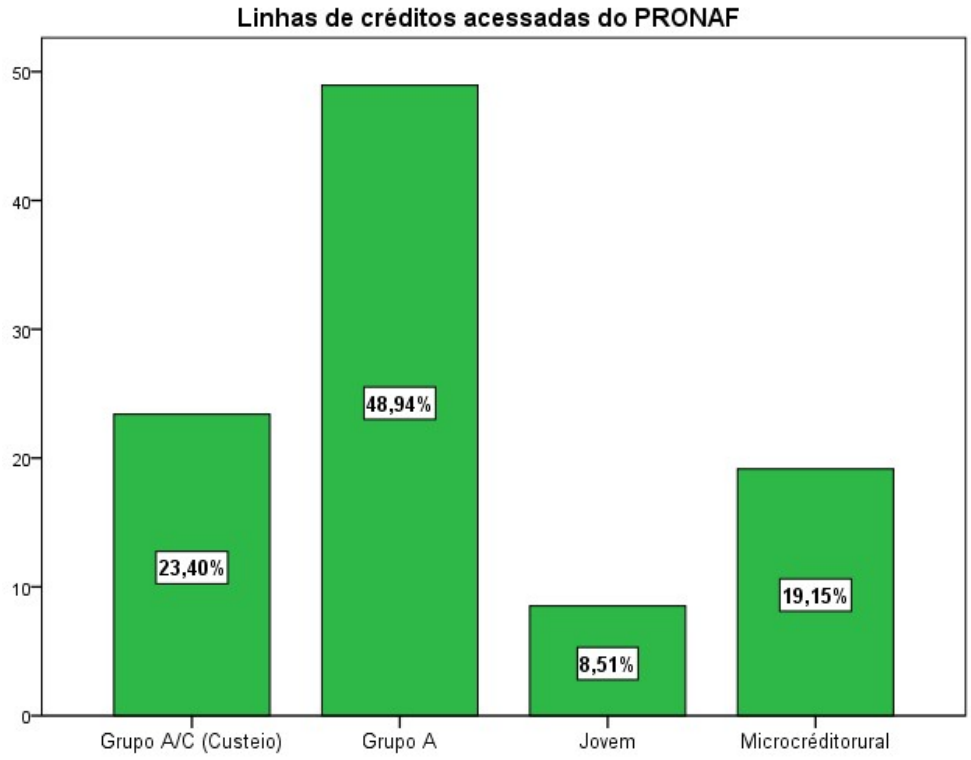

Figura 15: Gráfico linhas de créditos acessadas do PRONAF.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Analisando a racionalidade das famílias assentadas através do motivo que as levam a acessar o PRONAF (Figura 16) observa-se que, 51,06 % dos entrevistados têm como objetivo a aversão a penosidade, 40,43% dos entrevistados almejam maximizar os lucros e 8,51% são para minimizar riscos.

Considerando a relação entre a faixa etária dos entrevistados e a racionalidade dos mesmos, verifica-se que 36,16% dos entrevistados que possuem menos de 40 anos, entre 41 e 50 anos e entre 51 e 60 anos tem como objetivo principal a maximização dos lucros, enquanto que 48,94% dos que possuem entre 51 e 60 anos, entre 61 e 70 anos e acima de 70 anos desejam reduzir a penosidade do trabalho. Visualmente, percebe-se que a calda esquerda do gráfico predomina a maximização do lucro e a calda direita a aversão ao risco. Verifica-se, portanto, que entre os agricultores mais jovens a racionalidade predominante é a maximização dos lucros, enquanto que para os mais velhos é a aversão à penosidade, pois estes pensam mais em facilitar a satisfação das necessidades básicas da família.

Almeida (1986) caracteriza a racionalidade como o sistema de crenças e valores que orientam as ações dos seres humanos. A racionalidade das escolhas dos agricultores familiares se constrói baseada no patrimônio cultural, na interação social. Essa racionalidade significa um conjunto de valores, regras de comportamento, parâmetros de

escolha, que organizados na mente do agricultor, dão um sentido, uma razão própria que orienta suas decisões, suas opções técnicas (ALMEIDA, 1986).

Infere-se, que o lucro não é o objetivo primordial dos agricultores familiares que se utilizam de estratégias variadas, no sentido de minimizar os riscos e garantir a reprodução da família. Contudo, a racionalidade econômica desta categoria é diferente dos agricultores capitalistas (ABRAMOVAY, 1998; PORTO, 2003).

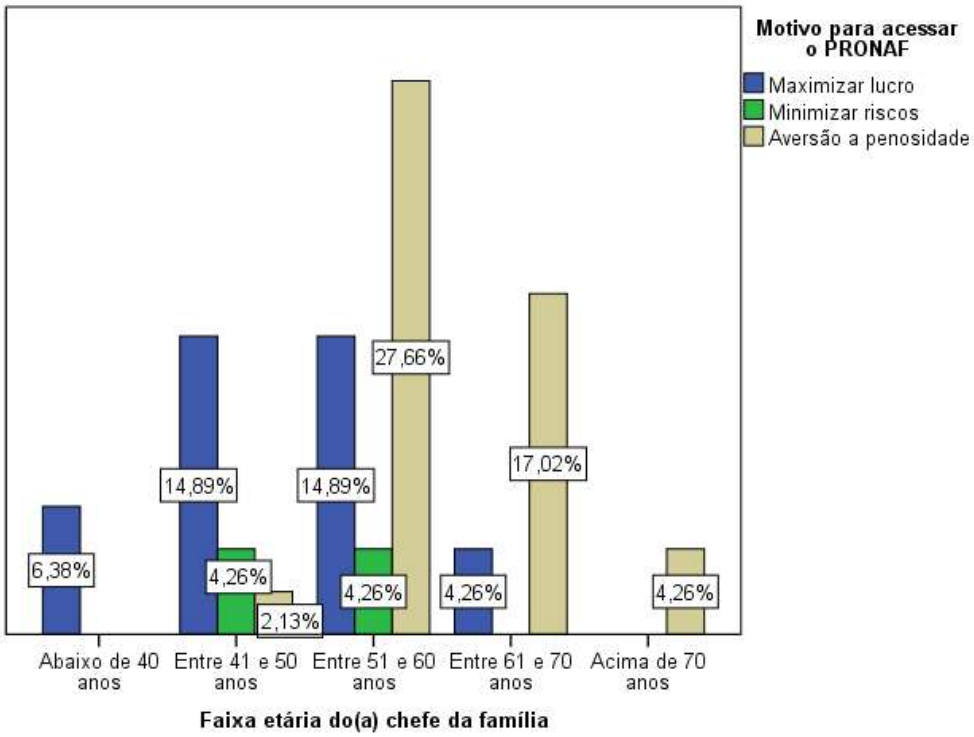

Figura 16: Cruzamento das variáveis "faixa etária do(a)chefe da família" e "motivos para acessaro PRONAF".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

No que se refere a consideração da taxa de juros do financiamento na decisão de investir, 63,04% responderam sim e 36,96% não. Ao analisar a Figura 17, verifica-se que os mais jovens consideraram o juro baixo como o principal incentivo para investir. Confere-se que em relação ao fator determinante do financiamento, na busca de um investimento viável, o juro baixo realmente foi o estímulo predominante em praticamente todas as faixas etárias.

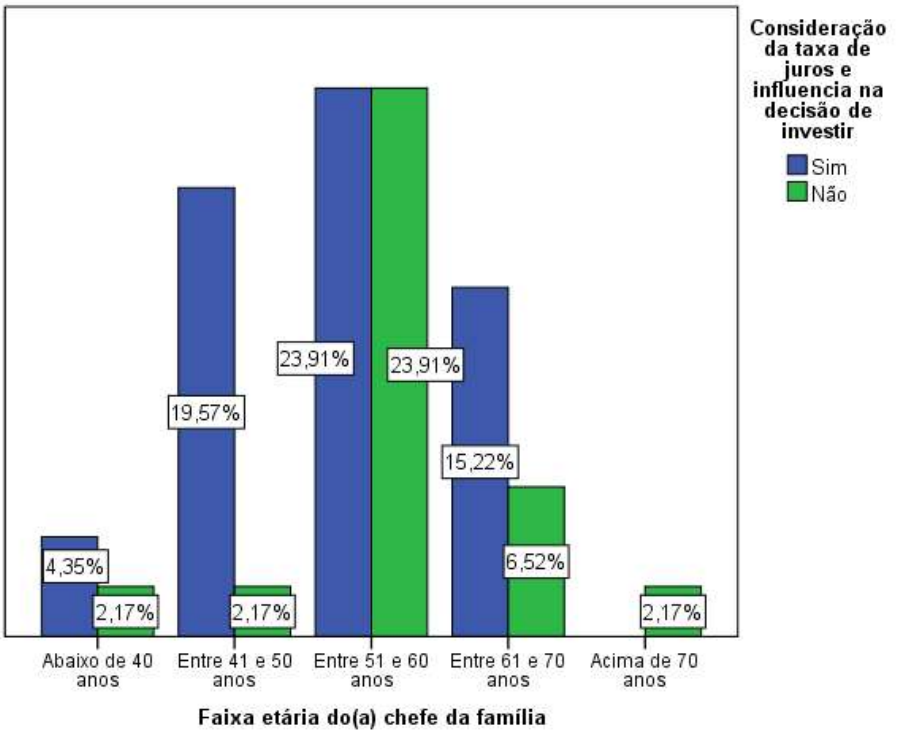

Figura 17: Cruzamento das variáveis "faixa etária do(a) chefe da família" e "Consideração da taxa de juro na decisão de investir".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Ao analisar a existência de relação entre as variáveis "renda bruta anual da família" e "obtenção de financiamento do PRONAF" calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2$ = 16,15; G.L = 4; "valor-p" = 0,003). Com 95% de confiança, rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis, devido a significância estatística do teste, ter sido 0,003, menor que o nível de significância estabelecido de 0,05 (5%), aceitando-se assim, a hipótese alternativa, de que a renda bruta anual dos agricultores familiares influi no acesso ao Pronaf pelos agricultores, sendo as variáveis dependentes.

Na identificação do grau de associação entre as duas variáveis, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, encontrando-se - 0,404, com "valor-p" de 0,000. Validando-se assim estatisticamente o coeficiente de correlação de Pearson, pelo fato de a significância estatística do teste encontrada, (0,000), ter sido menor que o nível de significância estabelecido, de 5% (0,05). Portanto, existe correlação negativa média, estatisticamente significativa entre as variáveis "renda bruta anual das famílias" e "obtenção de financiamento do PRONAF".

Como constata a Figura 18, explicitando que as famílias assentadas que obtém renda bruta anual nas faixas entre 60 mil e 80 mil reais e acima de 80 mil reais, ou seja, os de maior poder aquisitivo, são os que mais acessam o Pronaf em comparação com os

que não acessam. O que corrobora com as estatísticas anteriores, ao confirmarem que parcela significante dos agricultores familiares mais capitalizados são detentores so acesso ao PRONAF.

Segundo Grisa et al. (2014) entre 1996 a 2012 cerca de 50% dos recursos do Pronaf destinaram-se a região Sul do Brasil, sendo os agricultores familiares mais capitalizados os que mais acessaram os recursos no período analisado. Para os autores o Pronaf tem beneficiado as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas. Em virtude dos inúmeros obstáculos burocráticos impostos pelo sistema bancário ao acesso dos agricultores familiares de menores rendas.

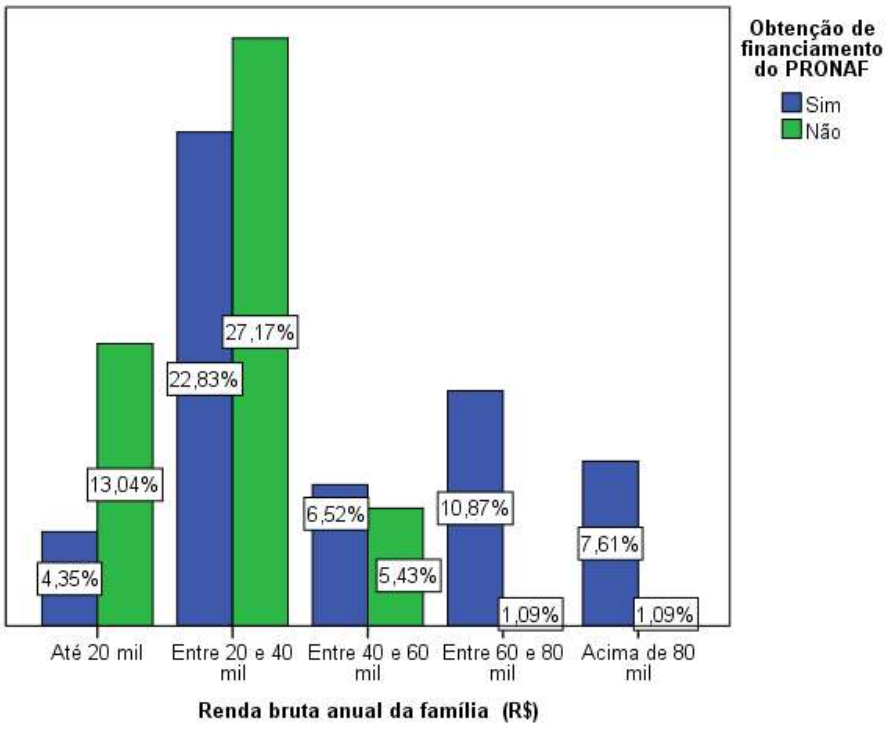

Figura 18: Relação entre as variáveis "renda bruta anual da família" e "obtenção de financiamento do PRONAF".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Com o intuito de compreender a existência de associação entre as variáveis "Obtenção de financiamento do PRONAF" e "Quantidade de atividades produtivas" calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2$ = 5,61; G.L = 2; "valor-p" = 0,060). Com 90% de confiança, rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis, devido a significância estatística do teste, ter sido 0,060, menor que o nível de significância estabelecido de 0,1(10%), aceitando-se assim a hipótese alternativa, de que a obtenção de financiamento do PRONAF pelos agricultores influi na quantidade de atividades

produtivas que o mesmo mantém na sua parcela. O coeficiente de correlação de Pearson encontrado foi de -0,245, com p valor de 0,019, sendo assim, validado estatisticamente, em virtude de a significância estatística do teste encontrada (0,019) ser menor que o nível de significância estabelecido, de 10% (0,1).

Observando a Figura 19 abaixo, é possível notar visualmente que as famílias assentadas que possuem três ou mais atividades produtivas são as que mais acessaram o PRONAF em virtude daquelas que possuem somente uma atividade produtiva.

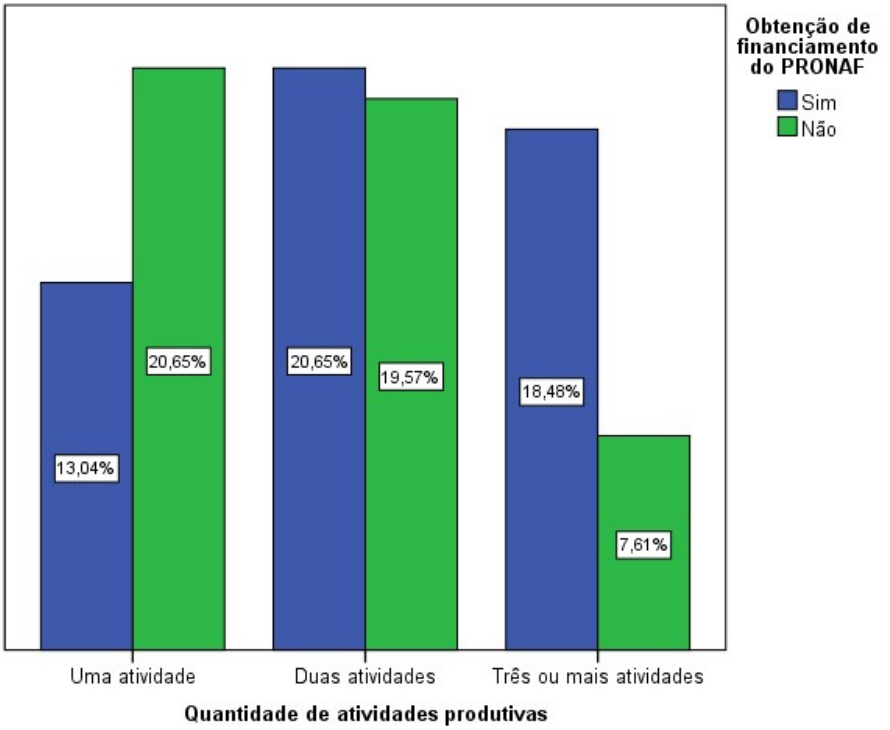

Figura 19: Relação entre as variáveis "quantidade de atividades produtivas" e "obtenção do financiamento do PRONAF".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Em consonância, na associação entre as variáveis "Escolaridade do (a) chefe da família" e "Obtenção de financiamento do PRONAF" calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2$ = 8,50; G.L = 5; "valor-p" = 0,090). Com 90% de confiança rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis, devido a significância estatística do teste, ter sido 0,090, menor que o nível de significância estabelecido de 0,1(10%), aceitando-se assim a hipótese alternativa, de que a escolaridade do (a) chefe da família influi na obtenção de financiamento do PRONAF. O coeficiente de correlação de Pearson encontrado foi de -0,233, com p valor de 0,026, sendo assim, validado estatisticamente,

em virtude de a significância estatística do teste encontrada (0,026) ser menor que o nível de significância estabelecido, de 10% (0,1).

Este resultado pode ser analisado observando a Figura 20, na medida em que o grau de escolaridade do assentado aumenta, é possível perceber que a proporção de acesso ao PRONAF aumenta em relação aos que não o acessaram. Segundo Eugenio (2018), um dos motivos que explica a inacessibilidade ao Pronaf é o baixo grau de escolaridade, que compromete o acesso à informação e à tomada de decisão por parte do agricultor.

É importante levar em consideração que apenas 6,52% (figura 4) tem o ensino superior completo, portanto, essa relação entre obtenção de financiamento e escolaridade deve ser relativizada.

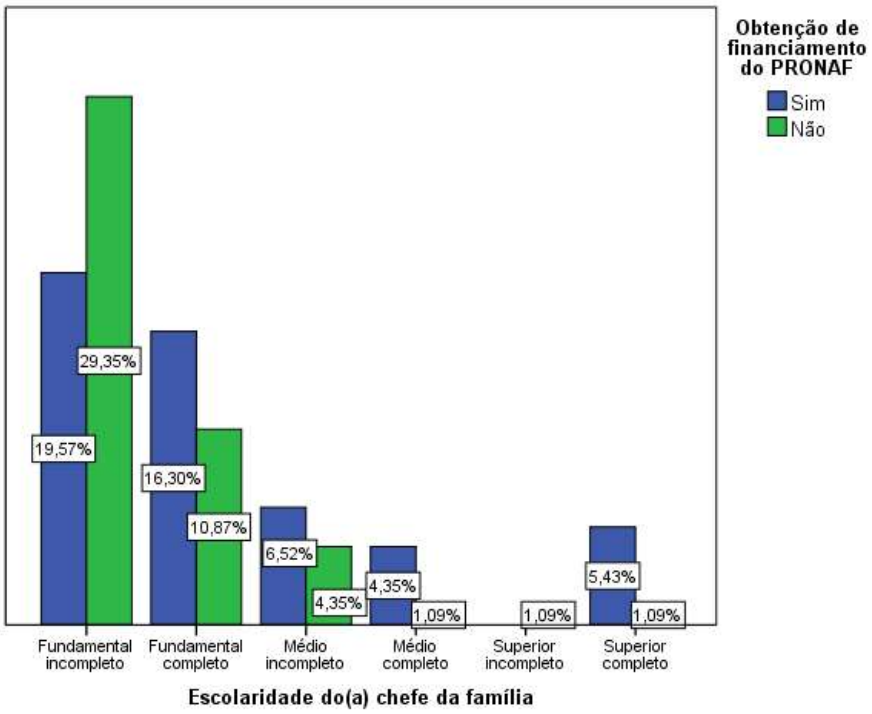

Figura 20: Relação entre as variáveis "escolaridade do(a) chefe da família" e "obtenção do financiamento do PRONAF".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Outro ponto analisado estatisticamente se refere a existência de relação entre as variáveis "obtenção de financiamento do PRONAF" e "mão de obra utilizada na parcela". Para isso, calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2 = 3,71$; G.L = 1; "valor-p" = 0,054). Com 95% de confiança, rejeitou-se a hipótese alternativa de não independência das variáveis, devido a significância estatística do teste, ter sido 0,054, maior que o nível de significância estabelecido de 0,05 (5%), aceitando-se assim a hipótese nula, de que a

obtenção de financiamento do PRONAF das famílias assentadas não influi na mão de obra utilizada pelos agricultores, sendo as variáveis independentes.

Na identificação do grau de associação entre as duas variáveis, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, encontrando-se -0,201, com "valor-p" de 0,055. Invalidando-se assim estatisticamente o coeficiente de correlação de Pearson, pelo fato de a significância estatística do teste encontrada (0,055), ter sido maior que o nível de significância estabelecido, de 5% (0,05).

Observando a Figura 21, verifica-se que os agricultores que acessaram o crédito do PRONAF possuem mais mão de obra familiar e assalariada do que apenas familiar e os produtores que não acessaram o PRONAF possuem mais mão de obra apenas familiar do que familiar e assalariada. Em um primeiro momento a análise pode apresentar que o Programa esteja estimulando a criação de empregos, entretanto através de métodos estatísticos é possível provar que não existe correlação estatisticamente significativa entre as variáveis. Essa afirmação é corroborada até mesmo pela tipologia dos empregos que são gerados, em nenhuma propriedade visitada possui empregados permanentemente, somente temporários, sendo utilizados na medida em que a atividade produtiva demanda por mais esforço humano.

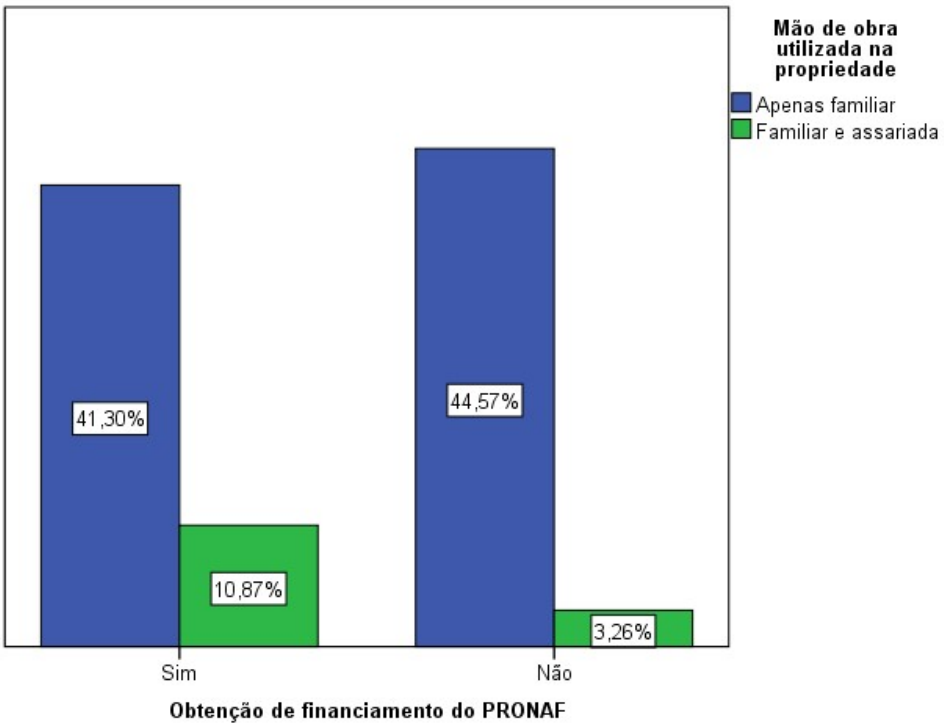

Figura 21: Relação entre as variáveis "obtenção de financiamento do PRONAF" e "mão de obra utilizada".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Um dos questionamentos feitos aos agricultores entrevistados foi o efeito que os bens que eles adquiriram pelo PRONAF causaram tanto para a família quanto para os sistemas de produção, ou seja, se a aquisição realmente proporcionou aumento de produtividade e se aumentou o bem-estar da família.

Na figura 22 é possível observar que para 73,91% dos agricultores que acessaram o PRONAF, o efeito desta compra possibilitou aumento da produtividade em suas atividades, e consequentemente, melhoria na renda familiar. Confirmando assim, que o Programa está alcançando um de seus objetivos para uma parcela do seu público-alvo.

Foi verificado durante as entrevistas através do depoimento dos entrevistados, também, os que investiram na construção de aviários, ampliação de chiqueiros, resfriadores de leite, ordenha mecânica, fábrica de ração e compra de pequenos implementos obtiveram como consequência do investimento o aumento da renda familiar. Assim, pode-se constatar que os entrevistados que investiram na mecanização das propriedades rurais obtiveram como efeito do investimento a facilitação dos serviços realizados, enquanto que os agricultores que investiram nas novas construções e ampliações de aviários e chiqueiros auferiram maior renda familiar, devido ao aumento ou diversificação da produção.

Entretanto, apesar desse aumento de produtividade, 54,35% dos entrevistados que acessaram o PRONAF não identificaram uma ligação direta do crédito e o aumento do bem-estar de sua família, revelando o Programa ainda não está alcançando este objetivo em sua plenitude.

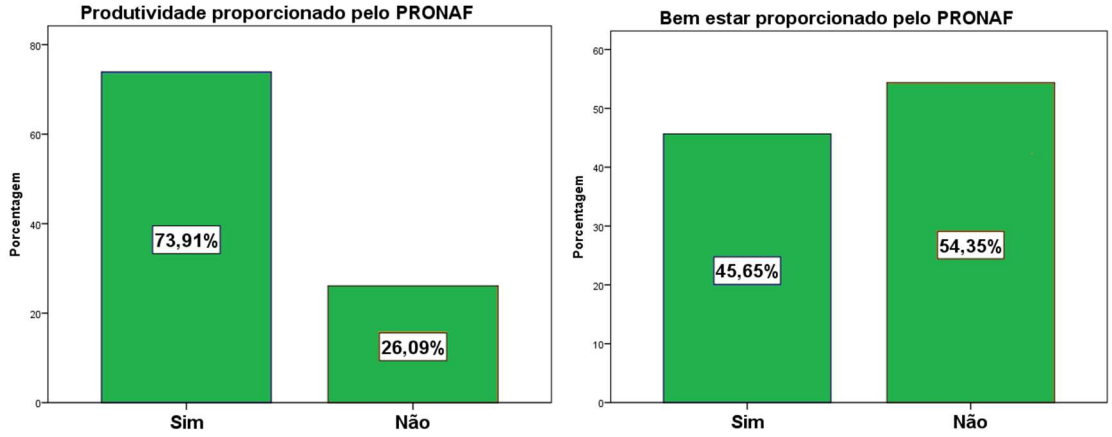

Figura 22: a) Produtividade proporcionada pelo PRONAF. b) Bem-estar proporcionado pelo PRONAF.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quando indagados sobre o que poderia ser melhorado no PRONAF, muitas reivindicações surgiram, as principais estão ligadas a burocracia, limites de financiamento e seguro da atividade agrícola. Segue abaixo alguns depoimentos:

> "É muito documento viu... Ora, se a gente já tem a DAP, num sei pra quê pedem tanto documento daquele jeito. Parecem que desconfiam da gente. Eu mesmo uma vez desiste de ir atrás porque não tinha tempo de ir atrás de toda documentação". (ENTREVISTADO 49).

> "Deviam aumentar o valor do dinheiro que é liberado né... É muito pouco, se a gente quer comprar um trator por exemplo, num dá. Acho que o máximo de financiamento que conseguimo aqui foi de 20 mil reais. Tem vizinho meu aqui que teve comprar um tratorzinho velho caindo aos pedaços com dinheiro de umas vaquinhas que ele vendeu. Se aumentasse o valor a gente podia comprar um trator novo, mesmo que pequeno, já ia resolver bastante". (ENTREVISTADO 61).

> Nossa... a gente fica muito desprotegido porque não tem seguro da lavoura. A gente pega o dinheiro pra custeio, mas nada garante que vai ter colheita. A gente depende de muita coisa pra colher a produção. Deus o livre se acontece alguma coisa, já pensou? E aí? Quem vai pagar o financiamento? Porque o dinheiro ficou tudo em semente, adubo e herbicida. (ENTREVISTADO 64).

Diante do exposto, é observado que algumas famílias já compreenderam a situação de vulnerabilidade a que estão expostos e revelam a inconsistência das políticas públicas focadas apenas no crédito rural, apesar de reconhecerem sua importância no papel de desenvolvimento rural, mas enfatizam a necessidade de políticas complementares, especialmente no tocante à precificação dos produtos agropecuários produzidos e políticas de garantia em caso de imprevistos. Os depoimentos revelam, em acordo com Toledo (2009), a capacidade analítica dos agricultores em perceber o universo de dificuldade e limitações em que estão inseridos e utilizar suas próprias informações para compreender e prever cenários que expressam as múltiplas racionalidades que fundamentam as ações, desejos, capacidades e práticas envolvidas nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura mostra-se diversos estudos que apontam a relevância do PRONAF (BIANCHINI, 2015; MATTEI, 2015; SCHNEIDER et al, 2014), que vem se constituindo em elemento central na abundância de estudos institucionais de parte significativa da intelectualidade acadêmica brasileira.

Neste contexto, procurou-se, neste estudo, chegar a uma visão geral de uma política pública voltada para a agricultura familiar, que tem como principal objetivo o incremento da produtividade da agricultura familiar. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi de caracterizar a disposição, área e uso dos recursos do PRONAF em assentamentos no município de Rio Verde.

Diante dos dados aferidos, quanto a disposição dos assentamentos encontrou-se populações que, não diferem do contexto geral deste segmento de agricultores. No entanto, os resultados apontam um envelhecimento acirrado dessas populações, uma vez que, os jovens não desejam permanecer nas atividades dos pais, gerando possíveis problemas de sucessão familiar nas parcelas.

Em relação a área dos assentamentos, os resultados mostram que além das atividades já consolidadas como pecuária leiteira e produção de grãos, há uma diversidade significativa de produtos que são produzidos pelos agricultores familiares. O tamanho de das parcelas e a infraestrutura encontradas nos assentamentos a *priori* se demostram adequadas para obtenção de renda na maioria das parcelas visitadas.

Quanto ao uso dos recursos, os resultados apontam que o crédito do PRONAF ainda é pouco acessado, embora quem o acesse esteja muito satisfeito com os resultados e os recursos são utilizados predominantemente para investimentos. Com base nas análises estatísticas, verificou-se que a busca pelo financiamento é influenciada pela renda bruta anual da família e pela escolaridade do (a) chefe da família, neste sentido, o PRONAF tem proporcionado diversificação das atividades produtivas da família, produtividade e, consequentemente renda para as famílias, entretanto, não tem contribuído para a geração de empregos no campo.

Vários anseios e reivindicações das famílias em relação ao PRONAF foram relatadas, dentre eles, burocracia, assessoria na elaboração do projeto, limites e garantias do financiamento.

Constata-se, portanto que o PRONAF é de grande relevância para o assentados, no qual, nesses vinte e dois anos de operacionalização trouxe melhorias, favorecendo o crédito para o pequeno agricultor, visto que antes deste programa, era algo difícil de conseguir, assim as expectativas são de cada vez mais o PRONAF beneficiar muitas famílias conforme o programa vai se ajustando as necessidades do agricultor.

Faz- se, neste sentido, algumas recomendações voltadas à necessidade de políticas públicas para a agricultura familiar articular apoio aos processos de organização da produção e construção de novos mercados. Como foi observado, existem uma parcela

de assentados que produzem *commodities,* como é o caso de grãos, neste caso, esses agricultores precisam de mais e melhores mercados, para que não fiquem dependentes e vulneráveis dos canais de venda, que são dominados e oligopolizados pelas grandes cadeias.

Quanto ao PRONAF e o momento atual de conjuntura econômica e de políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente em relação a desestruturação de políticas de apoio ao PRONAF, deve-se repensar se o Programa está mostrando sinais de esgotamento nesses últimos anos, pois o crédito se tornou um fim em si mesmo que acaba financiando mais do mesmo. A superação da pobreza não depende somente da simples distribuição de crédito aos mais pobres. O crédito deve estar inserido em uma política mais ampla e completa que não considere o indivíduo ou sua família apenas como um pobre, mais que reconheça sua condição de agricultor.

Contudo, conseguiu-se caracterizar a disposição, área e uso dos recursos do PRONAF em assentamentos no município de Rio Verde. Um público até então desconhecido pela comunidade científica e pela população da cidade Rio Verde, sendo um dos atores responsáveis pela segurança alimentar dos rioverdenses, uma vez que, muitas das famílias comercializam sua produção hortifrutigranjeira em feiras livres da cidade e através das redes varejistas.

Uma limitação encontrada foi o tempo demandado para realização da entrevista, visto que, o pesquisador teve que trabalhar aspectos argumentativos e explicativos para a indagação ser facilmente entendida e interpretada pelo entrevistado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas (SP): Editora HUCITEC – UNICAMP, 1998.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.23, n.3, setembro-dezembro, 2011.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Redescobrindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº1, vol.1: 66-83. 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito rural**, jul. 2013.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos de PRONAF, 1995 – 2015:** avanços e desafios. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário,

2015, 113p.

BUANAIN, Antônio Marcio; SOUZA FILHO, Hildo de. **A política agrícola no Brasil:** evolução e
principais instrumentos. 2006. Disponível em: <www.enad.org.br>. Acesso em: 17 de abril de
2011.

CONTI, Bruno Martarello de; ROITMAN, Fábio Brener. Pronaf**:** uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES 35**, p. 131-168, jun. 2011. Disponível em:< https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3364>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CORCIOLI Graciella; CAMARGO; Ricardo. 2016. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: MEDINA, Gabriel. Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico (Terceira edição, revista e ampliada). 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016. v. 300.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed,2007. 248 p.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

EUGENIO, Acássio Coêlho. **Participação e caracterização da agricultura familiar na Pedra do Produtor da CEASA-GO**. Goiânia, 2018.110f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Escola de Agronomia, Universidade Federal de Goiás.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GRISA, Catia.; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

TRIOLA, Mario. **Introdução à estatística**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

GUANZIROLI, Carlos. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.45, n.2, abril-junho, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf. Acesso em: 15 jun. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo**

agropecuário 2017: resultados preliminares. Disponível em:< https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária** . Disponível em:<http://www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** concepção, abrangência e limites observados. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237525551> Acesso em: 28 ago.2016.

MATTEI, Lauro. Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. **Revista katálysis [online].** 2015, vol.18, n.2, pp.222-230. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802015000200222&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em:02 set. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Pronaf completa 22 anos com números importantes para história do programa.** 2017. Disponível em:< http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Resultados do Pronaf**. 2007. Disponível em: http://www.mda.gov.br/ Acesso em: 24 ago. 2018.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. Sistemas Agrários: Uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de políticas públicas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v.20, n.1, p.97-121, jan/abr.2003.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, v.1, 2004.

SMITH, James. **Well-being and health from age 70 to 100: findings from the Berlin Aging Study.** Eur Rev, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, v.52, n.2, 2014.

CAPÍTULO 2 – O CAPITAL SOCIAL PRESENTE EM ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO.

RESUMO

A complexidade do mundo rural brasileiro, em especial aos pequenos agricultores, tem se demonstrado complexo, trazendo ao debate contemporâneo temas emergentes como o Capital Social e o Desenvolvimento Rural. Essa pesquisa pretendeu verificar o nível de capital social em assentamentos no município de Rio Verde - GO, e estabelecer uma conexão entre esse nível e a dados socioeconômicos dessas populações. Nesta proposta, adotou-se a metodologia qualitativa de pesquisa com finalidade exploratória. Para alcance do objetivo foi utilizado um instrumento validado e recomendado de mensuração do Índice de Capital Social (ICS). O principal resultado alcançado se deve ao baixo nível de capital social acumulado existente nos assentamentos investigados. Com este estudo, evidenciou-se que na realidade observada, se faz de fundamental importância as articulações sociais na construção do espaço e o fomento ao desenvolvimento em toda sua complexidade.

Palavras-chave: Capital social. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural.

CHAPTER 2 – THE SOCIAL CAPITAL PRESENT IN SETTLEMENTS IN THE CITY OF RIO VERDE, GOIÁS, BRAZIL.

ABSTRACT

Rural Brazil is complex, especially for small-scale farmers, who help to bring such topics as social capital and rural development into the contemporary debate. This research aimed to verify the level of social capital in settlements in the city of Rio Verde and to establish a connection between this level of social capital and the socioeconomic data of these people. For this proposal, exploratory qualitative research was adopted. For this purpose, a validated and recommended Social Capital Index (SCI) instrument was used. The major finding was that the accumulated social capital existing in the researched settlements is at low level. It was found that social articulation and fostering development to its full complexity have paramount importance in the observed reality.

Key words: Social capital. Family farming. Rural development.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento é multidimensional e ultrapassa a questão do crescimento econômico, sendo necessário este para o alcance daquele. No entanto, o segundo somente não garante a ocorrência do primeiro. O conceito de desenvolvimento rural reconhece essa questão e preconiza a elaboração de estratégias que visem o desenvolvimento da sociedade e a participação social, por meio da identificação das vantagens locais. Enfatiza a importância da preservação do meio ambiente natural na estratégia de desenvolvimento, uma vez que o mesmo é provedor de recursos básicos à economia. Assim, o desenvolvimento rural depende da melhoria de fatores socioculturais, como saúde, educação, qualidade de vida e bem-estar, mas sobretudo da ampliação das possibilidades de escolha (VEIGA, 2001).

Ao preconizar a participação dos indivíduos no processo, o conceito de desenvolvimento rural pode ser associado à teoria do Capital Social. Essa teoria pressupõe que além dos capitais econômicos, cultural e humano, existe um tipo de capital que permite ao indivíduo acessar recursos por meio de participação em redes de relações sociais.

Em torno do desenvolvimento rural, não se deve ater ao apontamento de vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim, estudar a montagem das "redes", das "convenções", ou seja, das instituições que permitem ações cooperativas - que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade. A este processo de enriquecimento - muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento – vem chamando a atenção, com base nos trabalhos de Coleman (1988) e Putnam (1996), sobre capital social "[...] as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (ABRAMOVAY, 2001, p.380).

O capital social emergiu como um dos conceitos mais salientes das ciências sociais e é visto a partir de pontos de vista divergentes e complementares, sendo os estudos utilizando a perspectiva teórica impulsionada com base na publicação dos trabalhos de Bourdieu, (1980), Coleman (1988) e Putnam (1996.).

Diante disso, a agricultura familiar é reconhecida como importante categoria social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana. Isso significa dizer que o componente cultural do modo de vida

rural tem grande valia na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, diante disso, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque. Logo, a agricultura familiar se apresenta como princípio fundamental para um modelo alternativo de desenvolvimento do espaço agrícola.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo identificar o nível de capital social existente nos assentamentos no munícipio de Rio Verde – GO, através de entrevistas estruturadas a 92 famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

Além desta parte introdutória, o artigo encontra-se assim estruturado: em um primeiro momento estão explicitados na revisão de literatura à temática do Capital Social. Em seguida, são explicitados os procedimentos metodológicos para coleta, processamento dos dados. Depois são esboçados os resultados e suas devidas análises e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A discussão acerca da temática do capital social envolve um conjunto de conceitos distintos, expostos pelos diversos estudiosos e interessados pelo tema, e em sua maioria complementares, ao impulsionar a sociedade civil para maiores índices de participação social, visando o alcance do desenvolvimento local e a consequente consolidação da democracia.

O conceito de capital social está implicitamente presente na sociologia desde o começo dessa ciência. No entanto, foi Pierre Bourdieu nos anos 1980 quem primeiro analisou sistematicamente o capital social, definindo-o como um recurso existente junto ao cultural, econômico e simbólico. Trata-se de um recurso individual que pode ser utilizado ou estar latente nos indivíduos e é proporcional à quantidade de recursos disponíveis nas redes das quais eles participam. Quanto mais um indivíduo pode mobilizar conexões dentro de uma rede maior será seu volume de capital social.

Conforme Melo (2013), o sistemismo na concepção de Bourdieu sobre capital social é identificável no momento que ele discute a manutenção e a reprodução do capital social nas estruturas sociais. Ele afirma que a reprodução e manutenção do capital social pressupõe um esforço incessante de sociabilidade, ou seja, uma série contínua de trocas em que o reconhecimento é infinitamente afirmado e reafirmado, fornecendo ganhos proporcionais ao tamanho do capital (BOURDIEU, 1980). Essa discussão está suportada

pela ideia de que os esforços individuais em relacionamentos sociais são os insumos para uma dinâmica que se realiza na estrutura social e que resulta em produtos, econômicos ou simbólicos, que podem ser obtidos a partir do capital social gerado, que por sua vez é o insumo para realimentar o sistema, garantindo uma estabilidade dinâmica ou entropia negativa. Assim, os elementos de uma abordagem sistêmica (entrada, processo, saída e retroalimentação) podem ser identificados.

Bourdieu (1980) revela uma sociedade estruturada por grupos com mais ou menos recursos e marcada por conflitos quando discute sobre a concentração de capital social em um ator ou em um pequeno grupo.

Segundo a análise de Melo (2013), cada grupo tem suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação que lhe permitem concentrar a totalidade do capital social nas mãos de um único ator ou um pequeno grupo de atores com poder simbólico para representar o grupo, falar, agir e exercer autoridade em seu nome e, assim, a exercer poder com a contribuição pessoal dos atores. Neste seguimento, ele ainda afirma que existe uma concorrência interna nos grupos para conseguir uma posição de nobre, sendo capaz de se apropriar da concentração de capital social.

Ainda nos anos 1980, James Samuel Coleman também contribuiu com sua definição para capital social, a partir de sua função de facilitador da ação dos atores dentro de certa estrutura.

Para Portes (1998), o capital social de Coleman se refere à habilidade dos atores em reter os benefícios de participar de uma rede social ou de outra estrutura social. Trata-se de um capital intangível que pode ser acessado por um indivíduo quando esse se relaciona com outros.

Nesse ponto de vista, a ausência de capital social impossibilita certas ações e o alcance de objetivos que estariam acessíveis com a sua presença. O termo recebeu maior notoriedade a partir das publicações de Robert Putnam nos anos 1990.

Por sua vez, Putnam (1993) apresenta o capital social como um conjunto de aspectos das organizações sociais. Dentre esses aspectos, tem-se: redes de relacionamento, normas e confiança que permitem a ação e a cooperação para o benefício mútuo.

Ainda de acordo com Putnam (1993), o capital social gera condições para a instalação e fortalecimento da democracia e melhores resultados econômicos. O capital social aumenta a participação popular em todo o processo político, promove relações horizontais de reciprocidade e cooperação - ao invés de relações verticais de autoridade e

dependência – cria redes de solidariedade, confiança e tolerância, e possibilita elevados níveis de participação nas associações.

Em sua perspectiva, o cerne do capital social são as relações de confiança e cooperação existentes entre os indivíduos de determinada região. As relações de confiança objetivam a promoção da cooperação ou atuam ampliando a probabilidade de maior ocorrência. O estoque de capital social é criado a partir de um ciclo virtuoso de confiança e cooperação entre os indivíduos (PUTNAM, 1996).

Para ilustrar seu raciocínio, Putnam (1996; p. 173) cita David Hume:

> "Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua".

Putnam (1993,1996) levanta a hipótese de que os níveis de engajamento cívico e do associativismo poderiam proporcionar condições de melhoria do bem-estar da comunidade. O associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziria relações cívicas virtuosas. Enquanto que o associativismo vertical, no qual predominaria a desconfiança, ausência de normas transparentes, faccionismo, isolamento etc., produziria obstrução da ação coletiva.

Tanto para Coleman e Putnam, o capital social representa um bem público que possui como consequência a diminuição dos custos de transação em uma economia, ou seja, a confiança recíproca existente nas relações leva à supressão de tais custos. Dessa maneira, o capital social pode ser considerado uma força produtiva capaz de colaborar com o desenvolvimento e a acumulação de capital (PAIVA et al., 2013).

Grootaert et al. (2003) explica que existem duas abordagens principais acerca do conceito de capital social. A primeira considera o capital social como recursos existentes em relações entre indivíduos. Dessas relações emergem redes por onde os recursos, ideias e informações fluem. Assim, os indivíduos que conseguem estabelecer uma posição estratégica nas redes e pertencer a várias têm a possibilidade de possuir mais recursos que outros. A segunda abordagem diz respeito ao engajamento dos indivíduos em redes informais e organizações cívicas formais. Ou seja, o capital social se refere às "muitas e

variadas maneiras pelas quais membros de uma comunidade interagem" (GROOTAERT et al., 2003, p.6).

Normalmente, a análise do capital social em uma comunidade está apoiada nas consequências positivas que esse gera naquele lugar. No entanto, é necessário que sejam considerados também os efeitos negativos desse tipo de capital. Esse posicionamento visa evitar a moralização dos resultados e demonstrar que o capital social tem o lado positivo e negativo. Dessa maneira, a consideração da situação real que pode apresentar contradições e conflitos deve ser valorizada a fim de fortalecer a análise (PORTES, 1996).

A associação do capital social ao desenvolvimento rural remete às estratégias de reprodução em famílias rurais. As condições de reprodução no meio rural baseadas na agricultura e na disponibilidade e manejo de recursos naturais devem considerar a dependência de outros ativos de capital como o social (BASSO, 2006).

3 METODOLOGIA

De forma geral, a classificação da pesquisa que se realizou no presente estudo tem sido denominada como pesquisa qualiquantitativa, também é classificada como aplicada com finalidade exploratória no que tange à sua natureza.

A pesquisa exploratória é utilizada em situações quando se deseja melhor familiarização com o problema para explicitá-lo ou elaborar hipóteses, ou quando o pretendido é a elaboração de um novo método de coleta de dados. Normalmente, as etapas para execução de pesquisas desse tipo envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas – chave para resolução do problema de pesquisa e a análise de exemplos (GIL, 2010).

Quanto ao método de abordagem se faz necessário o uso do método indutivo. Ao lançar mão da argumentação indutiva, espera-se alcançar conclusões mais amplas que as premissas utilizadas no estudo. Esse método caminha do específico para o geral e possui como característica a relação entre uma premissa verdadeira e sua conclusão possivelmente verdadeira. A forma de indução adotada nessa pesquisa é a científica, portanto é necessário que a amostra seja grande o suficiente ou seja representativa (LAKATOS & MARCONI, 2003).

Com o propósito de identificar o nível de capital social dos assentamentos foi utilizado um instrumento já validado e recomendado pelo Banco Mundial, o Questionário Integrado para Medir Capital Social (Anexo V), de Grootaert et al. (2003). O instrumento

pretende coletar dados passíveis de quantificação sobre seis dimensões do capital social: Grupos e Redes; Confiança e Solidariedade; Ação Coletiva e Cooperação; Acesso a informação; Coesão e Inclusão Social; e Autoridade e Ação Política. O nível de análise do questionário é o micro, ou seja, abrange a unidade familiar ou individual.

O QI-MCS é trabalhado em seis dimensões. A primeira se refere aos Grupos e Redes, pretendendo identificar as externalidades positivas que emergem das relações que acontecem em organizações sociais e redes informais, além de avaliar o número e a diversidade de associações, assim como identificar se predomina a gestão coletiva e democrática nessas estruturas e se as mesmas estão conectadas às outras.

A segunda está ligada à Confiança e Solidariedade e investiga a confiança entre os membros da comunidade pesquisada. Devido à dificuldade em medir a confiança com o questionário, uma vez que esse é aplicado em nível domiciliar, é recomendado que os resultados sejam relacionados às características do espaço em análise.

Já a terceira dimensão inquire sobre a Ação Coletiva e Cooperação entre os membros da comunidade por meio da identificação de relações de trabalho entre os mesmos. Espera-se que em comunidades com ação coletiva e cooperação exista um alto nível de capital social.

A quarta dimensão está ligada ao Acesso às Informações pelos indivíduos, reconhecendo o potencial de empoderamento existente em uma informação. A quinta se refere à Coesão e Inclusão Social por meio da identificação da natureza e a magnitude das disparidades existentes nas comunidades e fornece informações úteis a formulação de políticas públicas com objetivo de combater essas disparidades.

A última dimensão verifica a Satisfação Pessoal e o Poder dos Indivíduos em influenciar articulações locais por meio da identificação das ações e comportamentos dos indivíduos que conduzem à participação ativa nas instituições que fazem parte de suas vidas.

Inicialmente, a pesquisa de campo caracterizou-se pela aplicação do QI-MCS junto a 92 agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no município de Rio Verde - GO. As famílias visitadas correspondem a uma amostra de 24% do universo. Segundo informações da superintendência regional do INCRA, o número de famílias assentadas na região do município de Rio Verde -GO no mês de junho de 2018 foi de 387 famílias. A Tabela 5 mostra que a distribuição das famílias investigadas em cada assentamento foi realizada de forma proporcional ao número de famílias assentadas.

Tabela 5: Distribuição das entrevistas nos assentamentos.

Nome do assentamento	Número de famílias assentadas	Número de famílias entrevistadas
Água Bonita	22	5
Fortaleza II	16	5
Pontal do Buriti	105	24
Ponte de Pedra	113	27
Rio Doce	14	4
Rio Verdinho	27	6
Vaianópolis	36	9
Vale do Cedro	25	6
Vale do Sonho/Rio Preto	25	6
Total	387	92

Fonte: Dados do autor, 2018.

Em relação ao processamento dos dados, a primeira etapa constitui na tabulação planilha eletrônica (*Excel*) e *software* IBM SPSS *statistics* dos mesmos organizando-os em indicadores de capital social: participação em associações e redes (capital social estrutural), confiança e adesão a normas (capital social cognitivo) e ação coletiva (medida de resultado). Além de Grootaert et al. (2003), as metodologias de referência para essa etapa são encontradas nas pesquisas de Paiva et al. (2012) e Peixoto (2016), conduzindo assim a uma análise descritiva dos dados resultantes do questionário.

O questionário é o ponto de partida para o cálculo do Índice de Capital Social (ICS). A metodologia utilizada remete à de Andrade e Cândido (2008) e Ribeiro, Fernandes e Ribeiro (2012). As questões centrais que culminaram em respostas fechadas foram consideradas variáveis e os seus pesos atribuídos em sim (1), ou não (0). Para as questões com respostas do tipo "concordo" e "discordo", ou "confio" e "confio muito pouco", foram supostos valores de sim para todas as afirmações e não para todas as negações.

Para o cálculo do ICS tem-se a equação 1:

$$\mathrm{ICS} = \Sigma\, Ci \qquad (1)$$

Onde:

ICS = Índice de Capital Social;

Σ C_i = somatório das contribuições de cada variável *"i"* no índice de Capital Social.

A contribuição de cada variável é calculada a partir de fórmula da equação 2 seguintes:

$$r = \frac{\sum_{j-1}^{n} E\ ij}{\sum_{i-1}^{m} \sum_{j-1}^{n} Emax,\ \ i} \quad (2)$$

Onde:

ICS = Índice de Capital Social;
ij E = escore da *i-ésima* variável obtida pela *j-ésimo* entrevistado;
*i E*max, = escore máximo da *i-ésima* variável;
i C = contribuição da variável *"i"* no índice de Capital Social;
i = 1,....., n, número de variáveis; j = 1,....., m, número de entrevistados;
n = Número de entrevistados; m = Número de variáveis.

Expostas as fórmulas que permitiram a consolidação do ICS, foi utilizada como base para o referido cálculo das dimensões e variáveis propostas pelo QI-MCS. Todavia, foram necessárias adaptações quanto à formulação das variáveis explicitadas pelo instrumento, visando adequá-las ao contexto da pesquisa e consequentemente, viabilizando o cálculo do ICS.

A adaptação consistiu na transformação das variáveis em frases afirmativas, a fim de que os entrevistados atribuíssem pesos de 0 (Não) e 1 (Sim) as mesmas, com o objetivo de avaliar a presença e/ou ausência de cada variável do capital social nos referidos assentamentos.

A seguir, encontram-se apresentadas a relação das dimensões e variáveis utilizadas:

Grupos e Redes: Participação em grupos ou organizações; Os grupos são formalmente organizados; O grupo mais importante; Semelhança entre os participantes; Interação com grupos de fora; Quantidade de amigos; Disponibilidade dos outros em ajudar.
Confiança e Solidariedade: Recebe apoio e solidariedade das demais pessoas; O nível de confiança é considerado alto; O interesse é maior pelo bem-estar coletivo; tem-se a

comunidade como próspera; Confiança em membros dos governos locais e centrais; Contribuição em projetos com tempo e dinheiro.

Ação coletiva e Cooperação: Participação em atividades comunitárias, Cooperação das pessoas da comunidade em resolver problemas; Possibilidade de uma pessoa não participar ser criticada ou punida; União em prol de uma pessoa doente.

Acesso a informações: Quantidade de telefonemas em um mês; principais fontes de informações; Percepção de melhoria do acesso à informação.

Coesão e Inclusão social: Diferenças (social, renda, étnica, etc.) entre as pessoas na comunidade; Problemas causados por diferenças. Principais diferenças que causam problemas; Ocorrência de violência devido as diferenças; Quantidade de reuniões sociais informais; Percepção da segurança na comunidade.

Autoridade e Ação política: Consideração de sentimento de felicidade; Controle de tomada decisões; Sentimento de poder de tomar decisões de mudar o curso da vida; Quantidade de petições a membros do governo; Voto nas ultimas eleições; Consideração de líderes políticos das petições; Pagamento de dinheiro adicional ao governo por benefícios.

Conforme Khan e Silva (2002), para verificar o nível de acumulação do capital social, foi estabelecido o seguinte critério:

• Baixo nível de acumulação de capital social $0 < ICS \leq 0,5$

• Médio nível de acumulação de capital social $0,5 < ICS \leq 0,8$

• Alto nível de acumulação de capital social $0,8 < ICS \leq 1$

A aplicação do questionário se deu nos meses de junho, julho e agosto de 2018, em assentamentos no munícipio de Rio Verde - GO. Considerando que este estudo se integra a um capítulo de dissertação, o questionário foi aplicado concomitantemente a outros instrumentos de coleta de dados para o alcance do objetivo geral da dissertação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados do ICS

A partir do tabulamento e processamento dos dados obtidos, são apresentados a seguir no Quadro 1 os resultados obtidos de ICS para cada dimensão analisada e o ICS total para os assentamentos investigados.

Quadro 1: Resultados do ICS.

Dimensões	Água bonita		Fortaleza II		Pontal do Buriti		Ponte de Pedra		Rio Doce	
	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS
Grupos e Redes	0,7546	Médio	0,5876	Médio	0,6745	Médio	0,5728	Médio	0,9150	Alto
Confiança e Solidariedade	0,4356	Baixo	0,3552	Baixo	0,5389	Médio	0,3890	Baixo	0,6078	Médio
Ação coletiva e Cooperação	0,5458	Médio	0,3067	Médio	0,4678	Baixo	0,3879	Baixo	0,6570	Médio
Acesso as Informações	0,8934	Alto	0,7789	Médio	0,8997	Alto	0,7869	Médio	0,8850	Alto
Coesão e Inclusão social	0,3456	Baixo	0,4210	Baixo	0,5440	Médio	0,5065	Baixo	0,6864	Médio
Autoridade e Ação política	0,4367	Baixo	0,4960	Baixo	0,5289	Médio	0,3570	Baixo	0,5860	Médio
ICS TOTAL	**0,49125**	**Baixo**	**0,4585**	**Baixo**	**0,5415**	**Médio**	**0,4478**	**Baixo**	**0,6717**	**Médio**

Fonte: Elaboração do autor, 2018**.**

Quadro 1: Resultados ICS. (Continuação)

Dimensões	Rio Verdinho		Vaianópolis		Vale do Cedro		Vale dos Sonhos	
	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS	ICS	Nível de CS
Grupos e Redes	0,6578	Médio	0,7850	Médio	0,5560	Médio	0,3570	Baixo
Confiança e Solidariedade	0,3467	Baixo	0,6790	Médio	0,4327	Baixo	0,3850	Baixo
Ação coletiva e Cooperação	0,4679	Baixo	0,5678	Médio	0,3335	Baixo	0,4059	Baixo
Acesso as Informações	0,8869	Alto	0,8678	Alto	0,7068	Médio	0,7580	Médio
Coesão e Inclusão social	0,3450	Baixo	0,5467	Médio	0,3650	Baixo	0,3145	Baixo
Autoridade e Ação política	0,4860	Baixo	0,5564	Médio	0,4800	Baixo	0,4468	Baixo
ICS TOTAL	**0,4770**	**Baixo**	**0,6234**	**Médio**	**0,4564**	**Baixo**	**0,3955**	**Baixo**

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Estes resultados apontam para o ICS Geral dos assentamentos de 0,4770, revelando assim, que os assentamentos do munícipio de Rio Verde – GO apresentam baixo nível de capital social acumulado. Este índice é calculado realizando-se a média aritmética do ICS total de cada assentamento investigado.

Nos subtópicos seguintes são realizados comentários importantes acerca das dimensões do capital social, bem como dos fatores que resultaram na obtenção de um baixo nível de capital social para os assentamentos no município de Rio Verde – GO.

4.1.1 Dimensão Grupos e Redes

A participação em grupos e redes constitui em indicador de capital social estrutural (GROOTAERT, et al., 2003). No caso da pesquisa, foi verificada uma relativa participação em organizações associativistas e cooperativas (Figura 23). No entanto, como se trata de assentamentos é necessário a participação de todas as famílias assentadas em uma associação local, como requisito do próprio INCRA, onde são definidos principalmente decisões acerca do bem-estar da comunidade local. Foi observado nas entrevistas que nem todas as famílias assentadas participam ativamente das reuniões das associações. Neste sentido, o questionamento se trata da participação ativa do sujeito nos grupos.

Neste segmento de agricultores familiares também é característico a participação em cooperativas de produção, visando uma precificação melhor do seu produto em virtude do volume produzido. Assim vale destacar o assentamento Rio Doce, que apesar de poucas famílias assentadas (14), possui uma associação e cooperativa fortes que consegue captar a adesão e participação de todos assentados, possuindo um alto nível de capital social acumulado nesta dimensão.

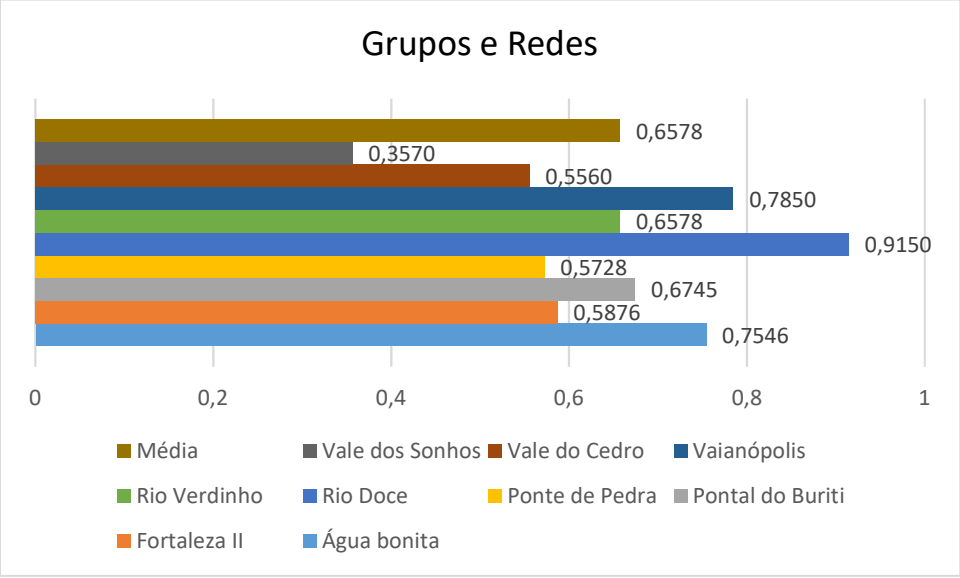

Figura 23: Gráfico da dimensão Grupos e Redes.
Fonte: Elaboração do auto, 2018.

Assim, partindo da premissa de Putnam (1995), pode-se considerar que o nível de participação em grupos e redes está relativamente fortalecidos nos assentamentos, possuindo um ICS médio para a dimensão de 0,6578 (primeira barra dos gráficos).

Também, é possível inferir que se não há a participação ativa em associações, então o acesso às vantagens provenientes dessa participação está limitado a um baixo número de produtores rurais, pois somente 32,57% dos entrevistados participam ativamente das reuniões de associações locais.

4.1.2 Dimensão Confiança e Solidariedade

Em relação a análise dos dados sobre a confiança (Figura 24) constatou-se que o nível médio da mesma é baixo nas famílias assentadas. Em geral, as respostas aos questionamentos sobre confiança foram negativas. A maior parte das famílias entrevistadas afirmaram que não se pode confiar nas pessoas da localidade e nem nos governos municipal e federal. Sendo a confiança condição indispensável para a existência de capital social este resultado já sugere que nos assentamentos de Rio Verde –GO pode estar ocorrendo baixo nível desse capital.

Em contraponto, a solidariedade obteve respostas distintas no sentido de que em caso de um projeto da comunidade que não beneficiaria a família, mas traria muitos benefícios a outras pessoas, muitas responderam que contribuiria com seu tempo, entretanto poucas contribuiria com dinheiro.

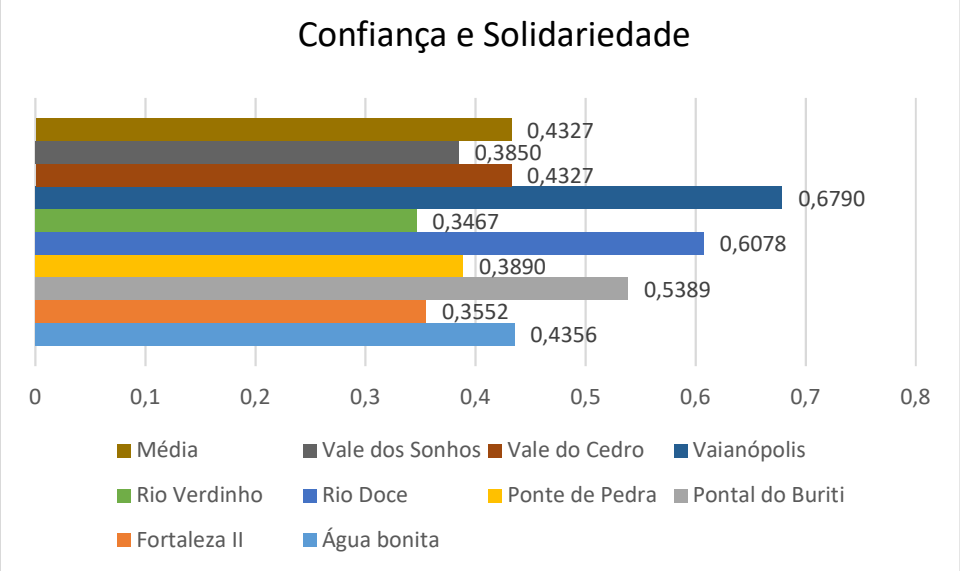

Figura 24: Gráfico da dimensão Confiança e Solidariedade.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Com base nessa constatação e considerando as afirmações de Knack e Keefer (1997), acerca do ambiente de inovação, no qual a pouca confiança leva à dedicação ao

controle de comportamentos oportunistas prejudicando assim o tempo que poderia ser destinado a processo de inovação. Partindo dessa premissa, considera-se que nos assentamentos de Rio Verde – GO não apresenta ambiente favorável à inovação.

Segundo Knack e Keefer (1997), em sociedades em que a confiança no governo se mostra baixa verifica-se uma baixa adesão à novos investimentos por parte do setor privado. Essa situação pode estar presente nos assentamentos locais, uma vez que a percepção de confiança no governo municipal e federal se mostrou fraca. A título de exemplo, no assentamento Vaianopólis se apresentou com o maior ICS nesta dimensão (0,6790), neste sentido é possível observar que há próximo ao local unidades armazenadora de grãos e um pequeno laticínio que recebe a produção dos assentados. Por outro lado, no assentamento Rio Verdinho, que apresentou o mais baixo ICS neste quesito (0,3467), não há investimentos do setor privado que possa auxiliar as famílias assentadas na comercialização da sua produção.

Sendo a confiança um fator que constitui uma das bases do capital social de um local, é possível inferir que o potencial de desenvolvimento dos assentamentos se encontra limitada. Uma vez que, segundo Lima Filho (2001), o capital social pode se correlacionar à capacidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável. Os resultados aqui apresentados já sugerem que o baixo nível de confiança pode influenciar negativamente a adoção de medidas com vistas ao desenvolvimento sustentável da mesma.

4.1.3 Dimensão Ação coletiva e Cooperação

Na análise pertinente à ação coletiva e cooperação (Figura 25), foi constatado que a maior parte das famílias assentadas não fizeram trabalho voluntário no período investigado em 2018. Grootaert et al. (2003) explicam que a cooperação espontânea, ou seja, quando não é imposta, pode ser considerada um indicador de capital social. Contudo, o resultado demonstra um baixo engajamento comunitário e corrobora para a constatação de um baixo nível de capital social nos assentamentos, com um ICS médio de 0,4678. No entanto, é possível verificar que assentamento Rio doce apresenta um leve acréscimo desse índice devido principalmente as poucas famílias existentes no local e pela união observada das mesmas.

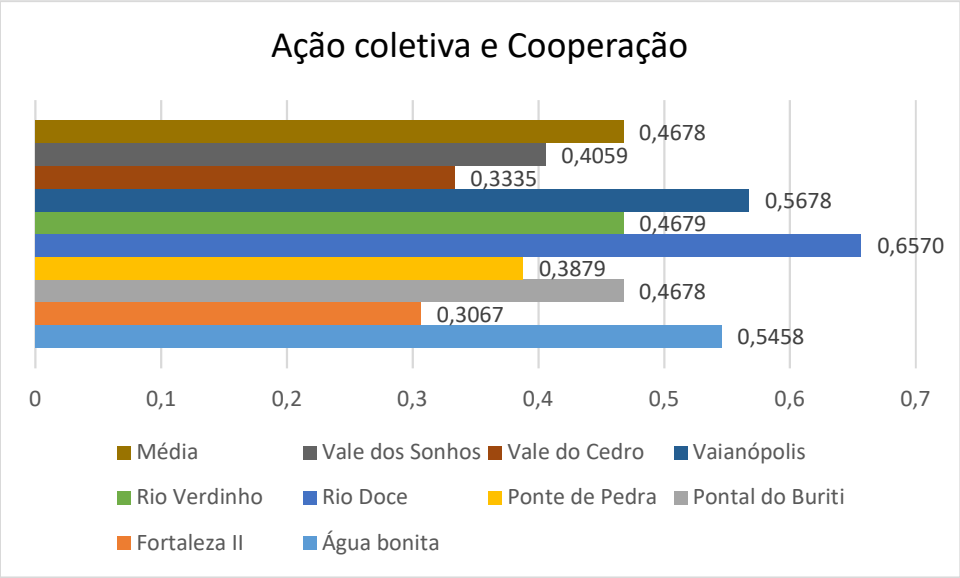

Figura 25: Gráfico da dimensão Ação coletiva e Cooperação.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Voltando-se a dimensão anterior (Confiança e Solidariedade), ao serem indagados sobre a contribuição com recursos financeiros e com tempo em projetos que não os beneficiassem diretamente, a maior parte dos entrevistados afirmou que os fariam. Esta discrepância entre a realidade relatada e a expectativa em relação à comportamentos que impliquem o sentimento de cooperação demonstram que apesar de uma fraca confiança entre os membros do grupo é esperado que em algum momento da relação entre eles seja manifestada a cooperação cívica. Ou seja, há uma expectativa do fortalecimento da confiança.

4.1.4 Dimensão Acesso as informações

Esta dimensão explora os meios pelos quais os domicílios pobres recebem informações relativas às condições de mercado e serviços públicos, e até onde têm acesso às infraestruturas de comunicação. Os dados obtidos (Figura 26) revelam que os assentamentos possuem um alto nível de capital social nesta dimensão, ICS médio de 0,8678, verificado principalmente pelo acesso à internet nesses assentamentos. Fruto de projetos sociais de inclusão digital idealizados pelo INCRA ou pela liderança local.

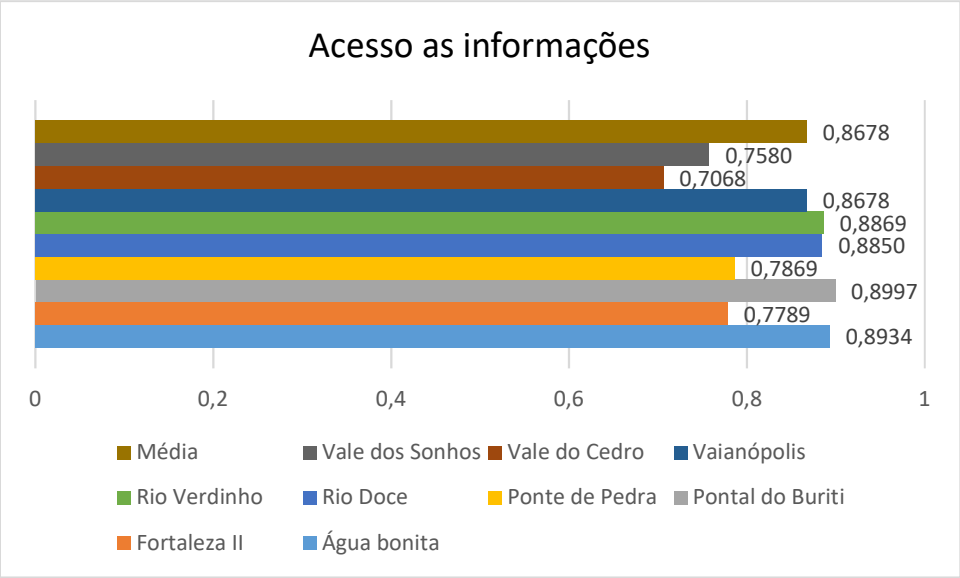

Figura 26: Gráfico da dimensão Acesso as informações.
Fonte: Elaboraçãodo autor, 2018.

O acesso à informação tem sido reconhecido cada vez mais como fundamental para ajudar as comunidades empobrecidas a terem uma voz mais ativa em assuntos relativos ao seu bem-estar (GOOTAERT et al, 2003).

4.1.5 Dimensão Coesão e Inclusão social

A coesão e inclusão social também constituem importantes variáveis na investigação do capital social. A Figura 27 revela os resultados desta dimensão, sendo possível inferir que há baixa homogeneidade presentes nos assentamentos em Rio Verde – GO, com média de 0,4210. Nas respostas ao questionário, as famílias consideraram que as pessoas são muito diferentes entre si no assentamento, que as diferenças existentes podem causar problemas os quais, em algumas situações, já culminaram em violência. Dentre as principais diferenças mencionadas pelas famílias destacam-se as diferenças de riqueza e posses materiais, entre moradores antigos e novos moradores e diferenças de posição social, sendo menos recorrentes as menções às discrepâncias de educação e entre gerações mais antigas e mais jovens.

Segundo Peixoto (2016) a detenção de riqueza ou posse material pode ser um facilitador para a obtenção de recursos a serem aplicados em sistemas produtivos, seja através do investimento direto com capital próprio ou de terceiros, ou seja, de instituições financeiras que exigem garantias para acesso a linhas de crédito. Neste sentido, um possível problema emergente dessa característica apontada pelos entrevistados pode ser

a maior facilidade de investimentos nos sistemas produtivos por aqueles que possuem essas garantias, enquanto a parcela dos indivíduos que não as possuem correm maior risco de defasem de seus sistemas, o que pode incorrer em diminuição dos níveis de produção e produtividade, e consequentemente de renda familiar.

Comunidades onde se verifica vários momentos de socialização normalmente são socialmente coesas (GROOTAERT et al., 2003). O que levaria à hipótese de coesão social nos assentamentos em Rio Verde - GO. No entanto, em sua maioria, essas reuniões não conseguem captar a adesão de todas as famílias do assentamento, ficando restrita somente a liderança e a poucos interessados em relação ao quantitativo de assentados.

No tocante à violência, é notado que em geral as pessoas não se sentem seguras em seus domicílios estando na zona rural. Esse questionamento apresenta uma perspectiva geral dos entrevistados indicando uma possível tendência ao sentimento de empoderamento dos mesmos.

Na análise da figura 27, foi verificado que o assentamento Rio Doce possui melhor nível de capital social neste quesito (0,6864), como já explanado anteriormente, devido a poucas famílias assentadas no local e união desses integrantes, facilitando assim, a gestão e ações coordenadas.

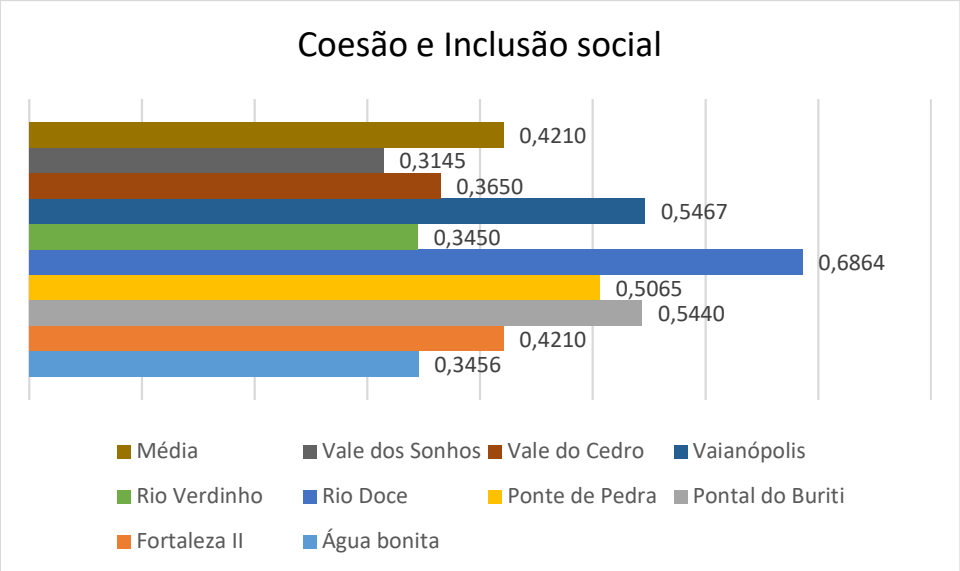

Figura 27: Gráfico da dimensão Coesão e Inclusão social.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

4.1.6 Dimensão Autoridade e Ação política

As questões nesta seção buscam averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidade dos membros do agregado doméstico para influenciar tantos eventos locais como respostas políticas mais amplas.

Os resultados (Figura 28) revelam um baixo nível capital social acumulado nesta dimensão, com média de 0,4860, embora haja uma alta satisfação em relação à própria vida e uma participação expressiva nas eleições municipais e presidenciais. Esses fatos remetem ao empoderamento dos indivíduos, ou seja, à sensação de capacidade que estes possuem para realizar mudanças que julgam necessárias. Entretanto, a análise conjunta dos resultados sugere que mesmo com um potencial de empoderamento e de realização de mudanças, há pouca mobilização da liderança do assentamento para deferir decisões para melhoria da qualidade de vida e bem-estar das famílias assentadas.

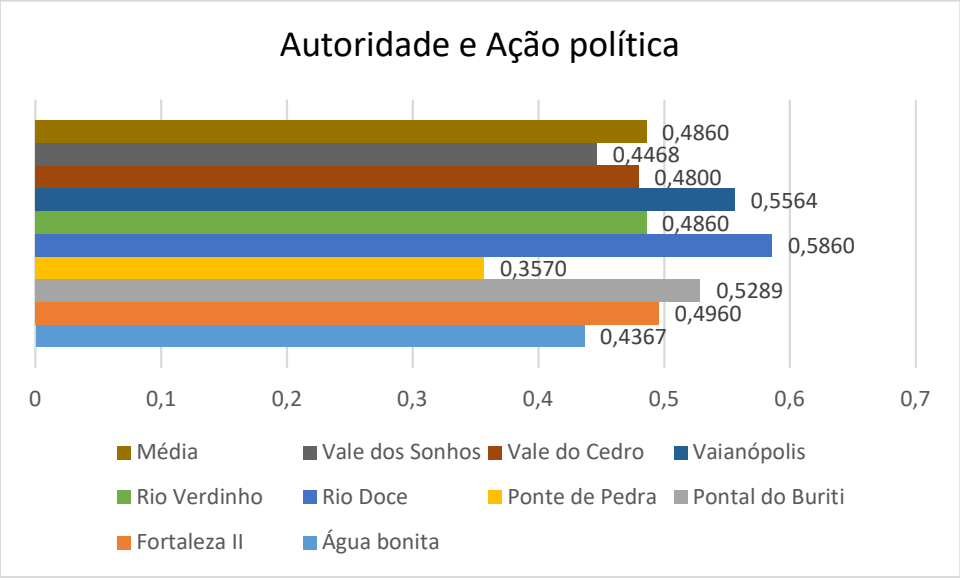

Figura 28: Gráfico da dimensão Autoridade e Ação política.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A partir das análises realizadas de acordo com o referencial escolhido, as dimensões que possuem baixo nível de capital social acumulado são: Confiança e Solidariedade (0,4327), Ação coletiva e Cooperação (0,4678), Coesão e Inclusão social (0,4210) e Autoridade e Ação política (0,4860). A dimensão Grupos e Redes (0.6578) é classificada com nível médio e a dimensão Informação e Comunicação (0,8678) sendo a única classificada com nível alto de capital social acumulado.

4.2 Análise do ICS a partir de dados socioeconômicos

Com base na realização de análises específicas para o capital social e da obtenção de alguns dados socioeconômicos durante as entrevistas, algumas inferências e inter-relacionamentos podem ser feitos, no intuito maior de atender efetivamente aos anseios da pesquisa. A seguir (Figura 29) estão expostos alguns fatores pertinentes que tornam ainda mais perceptíveis à relação existente entre os níveis de capital social e os índices socioeconômicos. Para fins de análise realizadas neste tópico, serão selecionados dois assentamentos que obtiveram o maior ICS e dois assentamentos que com menor ICS.

No que se refere ao ICS de cada assentamento, é possível verificar que dois deles se destacaram com os maiores índices, embora estejam classificados com nível médio, os assentamentos são: Rio Doce e Vaianópolis. Pode-se observar que em todas as dimensões esses assentamentos estavam na dianteira quanto ao nível de capital social acumulado. Por outro lado, pode observar que os assentamentos Vale dos Sonhos/Rio Preto e Ponte de Pedra apresentaram os menores ICS para cada dimensão e o total.

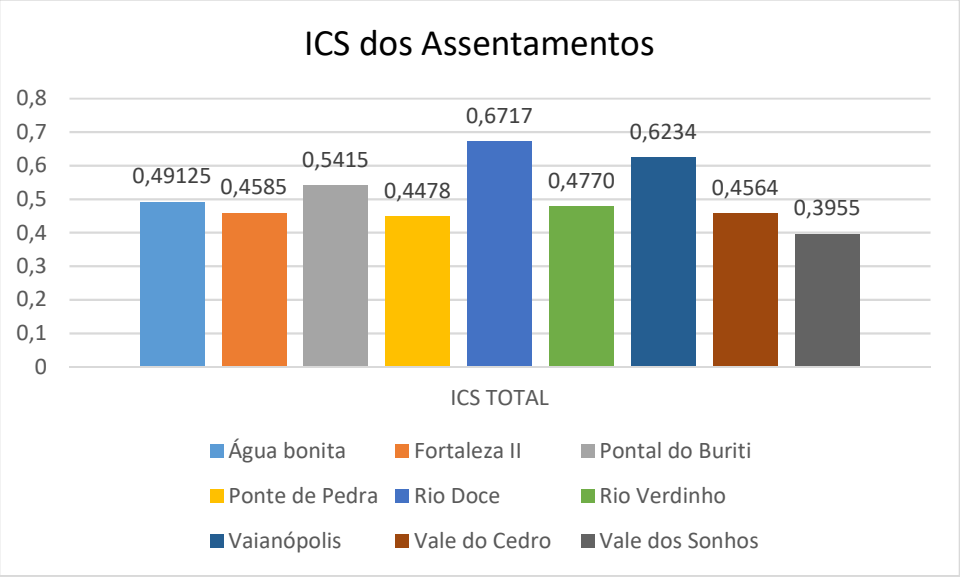

Figura 29: Índice de Capital Social dos assentamentos.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A primeira análise realizada é para a renda da família. É possível perceber no gráfico da Figura 30, que os dois assentamentos com maior ICS possui uma renda bruta média superior as famílias dos assentamentos com menores ICS. Sendo possível inferir que quanto maior o nível de capital social acumulado melhor será o aproveitamento das relações existentes nas dimensões para obtenção de renda.

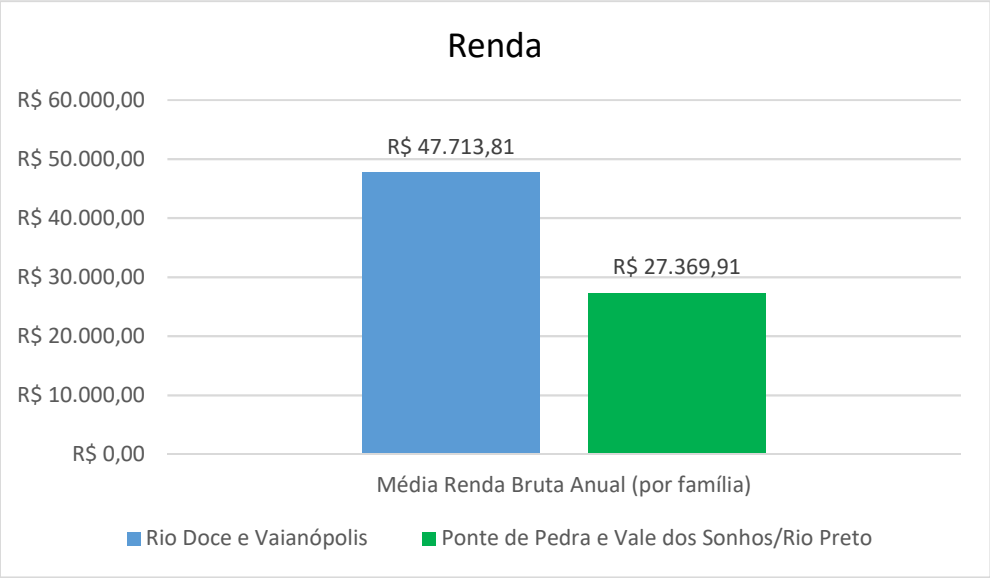

Figura 30: Renda dos assentamentos com maiores e menores ICS.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quando perguntado ao chefe de família sobre a percepção de melhoria na qualidade de vida e bem-estar da família desde o tempo de início das atividades no assentamento até o momento atual (Figura 31), fica nítido que as diferenças encontradas para a amostra proporcional de cada assentamento. Aquelas famílias que perceberam melhorias possuem maior nível de ICS acumulado, com nenhuma resposta "não". Em contrapartida, o número de casos das famílias que responderam "não" nos assentamentos com menor nível de ICS acumulado é maior.

Diante disso, é possível constatar uma clara influência no capital social na percepção das famílias sobre qualidade de vida e bem-estar. Vale destacar, que não houve a aplicação de uma metodologia validada para saber índices de desenvolvimento, o resultado se deve somente sobre a ótica da opinião da própria família.

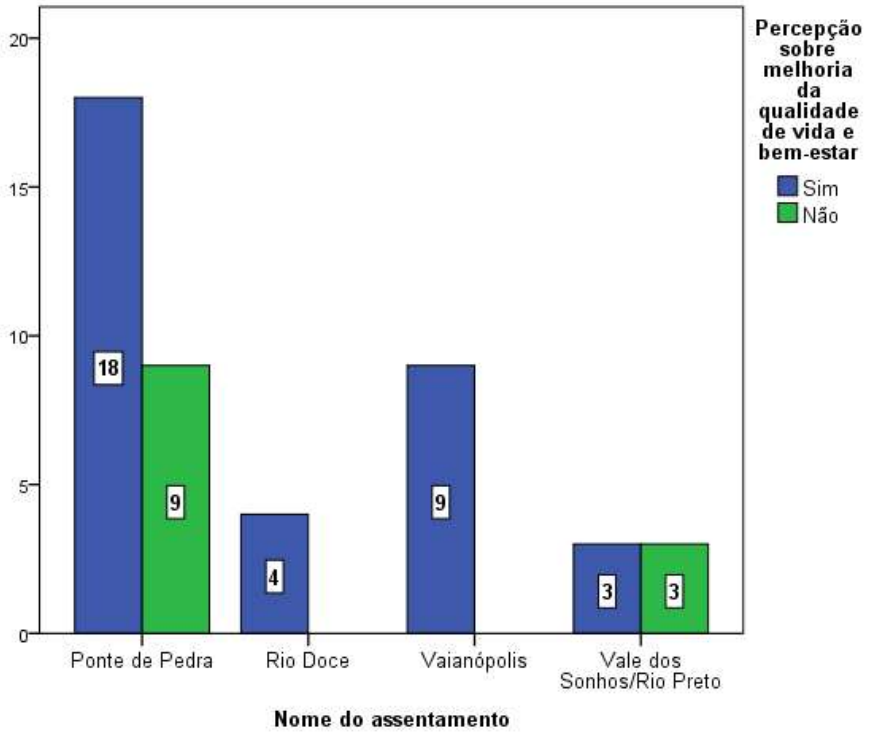

Figura 31: Frequência da percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar para os assentamentos com maiores e menores ICS.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

No tocante a escolaridade do(a) chefe da família (Figura 32), não se pode inferir que esta variável tenha influência sobre o nível de capital social acumulado. No assentamento Ponte de Pedra encontra-se chefes de família com todos os níveis de escolaridade, ocasionado pelo grande número de famílias assentadas, sendo sua amostra mais representativa. No geral, os chefes das famílias possuem pouca escolaridade, não permitindo tal relação.

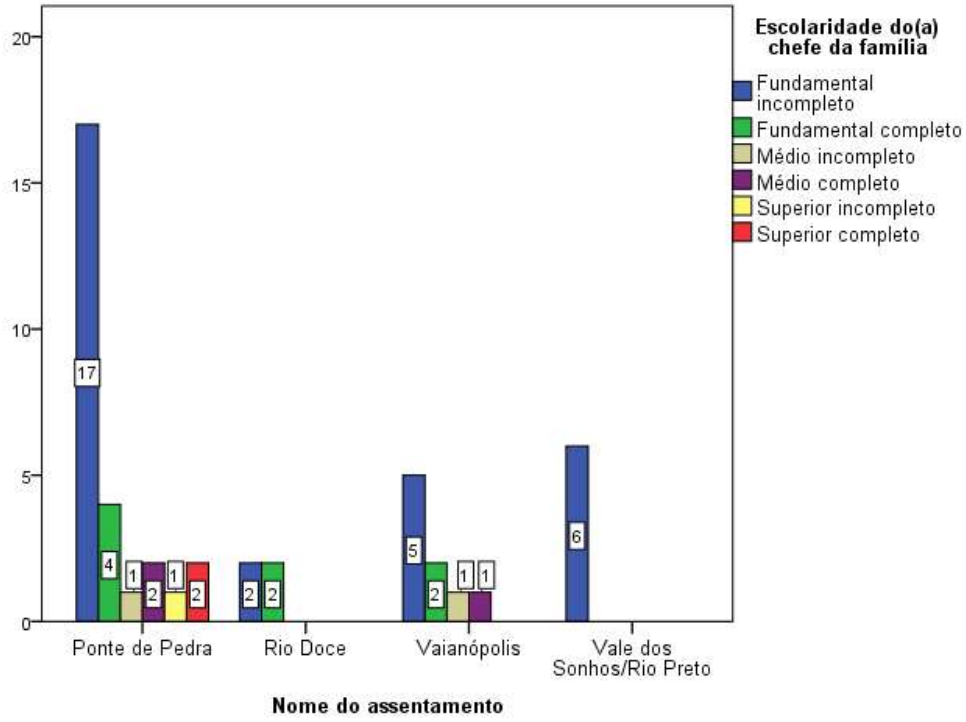

Figura 32: Frequência escolaridade do(a) chefe da família para os assentamentos com maiores e menores ICS.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O último dado socioeconômico analisado é a faixa etária do(a) chefe da família (Figura 33), no qual é verificado que não é possível afirmar que há influencia desta variável no nível de capital social acumulado. Em todos os assentamentos averiguados a idade média dos chefes de família é elevada, 55,97 anos ($\sigma = 7,99$), este dado se deve ao fato dos assentados estarem no assentamento desde as suas fundações, ocorridas a aproximadamente 20 anos.

A constatação da idade elevada dos chefes de família está de acordo com o processo social analisado no estudo de Camarano e Abramovay (1999), que já na década de 1990 apontou que os fluxos migratórios ruralurbano ocorridos no Brasil a partir da década de 1950, tiveram como consequência o envelhecimento e a masculinização do pessoal ocupado na agricultura brasileira. Em estudo semelhante de Shneider e Cassol (2013), foi verificada que a idade média dos homens dirigentes dos estabelecimentos na agricultura familiar no Brasil corresponde a 53 anos, enquanto que a média etária das mulheres dirigentes é de 55 anos de idade, devido principalmente ao trabalho penoso.

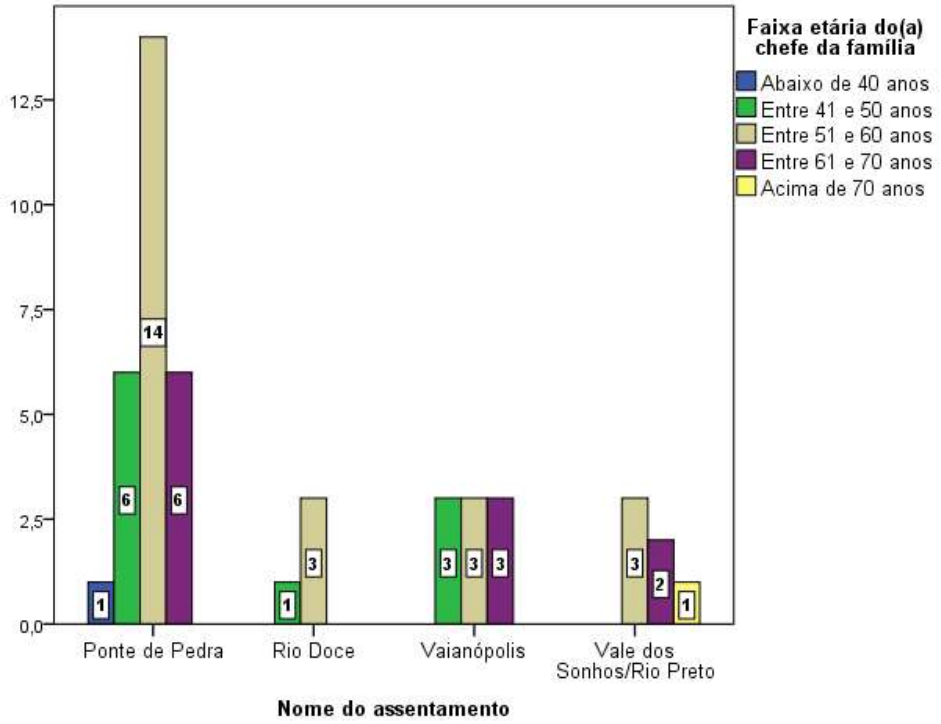

Figura 33: Frequência da faixa etária do(a) chefe da família para os assentamentos com maiores e menores ICS.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

As considerações expostas acima se tornaram relevantes para o alcance do objetivo proposto, na medida em que o levantamento dos dados socioeconômicos, a partir de dois assentamentos com os maiores ICS e dois com os menores, possibilitou apontar as interferências ou não de tais dados no nível de capital social acumulado, ou vice-versa, como é o caso da renda, percepção da qualidade de vida e bem-estar. Dessa forma, a presença do capital social tornou-se essencial para o conhecimento do potencial de articulação das referidas localidades, assim como se consolidou em um importante instrumento para elaboração de ações e práticas voltadas para o alcance do desenvolvimento rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura acerca da temática do capital social se mostra bastante enriquecida diante da contribuição de vários autores. Trata-se, portanto, de um recurso, assim como o financeiro, humano, cultural etc., podendo ser usado a nível do indivíduo ou comunidade a fim de reter os benefícios de participar de uma rede social ou de outra estrutura social, e com isso, alcançar bens que outrora não seriam alcançados. Neste sentido, autores preconizam o fortalecimento do capital social como principal fator para alcance do

desenvolvimento rural, pois tais populações acessariam recursos antes indisponíveis as redes.

Assim, o presente estudo buscou como objetivo identificar o nível de capital social acumulado em assentamentos no município de Rio Verde –GO, procurando realizar uma análise dimensional do capital social e a comparação de assentamentos com os maiores e menores ICS com os dados socioeconômicos.

Diante das considerações realizadas, pode-se constatar que os assentamentos do município de Rio Verde possuem um ICS geral de 0,4770, índice considerado baixo de acordo com a bibliografia consultada.

Sobre a análise dimensional do capital social, foi verificado que apenas na dimensão Acesso as informações houve uma classificação considerada alta em praticamente todos os assentamentos, confirmando que a ocorrência de inclusão digital no campo, com o acesso à internet. Foi constatado também que os assentamentos possuem uma alta adesão em associações e cooperativas, no entanto, sua participação ativa em tais Grupos e Redes fica aquém do esperado para uma boa acumulação de capital social neste quesito

No que tange as baixas classificações de ICS em cada dimensão, pode-se citar a dimensão Confiança e Solidariedade, a qual, os assentados não confiam nos governos municipais e federais, tão menos disseram que nunca é demais ter cuidado com as pessoas, mas consideraram em participar com tempo em projetos que beneficiem a comunidade. Na dimensão Ação coletiva e Cooperação verificou-se que poucas pessoas fizeram trabalhos voluntários nos últimos 12 meses. Na dimensão Coesão e Inclusão social, constatou-se uma baixa homogeneidade presentes nos assentamentos, ocasionando a baixa classificação neste ponto. Em relação a dimensão Autoridade e Ação política, conclui-se que, há pouca mobilização da liderança do assentamento para deferir decisões para melhoria da qualidade de vida e bem-estar das famílias assentadas.

Considerando os dois assentamentos que obtiveram na avaliação os maiores e menores níveis de acumulação de capital social, é verificado que quanto maior o ICS do assentamento maior será sua renda e maior será sua percepção de qualidade de vida e bem-estar, corroborando com os autores do campo teórico desta temática. Contudo, foi verificado que a escolaridade e idade do (a) chefe da família não possuem relação direta com a acumulação do capital social diante das comparações.

Com base nestas conclusões, a contribuição maior deste artigo reside na obtenção de um senso comum, em que o efetivo alcance do desenvolvimento rural

dependerá necessariamente da existência de um equilíbrio por parte dos gestores públicos em administrar de modo coerente os diversos investimentos nos setores sócio-econômicos, políticos, institucionais, ambientais e culturais, atrelado a uma conscientização dos cidadãos em reavaliarem hábitos, costumes e comportamentos. Portanto, a importância em se reduzir ao máximo a distância entre os canais de comunicação que ligam a sociedade, o Estado e as instituições que se fazem presentes, no intuito de fortalecer o capital social existente, e como consequência, viabilizar a criação de um ambiente propício para formação de redes sociais e parcerias e, por conseguinte, o alcance do desenvolvimento nesta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – volume 4, n° 2, abril/junho 2000.

ANDRADE, Elisabeth de Oliveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **A Relação entre os Níveis de Capital Social e os Índices de Desenvolvimento Sustentável**: Uma Análise Comparativa entre Municípios. In:XXXII Encontro da ANPAD, 2008. Anais. Disponível em:< http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C370.pdf>. Acesso em: 3 mai, 2018.

BASSO, Davi. Capital social e estratégias de reprodução das famílias rurais. In: Capital Social: **Teoria e Prática**, D. Ijuí, 2006. Disponível em:<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/livro%20capital%20social%2 02006-.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre (1980). **O Capital Social** – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Textos para Discussão, Brasília, Ipea, n. 621, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2009.L

COLEMAN, James Samuel. Social Capital in the creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, Vol. 94, and Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. (1988), pp. S95-S120

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GROOTAERT, Christiaan; NARAYAN, Deepa; JONES, Veronica Nyhan; WOOLCOCK, Michael**. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS).** Banco Mundial. 2003. Disponível em:< https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1788/mod_resource/content/0/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf >. Acesso em: 25 out 2017.

KHAN, Ahmad Saeed.; SILVA, L. M. R. **Avaliação do Projeto São José no Estado do Ceará**: Estudo de Caso. UFC /CCA /DEA, Fortaleza, Ceará, 2002.

KNACK, Stephen; KEEFER; Philip. Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation. **The Quarterly Journal of Economics**, 1997, vol. 112, n. 4, p. 1251-1288. Disponível em:< https://hec.unil.ch/docs/files/21/280/knack_keefer_1997.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2016.

LIMA FILHO, Sebastião Correa de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo do Brito (SE). **Revista Econômica do Nordeste**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 139-163, janeiro/março, 2011. Disponível em:< http://biblat.unam.mx/pt/revista/ren-revista-economicado- nordeste/articulo/capital-social-e-desenvolvimento-ustentavel-a-experiencia-de-campo-dobrito- se>. Acesso em: 17 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. 7. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.
MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de. Análise epistemológica sobre capital social: as abordagens de Bourdieu, Fukuyama e Ghoshal. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência Administração. Disponível em:< http://www.coloquioepistemologia.com.br/anais2013/ADE109.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PAIVA, Carlos Aguedo; RAMOS, Marilia Patta, SILVA, Claudionir Borges da; ROCHA, Allan Lemos. **Padrões de conflito e solidariedade em cadeias agroindustriais do RS:** análise dos questionários para avaliação do capital social na pesquisa COCAP. Porto Alegre: FEE, 2013. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/ uploads/2014/07/20140704livro-padrao-conflito-solidariedade-cadeiasagroindustriais-rs.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PEIXOTO, Fernanda Gomes. **Capital social na cadeia de produção agroindustrial do leite em Ipameri - GO.** Goiânia, 2016.100f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Escola de Agronomia, Universidade Federal de Goiás.

PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Reviews Sociology**, 1998, vol. 24. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.1>. Acesso em: 11 ago. 2018.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, Robert. **Jogando boliche sozinho**: o declínio do capital social dos Estados Unidos. 1995. Disponível em:
<http://archive.realtor.org/sites/default/files/BowlingAlone.pdf
>. Acesso em: 1 jul. 2018.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University, 1993.

SACHS, Ignacy; LAGES, Vinicius Nobre. **Capital social e desenvolvimento**: novidade para quem? Conferência Internacional Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: en Busca de un Nuevo Paradigma, Santiago, 2001. Disponível em:< http://repositorio.cepal.org/handle/11362/33039>. Acesso em: 22 dez. 2015.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.15, n.43, 2001.

CAPÍTULO 3 – EMPREENDEDORISMO RURAL: uma análise do perfil empreendedor em agricultores familiares assentados no município de Rio Verde – GO.

RESUMO

Apesar da importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico e social da sociedade, observa-se que esta temática é pouco explorada dentro do mundo rural brasileiro, principalmente na pequena produção rural. Este estudo tem por objetivo avaliar o perfil empreendedor rural em assentamentos de Rio Verde – GO, bem como identificar suas relações com a renda bruta, agregação de valor a produção e PRONAF. Para isso, foram entrevistados 92 chefes de famílias assentadas com o intuito de levantar o nível de perfil empreendedor das mesmas com base na abordagem comportamentalista de McClelland, em seguida foram realizadas análises qualitativas e quantitativas juntamente com dados socioeconômicos. Os resultados apontaram para uma considerável parcela de individuos com alto perfil empreendedor, no entanto, não significa necessariamente que são empreendedores típicos. Foi verificado que a faixa etária e escolaridade afetam o nível de perfil empreendedor e que este, influência na agregação de valor, renda e percepção de melhoria da qualidade de vida e bem-estar da família.

Palavras-chave: Empreendedorismo rural. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural.

CHAPTER 3 – RURAL ENTREPRENEURSHIP: an analysis of the entrepreneurial profile in family farmers settled in the city of Rio Verde, Goiás, Brazil.

ABSTRACT

Despite the importance of entrepreneurship to the economic and social development of society, it can be observed that this topic has rarely been explored in rural brazilian, especially in the context of small rural production. This study aims to evaluate the rural entrepreneurial profile in settlements in Rio Verde, as well to identify its relationship with gross income, value added to production, and PRONAF. For this purpose, 92 heads of settled families were interviewed in order to evaluate the level of their entrepreneurial profile with basis in the behavioral approach of McClelland. Subsequently, qualitative and quantitative analyses were conducted in addition to gathering socioeconomic data. The results indicated a considerable number of individuals possessing a high entrepreneurial profile. However, this does not necessarily mean that they are typical entrepreneurs. It was verified that age range and level of schooling affect the level of the entrepreneurial profile and that this, in turn, influences value adding, income, and perception of improving quality of life and family welfare.

Key words: Rural entrepreneurship. Familiar agriculture. Rural development.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o agronegócio como um todo, considera, além da agropecuária propriamente dita, as atividades a montante (“antes da porteira”) e a jusante (“depois da porteira”), e gera um a cada três empregos no Brasil, ou seja, 17 milhões de emprego segundo dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE,2018). Neste contexto, a importância da agricultura familiar reforça os dados encontrados em nações em desenvolvimento, na medida em que emprega 77% das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro e é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras em todo País (DALMOLIN, 2009).

Neste sentido, o fortalecimento da agricultura familiar tem sido visto como uma forma de desenvolvimento sustentável, pois contribui para a criação de atividades agrícolas e não agrícolas e, com isso, colabora para que as famílias permaneçam ou se fixem no meio rural, minimizando o êxodo ocorrido no final da década de 1980, além de suavizar um quadro nefasto de grande concentração de terras e riquezas no campo e desordenado processo de urbanização (FAUTH, 2008).

Assim como o termo agricultura familiar desperta o interesse de vários estudiosos em vários campos de pesquisa, o campo do empreendedorismo também possui uma série de temas de pesquisa abordados na literatura. Veiga (2005, p. 16) ilustra bem esta situação ao afirmar que “[...] existe hoje uma espécie de pântano intelectual a respeito do empreendedorismo”. Filion (1999, p. 21) corrobora este pensamento ao afirmar que “iniciar-se na pesquisa no campo do empreendedorismo é como entrar em um imenso bazar. Encontra-se de tudo para todos.”

A percepção que se tem é que as condições institucionais, no âmbito da agricultura familiar no Brasil, são atualmente bastante favoráveis ao estabelecimento de inúmeros empreendimentos rurais. O PRONAF, programa desenvolvido pelo Governo Federal voltado exclusivamente para o agricultor familiar, concedeu, no último Plano Safra (2017/2018), os menores juros praticados no mercado, destinados a financiamentos rurais. Em que pese a existência de questões objetivas altamente favoráveis ao desenvolvimento do agricultor familiar, a realidade mostra que ainda existem algumas questões intangíveis relacionadas a aspectos socioculturais que se colocam como barreiras nesse processo de mudança.

No entanto, alguns agricultores conseguem ultrapassar essas barreiras e se desenvolvem de forma plena, ampliando seus empreendimentos. Outros, por sua vez, reforçam a visão que alguns autores ainda possuem da agricultura familiar ao associá-la ao modo de vida camponês, com uma produção toda voltada para o consumo da família e com técnicas bem rudimentares. Autores como Abramovay (1992) denominam a atual agricultura familiar como "moderna agricultura familiar". "[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa" (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Diante desta perspectiva, pode-se definir a seguinte pergunta-problema que guiará o desenvolvimento do presente estudo: Qual o nível de empreendedorismo rural presente em agricultores familiares e qual a influência desse nível para seu desenvolvimento?

Inúmeras são as variáveis que podem afetar a formação do empreendedor rural na agricultura familiar, a despeito da localização geográfica de exploração, tipo de atividade exercida, tipos das relações em comunidade, apoio de políticas públicas etc. Assim, este estudo tem por objetivo avaliar o perfil empreendedor rural em assentamentos de Rio Verde – GO, bem como identificar suas relações com a renda bruta, agregação de valor a produção e PRONAF.

Por conseguinte, pretende-se estabelecer as possíveis relações existentes entre o crédito fornecido pelo agricultor familiar e o nível de capital social acumulado para a formação do empreendedo rural no contexto da agricultura familiar.

O desenvolvimento da temática empreendedorismo passa por duas abordagens principais. A primeira é a abordagem econômica tendo Schumpeter (1928) como o principal colaborador sobre o assunto. Schumpeter, introduziu ao termo empreendedorismo a palavra inovação, para ele, a inovação se referia a uma nova utilização dos recursos disponíveis, diferente da forma tradicional. A segunda abordagem, a corrente comportamentalista, também chamada de gerencial, teve McClelland como sua principal referência.

O presente estudo, possui como base do empreendedorismo a abordagem comportamentalista. Os comportamentalistas se preocuparam muito mais em estudar a figura do empreendedor, tentando traçar o seu perfil, as suas características, o seu comportamento e como se dá o processo de empreender.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Origem e conceito

O termo empreendedorismo muito difundido nos dias atuais é visto por muitos autores como uma transformação que mudará a forma das organizações no mundo, assim como foi a Primeira Revolução Industrial ocorrida no século XVIII e Segunda Revolução Industrial no Século XIX. No Brasil e nos países em desenvolvimento, esse termo muitas vezes está estritamente relacionando a momentos de crise na economia, uma vez que, é nesse momento onde encontram-se as melhores oportunidades de negócio e há um aumento do chamado empreendedorismo de necessidade [2] devidos aos altos índices de desemprego.

Segundo Hisrich et al (2009), o primeiro emprego do sentido de empreendedorismo é designado a Marco Polo, um importante mercador veneziano do século XIII, no qual, ele atuou com intermediário ao tentar estabelecer novas rotas comerciais para o extremo oriente. Nessa ocasião, Marco Polo assinou um contrato com uma pessoa detentora de recursos - hoje chamado de capitalista - para vender suas mercadorias em um mercado abrangente.

O capitalista corria riscos de forma passiva, enquanto o mercador assumia papel ativo, tomando para si todos os riscos físicos e emocionais do negócio. Assim, Marco Polo foi bem-sucedido em suas empreitadas e a partir dessa ocasião o empreendedor seria um sujeito que assume os riscos de um negócio.

A capacidade de assumir riscos talvez seja umas das características mais marcantes de um empreendedor atualmente, diferentemente do século XIII, que era vista como uma premissa. Mas o fato de assumir riscos não significa ser responsável por qualquer risco eventual que venha acontecer, o empreendedor hoje, assume riscos calculados e sabe gerenciá-los, uma vez que, são avaliadas as reais chances de sucesso. O risco é encarado como um desafio estimulador para a jornada empreendedora (DORNELAS, 2012).

Na Idade Média, o sentido do termo foi designado a quem somente administra

[2] Empreendedorismo de necessidade é aquele em que o individuo se aventura na jornada empreendedora mais por falta de opção, por estar desempregado e não ter alternativas de trabalho. Diferente do empreendedorismo de oportunidade, em que o empreendedor visionário sabe aonde quer chegar e visa à geração de lucro, empregos e riqueza (DORNELAS, 2012).

ou participa de um projeto de produção, geralmente financiados pelo governo e pela igreja católica (HISRICH et al, 2009).

Somente no século XVII que a palavra empreendedorismo foi efetivamente criada no sentido literal, *entrepeneur* tem origem francesa e significa aquele que assume riscos e começa algo novo. O criador do termo foi Richard Cantillon, notável economista da época que passara a observar os comerciantes, fazendeiros, artesãos e outros proprietários individuais do momento, Cantillon desenvolveu umas das primeiras teorias sobre empreendedorismo (FILLION, 1999).

Em meados do século XVIII, a pessoa que detinha o capital (investidor de risco) e a pessoa que precisava do capital (empreendedor) foram diferenciadas. O motivo para tal diferenciação se deve ao período da industrialização ocorrido a partir das Revoluções Industriais. Grandes exemplos desse período foram Eli Whitney e Thomas Edison que estavam desenvolvendo novas tecnologias e eram incapazes de financiar suas invenções para a produção em larga escala (HISRICH et al, 2009).

Embora tenha sido estudado vários séculos antes, foi somente no século XX que o empreendedorismo recebeu atenção especial. Foi constatado na literatura sobre o empreendedorismo, segundo Filion (1999), uma diferença notável na definição do termo empreendedorismo, na qual explicou que os pesquisadores tendem a perceber e defirnir empreendedores usando premissas de suas próprias disciplinas. Por exemplo, destaca Filion (1999), os economistas associam o empreendedor a inovação, enquanto os comportamentalistas se concentram em aspectos criativo e intuitivo.

Várias vertentes de estudo se originaram nesse século, dentre elas, se destacando as vertentes já mencionadas, economista e comportamentalista.

Na abordagem economista, Schumpeter foi o pioneiro na associação entre empreendedorismo e inovação. A inovação tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos, implementando novos processos, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeito as novas combinações. Depois de Schumpeter, autores como Higgins (1959), Baumol (1968), Schloss (1968), Leibenstein (1978) e a maioria dos economistas também seguiram na mesma linha (FILION, 1999). Os economistas se preocupavam em associar o desenvolvimento econômico de uma determinada região à quantidade de empreendedores existentes.

A palavra inovação é considerada o ponto chave do empreendedorismo em um mercado altamente competitivo e globalizado, fazendo, no entanto que a sua definição se torne ainda mais complexa. Com isso, o que pode ser novidade para uma pessoa ou região

pode não ser para outra.

Para Schumpeter (1912), o empreendedor é o agente do processo de “destruição criativa”, sendo o agente que protagoniza impulsos fundamentais que acionam e mantêm permanetemente em marcha o motor capitalista, através da inovação, criando novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficiente.

A escola comportamentalista (behavorista) assim como foi chamada, tinha o objetivo de definir basicamente o que significava ser um empreendedor e quais características o mesmo deveria possuir. O autor que de fato se tornou uma referência no assunto foi David C. McClelland. Para McClelland (1971), “um empreendedor era alguém que exercia controle sobre a produção que não era somente para o seu consumo pessoal.” Aplicando esta definição ao campo da agricultura familiar, pode-se afirmar que aquele agricultor familiar que conseguiu produzir além da subsistência e que tem controle sobre este excedente de produção é um empreendedor, pelo menos na visão de McClelland (1971).

Vários são os fatores que influenciam o comportamento do empreendedor. Sobre isso Fillion (1999, p.10) descreve:

> Uma amostragem de empreendedores que entraram no mercado há dois anos não dará o mesmo perfil de outros empreendedores que se lançaram 20 anos atrás. Treinamento e emprego anteriores também terão certo impacto, assim como religião, valores da comunidade educacional e cultura familiar, entre outros.

Ainda nessa visão comportamental McClelland (1971) destaca que os indivíduos empreendedores são aqueles que possuem certo grau de necessidade de realização, ou seja, é uma motivação social para que o indivíduo se supere.

Contudo, depois de discorrido sobre a evolução do pensamento empreendedor, define-se empreendedorismo sendo o envolvimento das pessoas e processos que, no contexto geral, levam a transformação de ideias em oportunidades. E o empreendedor é o sujeito que detecta essa oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo assim, riscos calculados e inovando continuamente (DORNELAS, 2012).

2.2 O perfil empreendedor

Praticamente todos os autores que estudaram o empreendedorismo dedicaram boa parte de seus estudos para tentar identificar o perfil ideal de um empreendedor de sucesso. Acredita-se através desse mapeamento da pessoa do empreendedor seja possível identificar na sociedade aqueles sujeitos com maior chance de sucesso e com isso canalizar recursos essenciais para seu empreendimento. Por outro lado, um estudo aprofundado do perfil do empreendedor permite entender se algumas características próprias dessa figura podem ser ensinadas as pessoas que não as possuam naturalmente.

Diante dessa variedade de estudos acerca do perfil ideal, pretende-se descrever nesse estudo as principais características do empreendedor comuns a boa parte dos autores.

Segundo McClelland (1971) os empreendedores possuem três características básicas que identificam seu perfil. São elas: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança. Ou seja, ele é motivado a buscar sua realização, e para isso, está disposto a assumir riscos (desde que consiga gerenciá-los) e, se ele tem essa disposição é porque ele confia em sim mesmo e no seu poder de enfrentar as barreiras que porventura possam surgir.

Em uma visão mais contemporânea, Hashimoto (2009) inclui a essas características o fato de um empreendedor ser criativo ao pensar em algo novo, energia para demonstrar incansável disposição para trabalhar e, a capacidade de gerar valor para alguém, ou para a sociedade.

Porém, conforme Dornelas (2012), quando se fala em empreendedorismo há uma grande confusão quanto à natureza de um empreendedor e de um inventor. O empreendedor se apaixona pela organização (o novo empreendimento) e faz o possível para garantir sua sobrevivência e crescimento. Já o inventor apaixona-se pela sua invenção e só a modificará para torná-la mais viável comercialmente. Depreende- se disso, que o aprecia o processo de invenção, enquanto o empreendedor o processo de implementação.

Dolabela (2008, p.34) destaca a realização de um sonho como outro fator peculiar do empreendedor:

> Ele deve buscar a realização do seu sonho. Ao agir para transformar seu sonho em realidade, o indivíduo é dominado por forte emoção, que libera a maior energia de que ele tem notícia: a energia de quem busca

> transformar seu sonho em realidade. E empreender é, portanto, um ato de paixão.

Dornelas (2012) aborda a questão da diferença entre o papel do administrador e o papel do empreendedor. A abordagem clássica ou processual de administração propõe que o ato de administrar se concentre nas funções de planejar, organizar, dirigir e controlar. O empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do administrador e, alguns atributos pessoais que, somados as características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de um novo empreendimento (Quadro 2). Diante disso, é possível afirmar que o empreendedor é um administrador, mas com resalvas, os empreendedores comumente têm dificuldades de decidir sobre questões do dia a dia, pois se preocupam mais com aspectos estratégicos, com os quais se sentem mais à vontade.

Quadro 2: Características dos empreendedores.

Características	
São visionários	São independentes e constroem o próprio destino
Sabem tomar decisões	São líderes e formadores de equipes
São indivíduos que fazem a diferença	São bem relacionados (networking)
Sabem explorar o máximo as oportunidades	São organizados
São determinados e dinâmicos	Planejam
São dedicados	Possuem conhecimento
São otimistas e apaixonados pelo que fazem	Assumem riscos calculados
São independentes e constroem o próprio destino	Criam valor para a sociedade

Fonte: Dornelas, 2012.

Outro atributo fundamental ao empreendedor e que merece destaque é a sua capacidade de liderar. Segundo o SEBRAE (2016, p. 2) “por compreender todos os processos de funcionamento da organização, o empreendedor é alguém que sabe liderar. Distribui tarefas e funções para os funcionários aptos a desempenhá-las”.

A presente pesquisa acerca do perfil empreendedor não buscou demonstrar um perfil ideal que possa ser generalizado a todos os empreendedores de sucesso e também está longe de ser conclusivas. Diante dos autores citados pretende-se obter um efeito

cumulativo e complementar no que se refere às características essenciais a esse perfil, visto que, dificilmente haverá um consenso no campo do empreendedorismo.

2.3 Empreendedorismo rural

Em um primeiro momento parece impossível relacionar à palavra empreendedorismo a agricultura familiar, principalmente as famílias assentadas, pois se imagina no senso comum, que este agricultor não possua uma visão inovadora, devido principalmente a sua infraestrutura inadequada, baixo nível de escolaridade, baixa qualificação, baixa renda e uma cultura que não incentiva a capacidade de assumir riscos em suas atividades (TOMEI; LIMA, 2014).

Entretanto, o que se observa na prática contradiz isso, com o objetivo de ter um maior ganho, observa-se cada vez mais que o pequeno agricultor está agregando valor a sua produção com processos de produção eficientes, além do beneficiamento e embalagem de seus produtos, se utilizando de ideias inovadoras.

Ao se fazer uma pesquisa na literatura sobre o termo empreendedorismo rural, seja no Brasil ou em outros lugares, é verificado que este tema é limitado. O que pode ser visto, porém, são artigos, dissertações, estudos de caso, cartilhas e programas voltados para essa formação, advindas de organizações como o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (FUNAR) dedeterminados estados brasileiros.

Diante do material bibliográfico consultado, não se sabe sobre a origem e uma definição absoluta sobre esse termo. Com isso, este estudo não pretende formular uma definição, mas analisar a importância dessa vertente do empreendedorismo e avaliar o perfil empreendedor rural em assentamentos de Rio Verde – GO.

Ao discorrer sobre empreendedorismo no meio rural nasce uma nova questão inquietadora sobre a definição do que realmente é o meio rural. Observa-se que há muita confusão sobre isso, pois de acordo com o senso comum o mundo rural seria onde se prática as atividades agropecuárias e o chamado mundo urbano as demais atividades econômicas. O senso comum sempre dá preferência aos critérios funcionais, em vez dos critérios estruturais (VEIGA, 2005)

Ainda segundo Veiga (2005, p.22) “o decreto-lei 311/38 considera urbano todo habitante que reside no interior dos perímetros delineados pelas Câmaras Municipais em

torno de toda e qualquer sede de município ou de distrito". Isso é colocado em questão quando se analisa os censos demográficos a partir de 1940, no qual até as tribos indígenas foram consideradas urbanas.

Para tentar ser mais criterioso quanto a essa definição, Veiga (2005) propõe a utilização do que ele denomina "índice de pressão antrópica", esse indicador mediria as modificações do meio natural resultantes das atividades humanas.

Percebe-se que, ao demonstrar anteriormente a origem e conceito de empreendedorismo que, também não existe uma definição absoluta do termo. Diante disso tomei; Lima (2010, p.38) discorrem:

> Essa falta de convergência sobre quem seria o empreendedor e o que seria rural talvez seja um indicativo da razão de se ter uma literatura tão escassa sobre quem seria, portanto, o empreendedor rural. Combinar dois temas polêmicos não é uma tarefa simples e poderá suscitar uma discussão ainda maior.

Entretanto, apesar dessas discussões, é possível identificar a importância do empreendedorismo no meio rural, especialmente para a agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento rural. Sobre isso, Veiga (2002) afirma que as chances de desenvolvimento rural brasileira estão estritamente relacionadas à capacidade de empreendedorismo da população local, na qual, possibilita a geração de emprego e renda. É indiscutível o entendimento de que o principal agente do desenvolvimento no campo é o produtor rural (agricultor e/ou pecuarista).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é classificado como uma pesquisa aplicada, com o interesse de gerar conhecimento a sociedade e ao governo. Foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa, descritiva e exploratória, através de coleta de dados, obtidos principalmente em entrevistas com questões estruturadas relativas ao perfil empreendedor do (a) chefe da família.

A pesquisa terá o enfoque qualiquantitativo, com a utilização de métodos mistos, ou seja, coleta e analisa os dados, e extrai inferências usando abordagens ou métodos qualitativos e quantitativos em um único estudo ou programa de investigação (CRESWELL, 2007). A pesquisa possui duas fases, uma qualitativa para explorar e outra quantitativa com análise estatística dos dados coletados.

Inicialmente, a pesquisa de campo caracterizou-se pela realização de entrevistas junto a 92 agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no município de Rio Verde – GO. A Tabela 6 mostra que a distribuição das entrevistas realizadas em cada assentamento foi realizada de forma proporcional ao número de famílias assentadas.

Tabela 6: Distribuição das entrevistas nos assentamentos

Nome do assentamento	Número de famílias assentadas	Número de famílias entrevistadas
Água Bonita	22	5
Fortaleza II	16	5
Pontal do Buriti	105	24
Ponte de Pedra	113	27
Rio Doce	14	4
Rio Verdinho	27	6
Vaianópolis	36	9
Vale do Cedro	25	6
Vale do Sonho/Rio Preto	25	6
Total	387	92

Fonte: Dados do autor, 2018.

As entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018, pelo pesquisador, por intermédio de visitas físicas aos respectivos assentamentos. O tipo de amostragem foi por acessibilidade ou por conveniência. Concomitantemente a este estudo foram utilizados outros intrumentos de coletas de dados para estudos com outros objetivos. Neste sentido, inclusive os dados socioeconomicos já obtidos serão utilizados conjuntamente com as análises realizadas neste estudo.

Uilizando-se a abordagem comportamentalista proposta por McClelland, os construtos inerentes as caracteríticas empreendedoras podem ser sintetizados na no quadro abaixo segundo Dantas et al (2005):

Quadro 3: Construtos das características empreendedoras.

Características	**Definições**
Iniciativa	Tem por qualidade saber agir; geralmene é o primeiro a propor e/ou empreende algo. Faz as coisas antes de ser solicitado, ou antes, de forçado pelas circunstâncias.
Busca por informação	Interesse de conhecer, encontrar, descobrir e procurar algo que torne instruído, dando uma direção maior ao conhecimento que se adquiri com a seleção de informações relevantes ao seu crescimento pessoal e/profissional.
Autoconfiança	Acredita em si próprio, mantendo seu autocontrole; mantém seu ponto de vista; tem sua opinião formada e não se deixa influenciar pelos outros, mesmo que o tentem descorajá-lo.
Comprometimento com o negócio	Não poupa esforços para fazer bem feito; tem facilidade de trabalhar em conjunto; traz para si tudo o que adquiriu de resultados, assumindo toda responsabilidade do que foi obtido, seja para o sucesso ou fracasso.
Tenacidade	Aquele que é persistente, pertinaz, persevera, conserva-se firme e constante em seus ideais e decisões, indivíduo que nçao desiste diante das dificuldades e lida com os obstáculos cautelosamente.
Capacidade de planejamento	Aquele que planeja, projeta, traça meios para melhor conduzir seus afazeres, suas metas, e objetivos; tenciona tarefas, dividindo e subdivindido-as em grupos e subgrupos de maneira organizada com prazos bem definidos.
Capacidade de decisão	Facilidade de resolver, solucionar problemas; lidam com decisões arriscadas; utiliza seus resultados para analisar antes de tomar qualquer decisão que possa por em risco seu sucesso.
Criatividade	A partir da imaginação dá origem a algo novo ou transforma o que já existe em algo diferente. Sabe lidar com imprevistos sendo criativo em determinadas situações.
Capacidade de assumir riscos	Lida com o perigo de maneira que o tema de maneira astuta, arrisca sem medo de errar; é perspicaz ao assumir riscos calculados; vê no risco, oportunidades.
Persuasão	Tem o poder de induzir, convencer, levndo o outro a acreditar e aceitar; aquele que tem “lábia”, tem capacidade e habilidade de persuadir; consegue mudar opiniões, passa certeza e convicção nas palavras; tem boa comunicação e sabe estabelecer edes de contatos.

Fonte: Dantas et al. (2005).

Tais construtos estão presentes no questionário de auto avaliação do perfil empreendedor (Anexo IV) proposto por Dornelas (2012). Este questionário utiliza escala Likert, no qual, o sujeito avalia o nível da característica empreendedora presente na sua pessoa, variando de “insuficiente” até “excelente” e utilizando notas de 1 a 5. Concluído a aplicação do questionário, é realizado o somatório das notas para cada ítem analisado e, por conseguinte, identificado o perfil empreendedor do (a) chefe da família.

Conforme Dornelas (2012) e adaptação do autor, para verificar o nível de perfil empreendedor presente no agricultor familiar, foi estabelecido o seguinte critério:

• Alto nível de perfil empreendedor: de 120 a 150 pontos
• Médio nível de perfil empreendedor: de 90 a 119 pontos
• Baixo nível de perfil empreendedor: de 60 a 89 pontos
• Insuficiente nível de perfil empreendedor: menos de 59 pontos

Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas individuais, semi-estruturadas, face a face com os agricultores familiares. As vantagens deste tipo de coleta, segundo Creswell (2007), foram bem exploradas, pois foram formuladas perguntas fechadas e perguntas abertas, em que os participantes puderam fornecer informações históricas.

Posteriormente os dados foram tabulados e analisados utilizando-se o *software* IBM SPSS *statistics* para o entendimento das frequências e possíveis relações existentes entre as variáveis. Objetivando comprovar a existência ou não de uma relação entre as variáveis estudadas, utilizou-se do teste de hipótese de Qui-Quadrado de Pearson, destinado a encontrar o valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre duas variáveis qualitativas. É um teste não paramétrico, ou seja, não depende dos parâmetros populacionais, como média e variância. O princípio básico deste método é comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para um certo evento (TRIOLA, 2005).

As duas hipóteses a serem testadas para o teste de Qui-Quadrado de Pearson são:

- Hipótese nula: as frequências observadas não diferem das frequências esperadas. Sendo assim, não existe diferença entre as frequências dos grupos. Portanto, não há associação entre as variáveis.
- Hipótese alternativa: as frequências observadas diferem das frequências esperadas,

portanto, existe diferença entre as frequências dos grupos, com a respectiva comprovação da associação entre as variáveis.

A partir deste esclarecimento é possível apresentar as hipóteses com as relações que se pretende estabelecer:

H_1: Existe correlação entre as variáveis "nível de perfil empreendedor" e "obtenção de financiamento do Pronaf".
H_2: Existe correlação entre as variáveis "nível de perfil empreendedor" e "agregação de valor a produção".
H_3: Existe correlação entre as variáveis "nível de perfil empreendedor" e "renda bruta anual".

As limitações deste tipo de coleta, também segundo Creswell (2007), tentaram ser evitadas. As entrevistas foram realizadas nas parcelas dos agricultores, ou seja, no cenário natural de campo, e não em um local designado para este fim. As perguntas foram elaboradas de forma clara e objetiva, de modo a evitar que as respostas e a interpretação dos pesquisados em relação às mesmas pudessem ser viesadas.

Por último, considerando as diferenças existentes, tanto em termos de articulação e percepção, bem como as peculiaridades dos entrevistados em termos de grau de instrução, o questionário foi previamente submetido à apreciação de algumas pessoas conhecedoras do assunto, dois professores do setor de desenvolvimento rural da Universidade Federal de Goias, sendo um doutor em administração e outro doutor da área em ciências agrárias com foco em políticas públicas para agricultura familiar. Tal prática tem a finalidade de compreender as características apresentadas por uma determinada população, ou correlacionar variáveis cujas características são conhecidas (SEKARAN, 2003). A linguagem utilizada foi bem informal e o mais próximo possível do público alvo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na amostra de agricultores familiares entrevistados (Figura 34), observa-se que 22,83% possuem um alto nível de perfil empreendedor, seguido por médio nível, com 33,70%. Este resultado surpreende, na medida em que o esperado seria menos

entrevistados com tais perfis, mostrando que apesar de toda dificuldade enfrentada por este segmento de agricultores familiares devido a fatores extrínsecos ao agricultor, há uma presença considerável de características que permitem que os mesmos possuem perfil empreendedor. Por outro lado, 34,78% dos entrevistados possuem baixo perfil empreendedor e 8,70% possuem características insuficientes para que o mesmo se torne empreeendedor.

Este resultado corrobora as inferências de Villanueva et al. (2012), que buscaram descrever o perfil dos pequenos empreendedores agrícolas do Valle de Puebla, no México. Utilizaram-se de um indicador de empreendedorismo construído com base nas variáveis inovação e propensão a assumir riscos. Constataram que os empreendedores rurais enfrentam mais dificuldades que os empreendedores urbanos devido a várias causas, como contatos limitados, baixo nível de educação formal, falta infraestrutura de comunicação e densidade populacional.

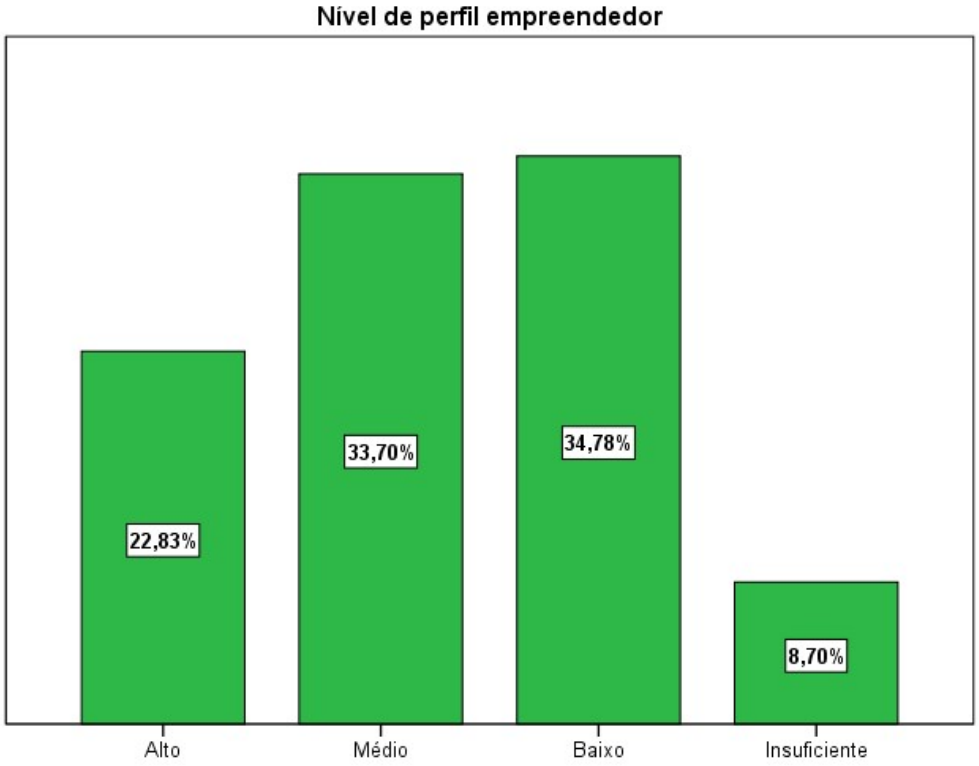

Figura 34: Gráfico nível de perfil empreendedor.
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Em relação a faixa etária dos assentados (Figura 35), é possível verificar que os agricultores com alto e médio nível de perfil empreendedor estão presentes nas faixas etárias mais jovem e os que possuem baixo e insuficiente nível de perfil empreendedor

estão nas faixas etárias mais elevadas. Vale ressaltar que os assentamentos investigados possuem uma população com média de 55,97 anos de idade.

O resultado demonstra uma tendência presente no empreendedorismo quando se trata do perfil, uma vez que, os jovens têm mais propensão a assumir riscos calculados e possuem maior necessidade de realização. Sendo assim, os assentados mais idosos já se sentem realizados de alguma maneira e são mais cautelosos no momento de assumir riscos, não tomando decisões que podem impactar na sua família, mesmo sabendo que os riscos são baixos e conhecidos.Tal afirmação pode ser verificada observando o diálogo abaixo de um entrevistado de 56 anos, quando perguntado se o mesmo corre riscos calculados:

> "Olha... eu num corro não viu! A gente pensa e pensa, mas mesmo se for algum tipo de negócio que a gente não tiver certeza absoluta aonde ta entrando, a gente num vai não viu... Até mesmo porque tem gente que depende da gente, tem os filhos né... então só quando for certeza mesmo de uma coisa que a gente vai". (ENTREVISTADO 64).

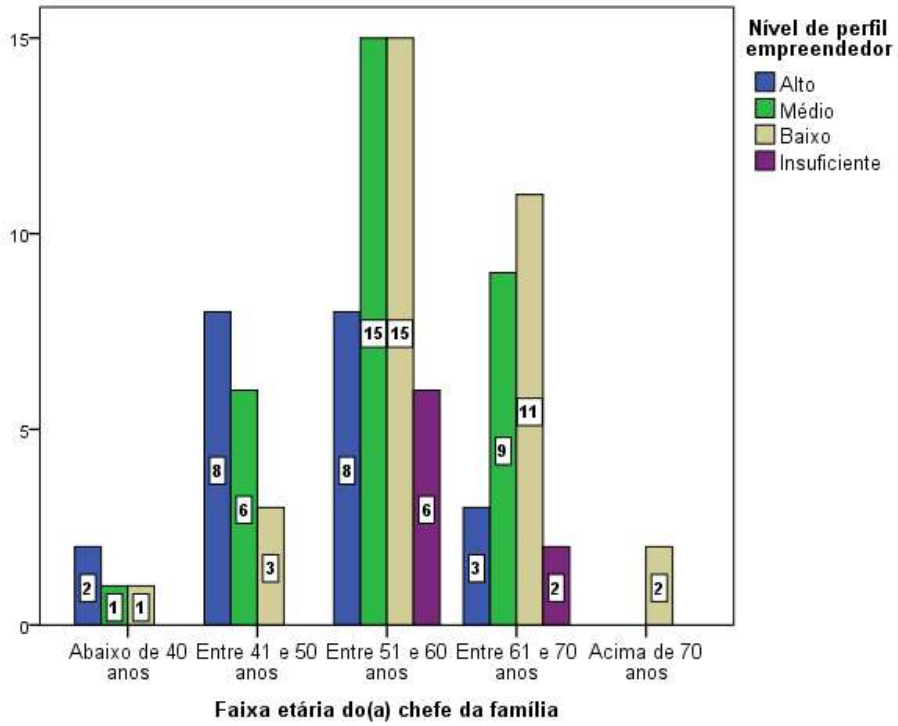

Figura 35: Frequência do cruzamento das variáveis "faixa etária do(a) chefe da família" e "nível de perfil empreendedor".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Analisando o nível de perfil empreendedor sob o prisma da escolaridade (Figura 36), percebe-se uma leve tendência de agricultores com menor nível de escolaridade

apresentarem níveis insuficientes de perfil empreendedor e os agricultores com ensino médio e superior concluídos apresentarem altos níveis de perfil empreendedor. No geral, é verificado um baixo nível de escolaridade nos assentamentos, não demonstrando dissemelhança nesse segmento de agricultores.

Villanueva et al. (2012), destacam que uma das variáveis mais importantes relacionada a capacidade empreendedora dos pequenos empreendedores agrícolas do Valle de Puebla, no México, é os anos de escolaridade, juntamente com o número de anos de experiência em atividade produtiva.

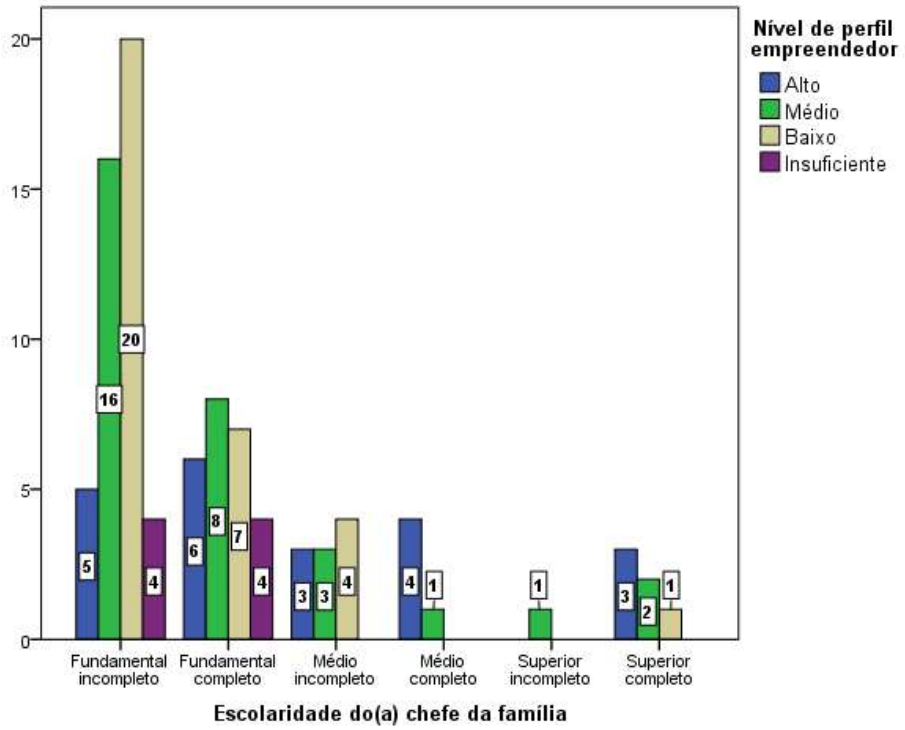

Figura 36: Frequência do cruzamento das variáveis "escolaridade do(a) chefe da família" e "nível de prefil empreendedor".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Sobre a precepção da família em relação a melhoria da qualidade de vida e bem-estar desde o início das atividades como assentado até o momento atual (Figura 37), verifica-se que dentro de todos os casos investigados somente oito responderam que não houve melhorias e apenas estes apresentaram níveis insuficientes de perfil empreendedor.

Este resultado corrobora um estudo interessante da realidade brasileira da questão foi feito por Kühn (2003) com comunidades gaúchas. A autora ressalta a importância do microcrédito para a agricultura familiar, e que o desenvolvimento rural precisa ser compreendido como um processo que vai além da disponibilização de recursos às famílias, reforçando que é preciso conhecer o público que se pretende atingir, pois o

próprio resultado da política corresponde ao uso efetivo das capacitações. Neste ponto, é necessário conhecer especificamente as características comportamentais que definem o perfil empreendedor para o eficiente emprego de recursos públicos.

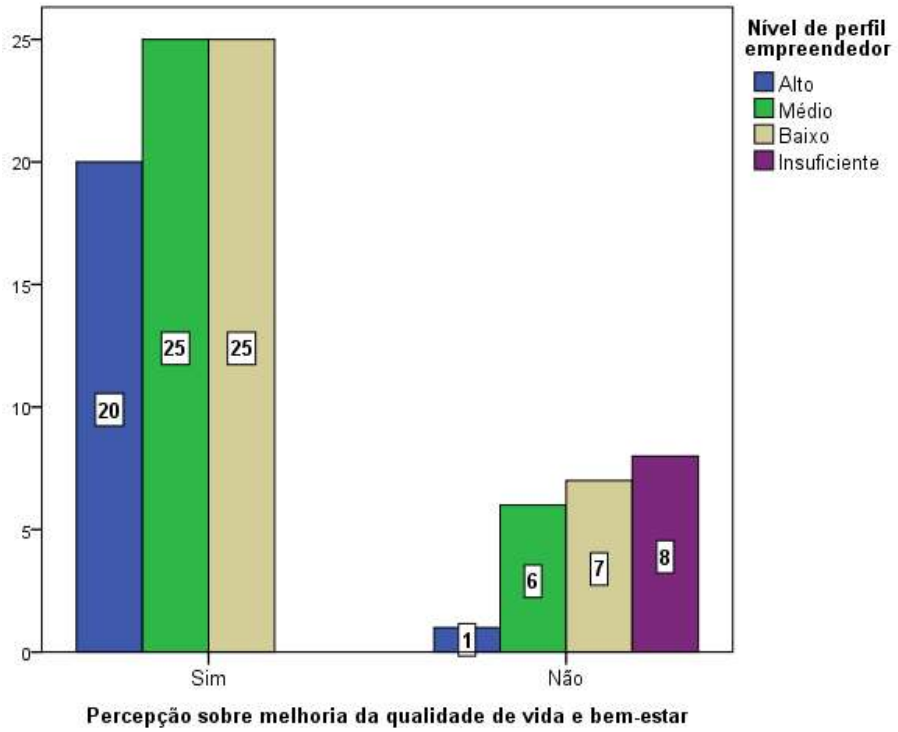

Figura 37: Frequência do cruzamento das variáveis "percepção sobre melhoria da qualidade de vida e bem-estar" e "nível de perfil empreendedor".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Através da análise estatística dos dados realizada por intermédio do software IBM SPSS *statistics* obteve-se a compreensão das relações existentes entre as variáveis qualitativas estudadas. Os emparelhamentos das variáveis foram construídos de acordo com os testes de hipóteses estabelecidos anteriormente na metodologia, validando ou invalidando a hipótese nula, sendo esta de que as variáveis são independentes[3]. Foram abordadas no decorrer dessa discussão, as associações mais relevantes encontradas.

Com o intuito de analisar a existência de correlação entre as variáveis "Nível de perfil empreendedor" e "Obtenção de financiamento do PRONAF" calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2 = 24{,}72$; G.L = 3; "valor-p" = 0,000). Com 95% de confiança, rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis, devido a significância

[3] A variável independente ou exógena é aquela que age apenas preditora ou causadora de um efeito em outra variável/construto no modelo teórico. O pesquisador conseguirá distinguir quais variáveis independentes prevêem cada variável dependente apoiando-se na teoria e também em suas próprias experiências prévias (HAIR JR. et al., 2005).

estatística do teste, ter sido 0,000, menor que o nível de significância estabelecido de 0,05 (5%). Este teste confirmou a relação entre obtenção de financiamento e nível empreendedor (H_1).

Na identificação do grau de associação entre as duas variáveis, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, encontrando-se 0,501, com "valor-p" de 0,000. Validando-se assim estatisticamente o coeficiente de correlação de Pearson, pelo fato de a significância estatística do teste encontrada, (0,000), ter sido menor que o nível de significância estabelecido, de 5% (0,05). Portanto, existe correlação positiva média, estatisticamente significativa entre as variáveis "Nível de perfil empreendedor" e "Obtenção de financiamento do PRONAF".

Observando o gráfico de cruzamento das variáveis (Figura 38) é possível notar uma clara interferência do perfil empreendedor na tomada de crédito do PRONAF, uma vez que, os agricultores com maiores níveis de perfil empreendedor são os que mais recorrem ao crédito para seus investimentos. Segundo Dornelas (2012), o empreendedor nem sempre investirá em um negócio com recursos próprios, pois, sendo ele o criador de uma ideia inovadora e viável, basta apresentar tal proposta a agentes externos para conseguir recursos de terceiros para o investimento, assumindo papel ativo, tomando para si todos os riscos físicos e emocionais do negócio.

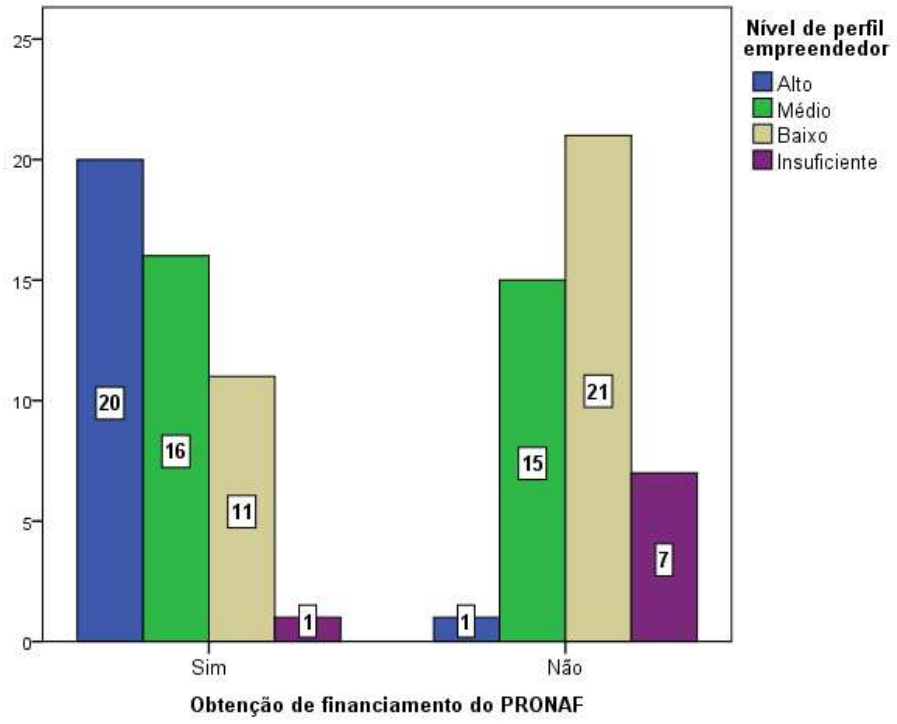

Figura 38: Frequência do cruzamento das variáveis "obtenção de financiamento do PRONAF" e "nível de perfil empreendedor".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Para compreender a existência de associação entre as variáveis “Nível de perfil empreendedor” e “Agregação de valor a produção” calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2 = 17,06$; G.L = 3; “valor-p” = 0,001). Com 95% de confiança, rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis, devido a significância estatística do teste, ter sido 0,001, menor que o nível de significância estabelecido de 0,05(5%), aceitando-se assim a hipótese alternativa, de que o nível de perfil empreendedor influi na agregação de valor da produção das famílias assentada (H_2). O coeficiente de correlação de Pearson encontrado foi de 0,259, com p valor de 0,013, sendo assim, validado estatisticamente, em virtude de a significância estatística do teste encontrada (0,013) ser menor que o nível de significância estabelecido, de 5% (0,05).

O perfil empreendedor levantado nas análises é baseado na abordagem comportamentalista iniciada por McClelland, no entanto, pode-se neste momento analisar a influência da abordagem compotamentalista na abordagem economicista, na qual, se demonstra muito interssante.

Conforme Schumpeter (1928 apud Filion, 1999), inovação tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações. Contudo, o que é novidade para uma pessoa ou uma região, pode não ser para outra, o que torna a definição do termo ainda mais complexa. No meio rural, a inovação é vista como uma nova combinação dos recursos já disponíveis. O simples fato de extrair o leite da vaca e transformá-lo em queijo já significa uma inovação para a agricultura familiar. Já no meio urbano, principalmente nas grandes metrópoles, a transformação do leite em queijo seria vista como um processo industrial comum, não devendo ser enquadrada como um processo inovador.

Quando perguntado ao entrevistado se o mesmo agrega valor na sua produção (Figura 39), significa se ele realiza algum processo de transformação, industrialização, seleção, classificação, embalagem, beneficiamento ou acondicionamento do produto que, se vendido na forma *in natura* teria um preço menor do que este processo de agregação. No gráfico da figura é possivel perceber uma clara influência do perfil empreendedor neste processo.

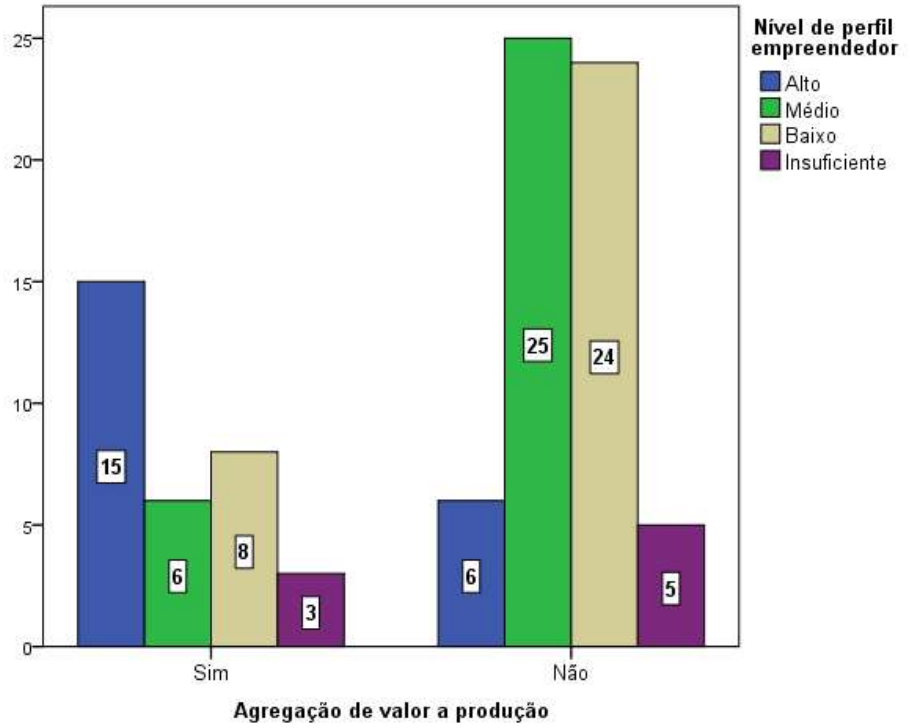

Figura 39: Frequência do cruzamento das variáveis "agregação de valor a produção" e "nível de perfil empreendedor".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Por fim, ao analisar a existência de correlação entre as variáveis "Nível de perfil empreendedor" e "Renda bruta anual da família" calculou-se o Qui-Quadrado de Pearson ($\chi 2 = 59{,}83$; G.L = 12; "valor-p" = 0,000). Com 95% de confiança, rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis, devido a significância estatística do teste, ter sido 0,000, menor que o nível de significância estabelecido de 0,05 (5%), aceitando-se assim, a hipótese alternativa, de que o nível de perfil empreendedor influi na renda bruta anual das famílias assentadas (H_3), sendo as variáveis dependentes.

Na identificação do grau de associação entre as duas variáveis, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, encontrando-se - 0,653, com "valor-p" de 0,000. Validando-se assim estatisticamente o coeficiente de correlação de Pearson, pelo fato de a significância estatística do teste encontrada, (0,000), ter sido menor que o nível de significância estabelecido, de 5% (0,05). Portanto, existe correlação negativa forte, estatisticamente significativa entre as variáveis "Nível de perfil empreendedor" e "Renda bruta anual da família".

Esta associação (figura 40) se demonstra como uma das mais importantes realizadas até aqui, pois comprova que se o agricultor apresenta as características desejáveis para torná-lo um empreendedor rural, é possivel que estes terão probabilidades

maiores de possuírem uma renda maior do que aqueles que não o são. Este resultado corrobora aos estudos de Veiga (2001) e Abramovay (2000), os quais, desenvolveram a teoria de que a capacidade empreendedora e inovadora, bem como as relações formais e informais que os agricultores familiares estabelecem em seu ambiente são responsáveis pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais em que vivem.

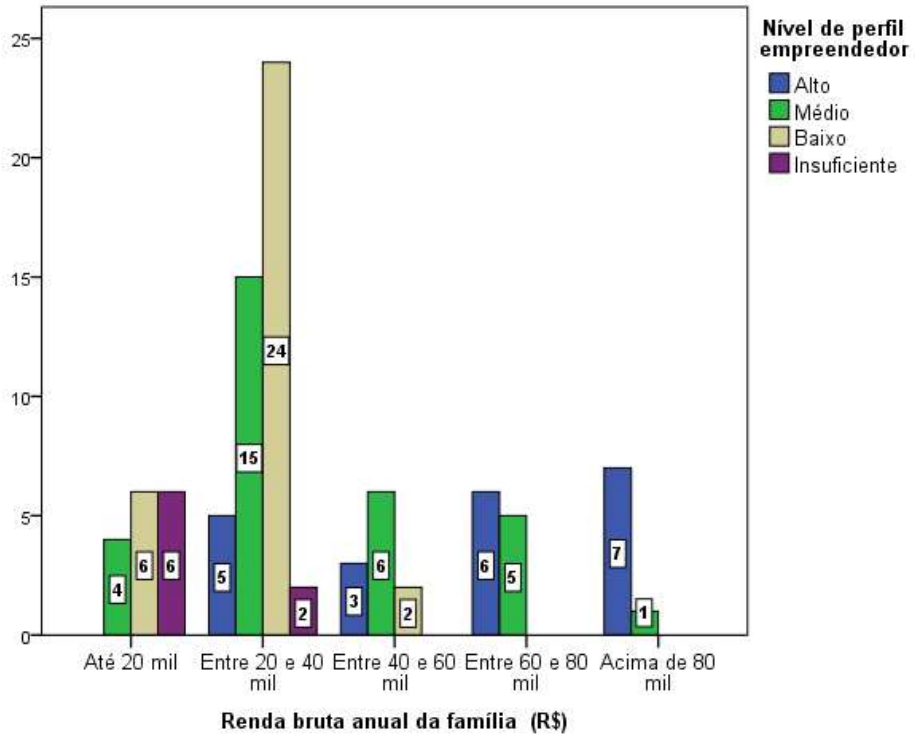

Figura 40: Frequência do cruzamento das variáveis "renda bruta anual da família" e "nível de perfil empreendedor".
Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Neste sentido, a pesquisa evidenciou, portanto, que não basta políticas públicas focadas no crédito agrícola ou acesso a mercado institucionais, apesar de reconhecerem sua importância no papel de desenvolvimento rural, é preciso criar políticas complementares que valorizem o perfil empreendedor do agricultor familiar. Os resultados apontam que muitos agricultores possuem um perfil adequado para empreenderem em seus negócios, entretanto, fatores extrínsecos a figura do agricultor familiar criam barreiras na transformação deste em empreendedores rurais, gerando renda, emprego, qualidade de vida, bem-estar e, consequentemente, desenvolvimento para essas famílias.

4.1 A formação do empreendedor rural e suas dimensões

Está subseção tem o intuito de apresentar formação do empreendedor rural e, consequente, alcance do desenvolvimento rural a partir de três dimensões propostas nesta dissertação: o crédito do PRONAF, o capital social e o nível de perfil empreendedor. Para isso, são retomadas algumas hipóteses presentes no estudo e inseridas outras hipóteses que fazem parte do escopo deste trabalho para descobrir possíveis relações entre as variáveis e depreender resultados. Vale ressaltar que as hipósteses aqui testadas foram realizadas de forma separada e não constitui o teste de um modelo em sua totalidade.

Assim como nos testes estatísticos já realizados anteriormente, as duas hipóteses a serem testadas para o teste de Qui-Quadrado de Pearson são: Hipótese nula e Hipótese alternativa. Neste sentido, são apresentadas as hipóteses com as relações que se pretende estabelecer:

H_1: Existe correlação entre as variáveis “obtenção de financiamento do PRONAF” e “renda bruta anual”.
H_2: Existe correlação entre as variáveis “obtenção de financiamento do PRONAF” e “percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar”.
H_3: Existe correlação entre as variáveis “índice de capital social” e “renda bruta anual”.
H_4: Existe correlação entre as variáveis “índice de capital social” e “percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar”.
H_5: Existe correlação entre as variáveis “nível de perfil empreendedor” e “renda bruta anual”.
H_6: Existe correlação entre as variáveis “nível de perfil empreendedor” e “percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar”.

As variáveis independentes escolhidas para representar as dimensões do modelo teórico proposto são “Obtenção de financiamento do PRONAF” para a dimensão PRONAF; “Índice de Capital Social” para a dimensão Capital Social e; “Nível de perfil empreendedor” para a dimensão Perfil empreendedor. As variáveis escolhidas que se julga dependentes para o alcançe do desenvolvimento econômico e social da família assentada são: “Renda anual da família” e “Percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar”. As variáveis escolhidas são oriundas de instrumentos já aplicados aos sujeitos desta pesquisa concomitantemente com o estudo sobre o perfil empreendedor. A

dimensão formação do empreendedor rural fica condicionada também as variáveis de PRONAF, capital social e perfil empreendedor. Vale ressaltar que não foi utilizada nenhuma metodologia para identificar um índice de desenvolvimento rural, tais análises foram realizadas com base em dados socieconômicos e percepções fornecidas pelas próprias famílias.

Os resultados do cálculo do Qui-Quadrado de Pearson e do grau de associação entre as duas variáveis são demonstrados abaixo com 95% de confiança:

- H_1 ($\chi 2 = 16,15$; G.L = 4; "valor-p" = 0,003, correlação de Pearson = -0,404, "valor-p" = 0,000): **aceitando-se a hipótese alternativa**;
- H_2 ($\chi 2 = 13,38$; G.L = 1; "valor-p" = 0,000, correlação de Pearson = 0,381, "valor-p" = 0,000): **aceitando-se a hipótese alternativa**;
- H_3 ($\chi 2 = 51,38$; G.L = 32; "valor-p" = 0,016; correlação de Pearson = -0,216; "valor-p" = 0,039): **aceitando-se a hipótese alternativa**;
- H_4 ($\chi 2 = 11,94$; G.L = 8; "valor-p" = 0,154; correlação de Pearson = -0,077; "valor-p" = 0,461): **rejeitando-se a hipótese alternativa**;
- H_5 ($\chi 2 = 59,83$; G.L = 12; "valor-p" = 0,000; correlação de Pearson = -0,653; "valor-p" = 0,000): **aceitando-se a hipótese alternativa**;
- H_6 ($\chi 2 = 30,11$; G.L = 3; "valor-p" = 0,000; correlação de Pearson = -0,433; "valor-p" = 0,000): **aceitando-se a hipótese alternativa**;

Depreende-se destes resultados, portanto, que a quase totalidade das hipóteses foram aceitas, levando ao reconhecimento de que o crédito fornecido pelo PRONAF, o capital social acumulado na comunidade e o perfil empreendedor das famílias assentadas contribuem na formação do empreendedorismo rural na agricultura familiar.

A observação fica por conta da variável "índice de capital social" relacionando-a com o a "percepção sobre melhoria da qualidade de vida e bem-estar", a qual foi a única que apresentou coeficientes fora dos desejáveis, entretanto, voltando-se ao estudo sobre o capital social nesses assentamentos, ao se isolar os dois assentamentos com maiores e menores ICS é possivel verificar uma certa influência do capital social na renda bruta anual, como foi constatado aqui, e na percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pautou-se na investigação do perfil empreendedor em famílias assentadas no município de Rio Verde – GO, bem como, o seu papel desenvolvimento econômico e social das respectivas famílias. Destaca-se a seguir os principais resultados demostrados pela pesquisa, obtidos através da aplicação de entrevistas a 92 famílias assentadas.

Com relação ao perfil empreendedor, foi identificado que parcela significativa dos assentados possuem baixo e insuficiente nível de perfil empreendedor, levando-se em consideração a abordagem comportamentalista de McClelland. Entretanto, uma parcela considerável, 22,83%, foi identificada com alto perfil empreendedor.

Por meio das análises qualitativas e quantitativas realizadas entre o perfil empreendedor e dados socioeconômicos, foi possível constatar que os agricultores com maiores níveis de características empreendedoras possuem maior nível de escolaridade e normalmente são da faixa etária mais jovens dos assentamentamentos. Tais inferências, portanto, não significa dizer que não se pode encontrar agricultores com perfil elevado e o mesmo estar localizados nas faixas mais baixas de escolaridade e nas faixas etária mais avançadas, devido principalmente as características desse segmento de agricultores familiares.

Além disso, é observado que agricultores com níveis altos de perfil empreendedor buscam mais o crédito fornecido pelo PRONAF e procuram de alguma forma agregar valor a sua produção. Isto demonstra que de alguma forma ele busca recursos financeiros para investir em sua ideia de negócio ao mesmo tempo que busca a inovação ao agregar valor a produção.

Por fim, foi verificado a influência que esse perfil empreendedor tem sobre o desenvolvimento econômico e social dessas famílias. Indivíduos com altos níveis de perfil empreendedor possuem renda maiores do que aqueles com baixo perfil empreendedor. E a percepção sobre a melhoria da qualidade de vida e bem-estar seu e da família forram melhores identificados em indivíduos com maiores níveis de perfil empreendedor.

Em uma subseção separada nos resultados, foi verificado o reconhecimento de uma modelo teórico que contempla a formação do empreendedor rural na agricultura familiar a partir do PRONAF, capital social e perfil empreendedor. Os testes estatísticos revelaram que há correlações entre as variáveis representantes de cada dimensão, exceto

entre as variáveis “índice de capital social” e “percepção sobre melhoria da qualidade de vida e bem-estar”.

Diante do exposto, conclui-se que apesar de não serem considerados empreendedores *schumpeterianos* típicos, o perfil empreendedor baseado em características empreendedoras presentes em agricultores familiares vêm contribuindo com o seu desenvolvimento, os caminhos empreendidos proporcionam de alguma forma novas oportunidades de trabalho, novos meios de produção, novos recursos e técnicas e, principalmente, novos produtos para o mercado consumidor, por meio da utilização de mão de obra familiar, melhorando assim, a situação econômica e social de suas famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – volume 4, n° 2, abril/junho 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAUMOL, William. Entrepreneurship in Economic Theory. **The American Economic Review**, n. 58, p. 64-71, 1968.

CANTILLON, Richard (1755). **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Segesta Editora, 2002.

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa:** Métodos qualitativo, quantitativo e misto, 2.ed., Porto Alegre, Artmed, 2007.

DANTAS, Anderson de Barros; SANTOS, Paulo da Cruz Freire; OLIVEIRA, Emanuelle de Sáles; BARRETO, Renata Reis; MILITO Claudia. Pré-Validação de um Novo Instrumento para a Identificação do Potencial Empreendedor. **XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2005. Disponível em:< http://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0906_1246.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

DOLABELA, Fernando**. O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 2ª reimpressão.

FAUTH, Eva Maria. Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.35, n.4, p.51-60, 2008.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: Empreendedores e Proprietários -

Gerentes de Pequenos Negócios, **Revista de Administração**, São Paulo v. 34, n. 2, p. 5-28, abril-junho 1999.

HAIR JR, Joseph, ANDERSON, Rolph., TATHAM, Ronald., & BLACK, William (2005). **Análise multivariada de dados** (5a. ed.). Porto Alegre: Bookman.

HASHIMOTO, Marcos. **Lições de empreendedorismo**. Barueri, SP: Manole, 2009.

HIGGINS, Benjamin. Economic Development Principles, **Problems and Policies**. New York, Norton, 1959.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo.** Tradução de: Teresa Félix de Sousa.7.ed.Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo agropecuário 2017:** resultados preliminares. Disponível em:< https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

KÜHN, Daniela Dias. (2003). **Desenvolvimento Rural e a Abordagem Das Capacitações:** O Microcrédito em Constantina/Rs, dissertação UFRGS.

LEIBENSTEIN, Harvey. **General X-efficiency Theory and Economic Development**. London, Oxford University Press, 1978.

MIYAZAKI, Juliane; VILAS BOAS, Paulo Alberto; RAIZEL, Tiago. **Capital social e empreendedorismo rural:** a agricultura familiar no oeste do Paraná. Resultados preliminares do projeto: Gestão das unidades artesanais, 2008.

McCLELLAND, David Clarence**. Entrepreneurship and Achievement Motivation**: Approaches to the Science of Socio-economic Development. In: Lengyel, P. (ed.) Paris, UNESCO, 1971.

SCHLOSS, Henry. The Concept of Entrepreneurship in Economic Development. **Journal of Economic Issues**, p. 228-232, Jun/1968. Disponível em:< https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00213624.1968.11502855?journalCode=mjei20>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SCHUMPETER, Josef Alois. **The theory of economy development**. Cambridge, Mass: Harvad University Press, 1912.

SCHUMPETER, Josef Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SEKARAN, Uma. Research Methods for Business: A Skill-Building Approach. 4.ed. John Wiley & Sons, Inc, 2003, 450p
TRIOLA, Mario. **Introdução à estatística**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TOMEI, Patrícia Amélia; LIMA, Daniela Arantes Alves. Análise das barreiras que

dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, São Paulo, v.30, n.3, p.107-122, julho-setembro, 2014. Disponível em: < http://www.spell.org.br/documentos/ver/33286/analise-das-barreiras-que-dificultam-a-transfor> Acesso em: 22 set. 2017.

VEIGA, José Eli da. A convergência entre evolucionismo e regulacionismo. **Revista de Economia Política**, v. 20, n. 2 (78), pp. 141-156, abr./jun., 2000.

VEIGA, Jose Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.15, n.43, 2001. Disponível em: <HTTP://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103.40142001000300010> Acesso em: 21 ago.2017.

VEIGA, Jose Eli da. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.7, n.2, p. 13-45, junho-dezembro, 2005. Disponível em: < http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/188> Acesso em: 21 ago. 2017.

VILLANUEVA, José Luis Jaramillo; GARRIDO, José Sergio Escobedo; JIMÉNEZ, Juan Morales; CASTRO, José Guadalupe Ramos. Perfil emprendedor de los pequeños empresarios agropecuarios en El Valle de Puebla, México. **Entramado,** Cali, Colombia vol.8, n.1, pp.44-57, 2012. Disponível em:< http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1900 38032012000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 set. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

O tema desta dissertação em seu contexto macro refere-se ao empreendedorismo rural no contexto da agricultura familiar, buscando entender as variáveis que influenciam na formação do sujeito empreendedor rural e, consequentemente, a ocorrência do desenvolvimento econômico e social dessas famílias. Neste sentido, o objetivo principal do trabalho é compreender como ocorre as (inter) relações existentes entre PRONAF, capital social e empreendedorismo rural para o alcance do desenvolvimento rural nos assentamentos no munícipio de Rio Verde - GO.

Para isso, primeiramente, buscou-se identificar o perfil socioeconômico das referidas famílias. Os resultados mostraram que as características dessas famílias não possuem discrepâncias significativas em relação as outras do mesmo segmento de agricultores familiares. Em sua maioria, são populações humildes, com baixa escolaridade, chefes de família com idade avançada, e com elevada quantidade de filhos por casal. Em relação ao perfil econômico, a produção de leite é preponderante, por se tratar de uma atividade tradicional e consolidada para esses agricultores; mas possuem certa diversificação das atividades produtivas para garantir renda durante o ano todo. A média de renda bruta anual das famílias é de R$ 42.150,17, considerado levemente acima da média para este segmento. Outro dado interessante é o de 76,09% das famílias perceberam melhoria na qualidade de vida e bem-estar desde o início das suas atividades no assentamento até o momento atual.

Em relação ao PRONAF, foi caracterizado como é utilizado seus recursos e qual o perfil dos agricultores que o buscam. Os resultados demonstraram que o crédito tem contribuído para o aumento de produtividade, no entanto, a maioria das famílias não perceberam melhoria no bem-estar devido a obtenção do financiamento. Os testes estatísticos também demonstraram que o crédito do PRONAF tem contribuído para a diversificação das atividades produtivas, porém, não está gerando empregos no campo.

No que se refere ao capital social, os resultados apontaram para uma baixa acumulação desse recurso nos assentamentos. Através da análise dimensional do ICS foi possível perceber que apenas nas dimensões Grupos e Redes e Acesso as informações a média do ICS foram levemente elevadas. Quando isolado os dois assentamentos com maiores e menores ICS para análise, foi possível verificar que o capital social tem influenciado na renda e na percepção da melhoria da qualidade de vida e bem-estar dessas famílias.

No tocante ao perfil empreendedor das famílias, foi identificado que apesar da maioria possuir baixo ou insuficiente nível de perfil empreendedor, uma parcela significativa (22,83%) apresentou alto nível de perfil empreendedor, entretanto esses ainda não podem ser considerados empreendedores *schumpeterianos* típicos. Através dos testes de correlação, concluiu-se que os indivíduos identificados com alto nível de perfil empreendedor são os mais jovens e com maior escolaridade. Por conseguinte, esses possuem maiores renda e percepção de melhoria da qualidade de vida e bem-estar. Ao se verificar a formação da figura do empreendedor rural na agricultura familiar, os testes das hipóteses demonstraram o reconhecimento do modelo teórico ora proposto.

Observa-se conjunturalmente, após finalização da pesquisa, um grupo de agricultores familiares da amostra que se destaca no cenário da agricultura familiar brasileira por suas características de elevada diversificação das culturas e utilização de tecnologias. Características essas, estimuladas por suas habilidades adquiridas pela experiência e conhecimento técnico, aporte financeiro de políticas publicas, relações com a comunidade local e características empreendedoras presentes em seus perfis.

Por fim cabe retomar a questão central desta dissertação: Qual a relação existente entre PRONAF, capital social e empreendedorismo rural para o desenvolvimento das famílias assentadas no município de Rio Verde – GO? Pode-se afirmar, portanto, que a relação existente entre tais termos é muito virtuosa. O PRONAF contribuindo com o principal recurso necessário a atividade empreendedora: o crédito. O capital social dos territórios, ativo muito característico na agricultura familiar e, que neste estudo se demonstrou pouco acumulado nos assentamentos, permite que as relações de confiança, solidariedade e reciprocidade estabelecidas a nível de comunidade contribuam para a eficiência dos outros recursos. Assim, a formação do empreendedor rural passa pelas relações de acesso crédito e capital social com as características empreendedoras para eficiente gestão de todos recursos disponíveis e, consequentemente o alcance do desenvolvimento econômico e social dos agricultores.

Neste sentido, o desenvolvimento rural é resultado essencialmente de arranjos realizadas entre atores privados e públicos que formulam e executam projetos mobilizadores, e além disso, remete ao aprimoramento de políticas públicas, formação do capital social dos territórios e estímulo a capacidade empreendedora e inovadora.

Em relação ao processo de coleta de dados, considerando as peculiaridades do contexto da pesquisa (meio rural), a análise desta experiência permite concluir que a utilização de um instrumento (entrevista semi-estruturada) adequado, se configura como

uma alternativa adequada em termos de efetividade para coleta de dados. Outra compreensão que se estabelece neste sentido, se deve a necessidade de interlocução com a família assentada ante a aplicação do instrumento de pesquisa, isso facilita o processo na medida em que há a ruptura de barreiras intrínsecas e extrínsecas ao revelar dados ao pesquisador.

Apesar dos esforços empreendidos na construção e reconhecimento do modelo teórico ora proposto nesta dissertação, há de se notar suas limitações e que o mesmo carece de melhorias e ajustes. Primeiramente, deve-se recordar que o contexto da pesquisa se limitou a assentamentos no município de Rio Verde – GO. Evidentemente se a área de abrangência da pesquisa fosse estentendida a outras regiões do estado de Goiás e a outros segmentos de agricultores familiares, as conclusões seriam mais significativas. Entretanto esta dimensão não invalida as inferências discutidas neste estudo. Seguindo as recomendações, sugere-se outras pesquisas no sentido da busca de aperfeiçoamento das medidas estabelecidas no modelo teórico, inclusive o teste das variáveis e suas dimensões de maneira integrada, ou seja, como um "todo", inclusive com outras ferramentas estatísticas.

Na esteira de recomendações, pode-se sugerir desafios no âmbito das futuras pesquisas no sentido de buscar o aperfeiçoamento do modelo proposto, principalmente, no sentido de novos *inputs,* de modo a pontencializar a sua validade e confiabilidade.

A pesquisa se mostrou inovadora em virtude da pouca expressividade de estudos correlatos a caracterização e participação da agricultura familiar no município de Rio Verde – GO. E pretende colaborar, no contextto da agricultura familiar, com o debate acadêmico acerca do desenvolvimento rural no Brasil.

ANEXOS

Anexo I

Grupos e linhas de crédito do PRONAF

Grupos / Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições
Pronaf Grupo A	Agricultores (as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Investimento em atividades agropecuárias e não-agropecuárias.	Até R$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus: 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.
Pronaf Grupo A/C	Agricultores (as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	Até R$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações.	1,5% ao ano.	Custeio agrícola: até 2 anos. Custeio pecuário e agroindustrial: até 1 ano.
Pronaf Grupo B	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual familiar de até R$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.	Investimento em atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Custeio pecuário Custeio de atividades não agropecuárias.	R$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO) R$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência. Bônus de adimplência: - 25% aplicado sobre cada parcela paga em dia. - 40% aplicado sobre cada parcela paga em dia, na região do semiárido, quando o financiamento for destinado a determinadas atividades. Obs.: O bônus é devido até o limite

					de valor contratado de R$ 15.000,00 (Agroamigo) e R$7.500,00 (demais casos).
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável). Obs: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B.	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, de interesse da mulher agricultora.	Individual: Até R$ 330.000,00 (quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura); Até 165.000,00 para os demais empreendimen-tos e finalidades. Coletivo: até R$ 800.000,00, respeitados os limites individuais.	2,5% ao ano ou 5,5% ao ano, dependendo da destinação do crédito.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores (as) familiares enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável)	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural	Individual: Até R$ 165.000,00. Coletivo: até R$ 800.000,00, respeitados os limites individuais. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura o limite será de R$ 330.000,00	2,5% ao ano ou 5,5% ao ano, dependendo da destinação do crédito.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.

Pronaf Agro-indústria	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.	Pessoa física: R$ 165.000,00 Empreendimento familiar rural: R$ 330.000,00 Coop./Assoc.: R$ 35.000.000,00	5,5% ao ano	Prazo: até 5 anos, incluída a carência de até 1 ano, para financiamentos de caminhonetes de carga; Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) que atendam as condições previstas no MCR-10-10.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor.	Até R$ 16.500,00, em até 3 operações.	2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros.	Pessoa física: até R$ 12.000,00. Empreendimento familiar rural: até R$ 210.000,00. Cooperativa singular: até R$ 10 milhões. Cooperativa central: até R$ 30 milhões.	5,5% ao ano.	Até 12 meses.
Pronaf Semiárido	Agricultores (as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento destinado à convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.	Até R$ 20.000,00	2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Custeio	Agricultores (as) familiares enquadrados (as) nos Grupos B e Grupo V (Renda Variável).	Custeio de atividades agrícolas e pecuárias, inclusive aquisição de animais para recria e engorda.	Integrante do Grupo B do Pronaf: - Até 5.000,00 pela metodologia Agroamigo - Até R$ 2.500,00 quando fora da metodologia.	2,5% ao ano	Para as culturas de arroz, feijão, mandioca, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas,

			Integrantes do Grupo V do Pronaf: Até R$ 250.000,00.		erva-mate, cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos. Para a cultura de milho, em propostas de até R$ 20 mil.
				5,5% ao ano	Para as demais atividades, cultura de milho em propostas acima de R$ 20 mil e para aquisição de animais destinados a recria e engorda.
					Prazos: Custeio agrícola: Até 3 anos para as culturas de açafrão e palmeira real (palmito). Até 2 anos para as culturas bianuais. Até 1 ano para as demais culturas. Custeio pecuário: Até 2 anos para aqüicultura: conforme o ciclo produtivo de cada espécie. Até 30 meses para aquisição de bovinos destinados a recria e engorda a pasto. Até 18 meses para aquisição de bovinos destinados para engorda a pasto. Até 6 meses para aquisição de bovinos destinado a engorda em regime de confinamento. Até 1 ano para as demais atividades.
Pronaf Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.	Individual: até R$ 165.000,00 Coletivo: até R$ 800.000,00	2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.

Pronaf Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada.	Agricultores do Grupo V (Renda Variável): Até R$ 35.000,00 quando se destinar a sistemas agroflorestais; Até R$ 27.500,00 para os demais casos. Agricultores dos Grupos A, A/C e B: Até R$15.000,00.	2,5% ao ano.	Prazo: até 20 anos, incluída carência limitada de até 12 anos, nos financiamentos com recursos do FNE, destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, e ao público-alvo do Grupo V (Renda Variável). Prazo: até 12 anos, incluída a carência de até 8 anos, nos demais casos.
Pronaf ECO	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento para o financiamento de pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; tecnologias de energia renovável; tecnologias ambientais; projetos de adequação ambiental; adequação ou regularização das unidades familiares de produção à legislação ambiental; implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas e silvicultura.	Individual: Até R$88.000,00 - para silvicultura. Até R$16.500,00 por ha, para a cultura da seringueira. Até R$ 8.800,00 por ha, para a cultura de dendê. Até R$ 165.000,00, para as demais finalidades. Coletivo: Até R$ 800.000,00.	5,5% ao ano quando se tratar de silvicultura. 2,5% para as demais finalidades.	Prazo: até 16 anos, incluídos até 8 anos de carência, dependendo da finalidade do crédito.

Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A.	Investimento para atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuário.	Até R$ 4.000,00, por ano agrícola. Cada assentado poderá fazer até 3 operações.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos. Bônus de adimplência: 50% sobre cada prestação de dívida paga até a data do seu respectivo vencimento. O somatório dos financiamentos concedidos com direito a bônus de adimplência não excederá R$ 12.000,00.
Pronaf Produtivo Orientado	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada; sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, dentre outras finalidades.	Limites individual: Mínimo de R$18.000,00 e máximo de R$40.000,00 por operação, por ano agrícola.	4,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus de Adimplemento: cada parcela da dívida poderá ter bônus fixo de R$3.300,00, concedido proporcionalmente a cada parcela da dívida paga até o dia do vencimento.

Fonte: BCB, 2018.

Anexo II - Roteiro de entrevista

Apresentação: Esta entrevista tem o objetivo de obter dados para o estudo sobre compreensão de como ocorre as (inter) relações existentes entre PRONAF, capital social e empreendedorismo rural para o alcance do desenvolvimento rural nos assentamentos no munícipio de Rio Verde – GO. Considerando esta abordagem, as perguntas devem ser respondidas pelo (a) chefe da família.

Dados socioeconômicos:

1. Nome do Assentamento:_____

2. Qual sua idade?_____.

3. Sexo:_____.

4. Escolaridade:_____.

5. Quantidade de filhos e idades:_____

_____.

6. Escolaridade dos filhos:_____

_____.

7. Tamanho da parcela:_____hectares.

8. Ano em que recebeu a parcela e iniciou as atividades: _____.

9. Quais são as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade (que o produtor julga em nível de importância)?

1ª :_____

2ª :_____

3ª :_____

4ª :_____

5ª :_____

10. Atividade produtiva predominante: ( ) Comercial ( )Autoconsumo.

11. Relação com o Mercado:

( ) Integração com Agroindústria

( ) Produtor individual

( ) Feiras

( ) Cooperativado.

12. Faz algum tipo de agregação de valor na sua produção? (processamento, embalagem, classificação etc)

13. Mão-de-obra utilizada na propriedade: ( ) Apenas familiar ( ) Familiar e assalariada

13. Nº de empregados permanentes:_____

14. Nº de empregados temporários:_____

15. Infraestrutura Pré-existente:

( ) Chiqueiro_____

( ) Aviário_____

( ) Galpão_____

( ) Trator _____

( ) Implementos _____

( ) Resfriador de leite _____

( ) Colheitadeira/ceifa_____

( ) Sala de ordenha_____

( ) Casa de Madeira_____

( ) Casa de Alvenaria_____

16. Qual a renda bruta anual da família?_____

17. Percebe modificações na qualidade de vida e bem-estar da sua família desde o tempo de que iniciou suas atividades até hoje? Quais as principais? E a que se deve tais modificações?

Anexo III

Dados relativos ao PRONAF.

1. Já obteve algum tipo de financiamento? ( ) Sim ( ) Não

2. Se sim, para que finalidade:

( ) Custeio ( ) Investimento ( ) Comercialização

3. Ficou satisfeito:

( ) Muito ( ) Médio ( ) Pouco ( ) Se arrepende

4. Se não, qual foi o motivo da não obtenção:

( ) Não precisou ( ) Não conseguiu ( ) Não sabe como obter

( ) Medo de se endividar

5. Qual ou quais linhas de crédito do PRONAF você acessou?

( ) Pronaf Grupo A - Investimento

( ) Pronaf Grupo A/C - Custeio

( ) Pronaf Agroindústria

( ) Pronaf Agroecologia

( ) Pronaf Eco

( ) Pronaf Floresta

( ) Pronaf Mulher

( ) Pronaf Jovem

( ) Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares

( ) Pronaf Cota-Parte

( ) Microcrédito Rural

6. Em que ano o senhor (a) realizou o investimento? _____

7. Com que recursos o senhor(a) tem conseguido pagar em dia as prestações do financiamento?

_____

8. Qual o motivo/razão que levou o senhor(a) a acessar o PRONAF?

( ) Maximizar Lucro

( ) Minimizar Riscos (Maximizar oportunidades de sobrevivência)

( ) Aversão à Penosidade (Atender às necessidades básicas da família).

9. A taxa de juros também foi considerada? Ela influenciou na decisão de investir?

10. Quem os informou sobre a linha de crédito PRONAF? _____

11. Quem elaborou o projeto para obtenção do crédito do PRONAF?

( ) O próprio produtor

( ) Sindicato dos trabalhadores rurais

( ) Técnicos da Emater

( ) Cooperativa

( ) Vendedores

( ) Outros agentes (parentes, vizinhos).

12. A aquisição realmente proporcionou aumento da produtividade? _____

13. Aumentou ou diminuiu o bem-estar familiar? _____

14. Se o senhor (a) tivesse outra oportunidade para investir os recursos do PRONAF, em que você investiria?_____

15. Em sua opinião, o que poderia ser melhorado no PRONAF? _____

Anexo IV

Análise do perfil empreendedor:

Abaixo estão listadas algumas características que identificam um empreendedor de

acordo com a metodologia proposta por Dornelas (2012). Avalie estas características de acordo com sua concepção:

Características	Excelente **5**	Bom **4**	Regular **3**	Fraco **2**	Insuficiente **1**	Nota
Comprometimento e determinação 1. É proativo na tomada de decisão 2. É tenaz e obstinado 3. Tem dedicação e disciplina 4. É persistente ao resolver problemas 5. É disposto ao sacrifício para atingir metas 6. É capaz de imersão total nas atividades que desenvolve						
Obsessão pelas oportunidades 7. Procura ter conhecimento profundo das necessidades dos clientes 8. É dirigido pelo mercado 9. É obcecado por criar valor e satisfazer seus clientes						
Tolerância ao risco, ambiguidades e incertezas 10. Corre riscos calculados (analisa tudo antes de agir) 11. Procura minimizar os riscos 12. Tolera as incertezas e falta de estrutura 13. Tolera estresse e conflitos 14. É hábil em resolver problemas e integrar soluções						
Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação 15. Não é convencional, tem cabeça aberta, pensa 16. Não se conforma com o status quo 17. É hábil em se adaptar a novas situações 18. Não tem medo de falhar 19. É hábil em definir conceitos e detalhar ideias						
Motivação e superação 20. É orientado para metas e resultados 21. É dirigido pela necessidade de crescer e atingir melhores resultados 22. Não se preocupa com status e poder 23. Tem autoconfiança 24. É ciente de suas fraquezas e forças 25. Tem senso de humor e procura estar animado						

Liderança 26. Tem iniciativa 27. Tem poder de autocontrole 28. Transmite integridade e confiabilidade 29. É paciente e sabe ouvir 30. Sabe construir times e trabalhar em equipe						
TOTAL						

Fonte: Dornelas (2012).

1. Me conta um pouco da sua história desde o começo até os dias de hoje.
2. Fale um pouco sobre o seu negócio e o que o motivou a abri-lo. Quais foram as dificuldades encontradas no início?
3. Em algum momento você se arrependeu de ter aberto o seu negócio? Por que?
4. Imagine o seu negócio há 3 anos atrás e imagine ele hoje. O que há de diferente?
5. Você se recorda de alguma situação ao longo desses anos que tenha atrapalhado a sua vida ou o desempenho do seu negócio? Como você se comportou?

Anexo V

Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS

Grupos e rede

1. Quais grupos ou organizações, redes, associações que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem? Esses grupos são formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém em seu domicílio, faz parte? ___
_____
_____
_____

2. De todos os grupos de que você, ou os membros do seu domicílio fazem parte, qual é o mais importante para o seu domicílio?
_____ [Nome do grupo]

3. Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

1 Sim
2 Não

A. Religião	
B. Sexo	
C. Grupo étnico	

4. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma...

1 Sim
2 Não

Ocupação	
Formação ou grau de escolaridade	

5. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora do(a) bairro/localidade?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

6. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda?_____
_____
_____

7. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (RURAL: o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana), há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Definitivamente
2. Provavelmente
3. Não tenho certeza
4. Provavelmente não
5. Definitivamente não

8. Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças?

1. Definitivamente
2. Provavelmente
3. Não tenho certeza
4. Provavelmente não
5. Definitivamente não

Confiança e Solidariedade

9. De modo geral, você diria que pode-se confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

1. Pode-se confiar nas pessoas
2. Nunca é demais ter cuidado

10. Você acha que nos últimos cinco anos, o grau de confiança neste(a) bairro/localidade melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

1 Melhorou
2 Piorou
3 Permaneceu mais ou menos o mesmo

11. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

1 Concordo totalmente
2 Concordo em parte
3 Nem concordo, nem discordo
4 Discordo em parte
5 Discordo totalmente

A. A maioria das pessoas nesta localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
B. Nesta localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você?	

12. Quanto você confia em…

1 Confio totalmente
2 Confio muito
3 Nem muito, nem pouco
4 Confio pouco
5 Confio muito pouco

A. Membros do governo local	
B. Membros do governo central	

13. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

1 Não contribuiria com tempo
2 Contribuiria com tempo
1 Não contribuiria com dinheiro
2 Contribuiria com dinheiro

A. Tempo	
B. Dinheiro	

Ação Coletiva e Cooperação

14. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em

benefício da comunidade?

1. Sim
2. Não (vá para a questão 14)

15. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

16. Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável, nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

17. Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada ou punida?

1 Muito provável
2 Relativamente provável
3 Nem provável nem improvável
4 Relativamente improvável
5 Muito improvável

18.Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas em seu(sua) bairro/localidade, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar as vítimas?

1 Muito provável
2 Relativamente provável
3 Nem provável nem improvável
4 Relativamente improvável
5 Muito improvável

Informação e Comunicação

19. No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

20. Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tal como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

1. Parentes, amigos e vizinhos
2. Boletins da comunidade
3. Mercado local
4. Jornal local ou da comunidade
5. Jornal nacional
6. Rádio
7. Televisão

8. Grupos ou associações
9. Colegas de trabalho ou sócios
10. Associados políticos
11. Líderes da comunidade
12. Um agente do governo
13. ONGs
14. Internet

21.Em geral, em comparação há cinco anos atrás, o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

1 Melhorou
2 Piorou
3 Permaneceu mais ou menos o mesmo

Coesão e Inclusão Social

22. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num(a) mesmo(a) bairro/localidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no(a) seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouco diferentes”.

1. Extremamente diferentes
2. Muito diferentes
3. Relativamente diferentes
4. Pouco diferentes
5. Muito pouco diferentes

23. Alguma dessas diferenças causa problemas?

1. Sim
2. Não, vá para a questão 21.

24. Quais são as duas diferenças que mais frequentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação
2. Diferenças de posses de terras
3. Diferenças de riqueza/posses materiais
4. Diferenças de posição social
5. Diferenças entre homens e mulheres
6. Diferenças entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas
7. Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
8. Diferenças de filiação política
9. Diferenças de crenças religiosas
10. Diferenças de origem étnica

11. Outras diferenças

25. Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1. Sim
2. Não

26. Quantas vezes, no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em um lugar público?

27. [SE A RESPOSTA NÃO FOR ZERO] Alguma dessas pessoas era...

1 Sim
2 Não

A. De origem étnica diferente?	
B. De situação econômica diferente?	
C. De posição social diferente?	
D. De um grupo religioso diferente?	

28. Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho(a) em casa?

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

Autoridade ou Capacitação (*Empowerment*) e Ação Política

29. Em geral, você se considera uma pessoa…

1. Muito feliz
2. Moderadamente feliz
3. Nem feliz, nem infeliz
4. Moderadamente infeliz
5. Muito infeliz

30.Qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

1 Nenhum controle
2 Controle sobre muito poucas decisões
3 Controle sobre algumas decisões
4 Controle sobre a maioria das decisões

5 Controle sobre todas as decisões

31. Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma auto avaliação, numa escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

1. Totalmente incapaz de mudar minha vida
2. Geralmente incapaz de mudar minha vida
3. Nem capaz, nem incapaz
4. Geralmente capaz de mudar minha vida
5. Totalmente incapaz de mudar minha vida

32. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

1. Nunca
2. Uma vez
3. Algumas vezes (<5)
4. Muitas vezes (>5)

33. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou nas últimas eleições estaduais/nacionais/presidenciais?

1. Sim
2. Não

34.Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você

1 Muito
2 Um pouco
3 Não levam em consideração

35.Nos últimos 12 meses, o seu domicílio teve que pagar algum dinheiro adicional a membros do governo para conseguir que alguma coisa fosse feita?

1 Sim, freqüentemente
2 Sim, ocasionalmente
3 Não